

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LAISE MARIA DA SILVA

**ÀS MARGENS DO ESQUECIMENTO: ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE OS/AS
NEGROS/AS NOS ITINERÁRIOS TURÍSTICOS EM PENEDO/AL**

SÃO CRISTÓVÃO

2019

LAISE MARIA DA SILVA

**ÀS MARGENS DO ESQUECIMENTO: ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE OS/AS
NEGROS/AS NOS ITINERÁRIOS TURÍSTICOS EM PENEDO/AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Mariana Selister Gomes.

São Cristóvão

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586m Silva, Laise Maria da
 Às margens do esquecimento : análise dos discursos sobre os/as negros/as nos itinerários turísticos em Penedo/AL / Laise Maria da Silva ; orientadora Mariana Selister Gomes. – São Cristóvão, SE, 2019.
 170 f. :il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Sociologia. 2. Cultura afro-brasileira – Penedo (AL). 3. Turismo. 4. Memória coletiva. 5. Patrimônio cultural. Negros. I. Gomes, Mariana Selister, orient. II. Título.

CDU 316:347:338.48(813.5)(=013)

LAISE MARIA DA SILVA

**ÀS MARGENS DO ESQUECIMENTO: ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE OS/AS
NEGROS/AS NOS ITINERÁRIOS TURÍSTICOS EM PENEDO/AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana Selister Gomes
PPGS - Universidade Federal de Sergipe
PRESIDENTE

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon
PPGS – Universidade Federal de Sergipe
MEMBRO INTERNO

Prof.^a Dr.^a Daniella Pereira de Souza Silva
NTU – Universidade Federal de Sergipe
MEMBRA EXTERNA

AGRADECIMENTOS

Nos últimos detalhes para finalizar a Dissertação, muitas lembranças de pessoas que me ajudaram e estiveram ao meu lado vieram à mente, desde à seleção para ingressar no Mestrado até a última revisão antes da impressão.

Primeiramente agradeço à Deus pelo dom da vida.

À minha mãe Lúcia, que sempre me incentivou a estudar, mesmo não tendo tido essa oportunidade. Ao meu pai José, por mesmo não entendendo muito sobre minha pesquisa, sempre me ensinou a nunca desistir. As minhas irmãs Lucivânia, Lucélia, Luciléia e Laiane e ao meu irmão Gilvânio, pelo apoio e compreensão ao longo do Mestrado.

Ao meu namorado e melhor amigo, Jonathan Monteiro Dias, pela paciência, carinho e compreensão, durante toda a pesquisa, por ler meu trabalho e discutir comigo sobre os temas, e por desde o início do Mestrado estar ao meu lado, me ajudando a lidar com o estresse e com a solidão de morar longe de casa.

À minha amiga-irmã, Vanessa Vitória Silva, pelo carinho, incentivo, apoio e por ter tido paciência de ler todo meu trabalho.

À minha orientadora, Mariana Selister Gomes, que mesmo estando distante se fez presente, me ajudando não apenas com a dissertação, mas também a me inserir em uma área que é um desafio para nós turismólogas.

À professora e membra da banca, Daniella Pereira de Souza Silva, pelas sugestões, reflexões, referências sugeridas e livros emprestados durante à pesquisa. Dani, muito obrigada pelas vezes que me acolheu durante o processo de seleção para o Mestrado, pelo incentivo e torcida, por ter me apresentado Mariana e por acima de tudo ter me inspirado a me tornar turismóloga, te admiro muito, como profissional e como pessoa.

Ao professor e membro da banca, Frank Nilton Marcon, pelas valiosas contribuições ao meu trabalho e por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa Gert's.

Aos condutores locais que participaram desta pesquisa, por terem sido tão receptivos e solícitos, antes, durante e depois da pesquisa de campo. Em especial aos membros e membras da associação da qual faço parte, por seguirem lutando comigo por um turismo diferente em Penedo.

Ao meu compadre Anderson Clementino e minha comadre Simone, por desde minha graduação em Penedo incentivarem minha carreira acadêmica. Aos meus amigos Douglas Silva e Marcos Muniz, por inúmeras vezes buscarem informações sobre Penedo para me ajudar a complementar à pesquisa, à minha amiga Ana Cláudia por mesmo distante sempre lembrar e se preocupar comigo e à Gleicy Gabriella, amiga desde a infância que sempre torceu pelo meu sucesso.

Ao meu amigo Adriano (*in memoriam*) por ter me ensinado a amar Penedo. E ao amigo Petrucio Júnior (*in memoriam*), por em nossa última conversa não ter esquecido de me incentivar a tentar entrar em um Mestrado, sei que ficaria feliz em saber que eu consegui.

À Glaucia Grazielle, pelas dicas e conselhos para seleção e durante o mestrado, muito obrigada.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, aos professores e secretários, por todo o apoio neste percurso acadêmico. E a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de estudos, sem a qual não poderia me manter em Sergipe.

Cada um à sua maneira contribuiu para que isso se tornasse possível. Agora é seguir em busca de do doutorado.

*Quem controla o passado, controla
o futuro, quem controla o presente,
controla o passado.*

George Orwell, 1984.

RESUMO

A presente dissertação insere-se teoricamente nos debates sobre memória, patrimônio cultural, discurso, turismo, interseccionalidade e cultura afro-brasileira. Apresenta como recorte empírico uma análise sobre os Itinerários Turísticos apresentados na cidade de Penedo/AL. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar os discursos sobre a memória afro-brasileira nesses itinerários turísticos. Para isso, fez-se necessário: inventariar os discursos que são produzidos sobre os negros nos itinerários e nos museus que fazem parte dos mesmos; refletir acerca da memória e do esquecimento sobre a contribuição dos negros em Penedo/AL; identificar as relações de poder nos discursos reproduzidos a partir das narrativas da cidade; discutir a presença da mulher negra nesses discursos a partir da interseccionalidade; e, elaborar uma proposta metodológica inovadora, voltada para a Análise de Itinerários Turísticos, combinando diferentes métodos. Os principais resultados na pesquisa mostraram que, em alguns itinerários turísticos de Penedo, a memória afro dos homens negros é evidenciada; no entanto, com relação a memória afro das mulheres negras, os silenciamentos permanecem. Os resultados também apontaram o potencial de itinerários turísticos como resistência discursiva, tendo em vista a sua dinamicidade que possibilita uma atualização constante com a inclusão de minorias sociais, em comparação à métodos tradicionais de narrar o passado, como livros e museus.

Palavras-chaves: Memória, Patrimônio Cultural, Turismo, Interseccionalidade, Cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

This dissertation is theoretically inserted in the debates about memory, cultural patrimony, discourse, tourism, intersectionality and Afro-Brazilian culture. It presents as an empirical clipping and an analysis about the Tourist Itineraries presented in the city of Penedo / AL. Thus, the general objective of the research is to analyze the discourses about Afro-Brazilian memory in these tourist itineraries. For this, it was necessary to: inventory the discourses that are produced about the black people in the itineraries and the museums that are part of them; reflect over the memory and forgetfulness in reference the contribution of Afro-Brazilians in Penedo/AL; to identify the relations of power in the discourses reproduced from the narratives of the city; discuss the presence of the black woman in these discourses from intersectionality; and, to elaborate an innovative methodological proposal, focused on the Analysis of Tourist Itineraries, combining different methods. The principal results in the research showed that, in some tourist itineraries of Penedo, the afro memory of black men is evidenced; however, regarding black women's afro memory, the silencing remains. The results also indicate for the potential of tourist itineraries as a discursive resistance, aiming their dynamicity that enables a constant updating with the inclusion of social minorities, in comparison to traditional methods of narrating the past, such as books and museums.

Keywords: Memory, Cultural Patrimony, Tourism, Intersectionality, Afro-Brazilian culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E RACISMO: AS NARRATIVAS AFRO EM ITINERÁRIOS TURÍSTICOS.....	16
1.1 – Memória, Patrimônio Cultural e Violência Simbólica.....	16
1.2 - As Cidades Históricas, suas Narrativas Patrimoniais e o Turismo.....	31
1.3 – A Escravidão, o Mito da Democracia Racial no Brasil e o Racismo.....	38
1.4 – Interseccionalidade de Gênero e Raça.....	45
1.5 – Turismo e Patrimônio Cultural Afro.....	51
2. ANÁLISE DE ITINERÁRIOS TURÍSTICOS: UMA PROPOSTA MULTI-MÉTODOS.....	66
2.1 - O discurso a partir da análise Foucaultiana.....	67
2.1.1 Método Análise do Discurso.....	73
2.2 – A Análise de Conteúdo e a Operacionalização da pesquisa.....	75
2.3 – Etnografia.....	77
2.4 - As Narrativas da Cidade.....	80
2.5 Conhecimento Situado.....	81
2.6 – Síntese Metodológica e Técnicas de pesquisa.....	83
3. AS NARRATIVAS PATRIMONIAIS DE PENEDO/AL.....	85
3.1 – Itinerário Tradicional.....	87
3.1.1 – Observação etnográfica.....	88
3.1.2 – Entrevista	107
3.2 – Itinerário Empresarial.....	113
3.2.1 – Observação etnográfica.....	113
3.2.2 – Entrevista	120
3.3 – Itinerário Associativo.....	125
3.3.1 – Observação etnográfica.....	125
3.3.2 – Entrevista.....	143

3.4 – Síntese da Análise.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS.....	158
APÊNDICE.....	165
APÊNDICE A – Roteiro de Observação.....	165
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista.....	169

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação insere-se no debate sociológico sobre: Discursos, Memória, Patrimônio Cultural, Turismo, Interseccionalidade (Gênero e Raça) e Memória afro. A perspectiva é de que a memória afro, quando silenciada ou reproduzida de forma naturalizada, com estereótipos racistas, constitui em uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989) contra homens negros e mulheres negras.

Pensando com relação ao turismo, um exemplo de onde pode ocorrer casos de violência simbólica pode ser pensado através de itinerários turísticos, pois, sendo a memória seletiva (CHAGAS, 1997), aqueles que estão no poder e são responsáveis pela escolha dessas memórias, ao priorizar apenas uma em detrimento de outras, estão exercendo uma violência simbólica. No caso dos itinerários turísticos, os responsáveis por selecionar as memórias que serão lembradas ou esquecidas, são os Guias em Turismo ou os Condutores locais. Ou seja, são através dos discursos turísticos dos mesmos, que as memórias são disseminadas.

Outro ponto que precisa ser ressaltado é que, mesmo quando a categoria raça está incluída na narrativa, ainda pode haver exclusões de outras categorias, como por exemplo a de gênero. O conceito que abrange a intersecção de categorias, como o foco na de raça e de gênero, é o da interseccionalidade, e a partir do mesmo é possível compreender o cruzamento entre racismo e sexismo e a dupla violência simbólica sofrida por mulheres negras.

Salienta-se também que as mulheres sempre lutaram por sua representação simbólica na sociedade. Como foi o caso do primeiro movimento feminista, que foi chamado de Sufragista, porque lutava pelo direito das mulheres ao voto. Para conquistar esse direito, no início do século XX, as sufragistas invadiram museus e denunciaram as obras de artes que inferiorizavam as mulheres, elas danificavam essas obras. Como o caso que ocorreu na Inglaterra, onde de acordo com a notícia no acervo do Estadão, no dia 11 de março de 1914, uma militante inglesa retalhou o quadro “Vênus ao Espelho”, do pintor espanhol Velázquez. A sufragista justificou que seu ataque foi uma tentativa de destruir a imagem da mulher considerada a mais bonita da história mitológica, como um protesto ao governo que estava destruindo a líder sufragista, que estava presa, e que para ela era considerada a personagem mais bonita da história moderna (BATISTA, 2014). Neste aspecto, percebe-se que a luta das mulheres por representação na sociedade não é uma realidade recente.

Neste contexto, ressalta-se que para o desenvolvimento desta pesquisa, elegeu-se como recorte empírico, itinerários turísticos apresentados na cidade de Penedo/AL. Logo, destaca-se

que a cidade de Penedo é uma cidade histórica, com seu centro histórico tombado nas esferas, Municipal, Estadual e Federal. O tombamento Federal foi feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 1996, por de acordo com o IPHAN, apresentar um Patrimônio Cultural significativo não só para o estado de Alagoas como também para a história do Brasil.

Sendo localizada às margens do Rio São Francisco, ao sul do Estado de Alagoas, a cidade de Penedo conserva seu conjunto arquitetônico com monumentos e igrejas seculares, alguns desses ainda em bom estado de conservação. Silva (2016), ressalta que é importante compreender o patrimônio cultural não como uma entidade autossuficiente, mas sim como “ideia, estrutura, instrumento através do qual, individualidades e grupos sociais constroem e (re)constroem permanentemente as suas experiências com a cidade na atualidade.” (SILVA, 2016, p.210).

Vale ressaltar, que a cidade de Penedo possui duas comunidades que são remanescentes de quilombos, uma localizada no bairro Oiteiro e a outra na comunidade Tabuleiro dos Negros. Cabe também mencionar, que um dos itinerários turísticos que são vendidos na cidade, e que faz parte dos itinerários analisados nesta Dissertação, propõe-se a falar sobre a história dos negros em Penedo.

Neste sentido, destaca-se que as cidades reconhecidas como históricas também são responsáveis por contarem, através de suas narrativas patrimoniais e turísticas, versões da história do Brasil (GOMES, 2017). Portanto, são a partir dessas narrativas e dos discursos (re)produzidos pelas mesmas, que são disseminados os papéis dos personagens que contribuíram para a construção da história do país. Portanto, no caso desta pesquisa, a violência simbólica é percebida quando se silencia ou estereotipa a memória afro nas narrativas histórica ou turística de Penedo, a partir dos Itinerários Turísticos que são apresentados na cidade.

Tendo isso em conta, a problemática que norteia esta pesquisa é pautada na seguinte questão: Como a memória afro-brasileira emerge nas narrativas patrimoniais e turísticas da cidade de Penedo/AL? Na tentativa de responder esta problemática, a fundamentação teórico-metodológica desta pesquisa terá como uma de suas bases, a analítica de Foucault, que compreende o discurso como sendo um objeto de desejo e poder, que pode se impor como verdade (FOUCAULT, 1996). Sendo assim, tais discursos podem transformar-se em discursos hegemônicos, que conseqüentemente se tornarão uma ferramenta de exclusão. Seguindo o pensamento de Foucault (1996), é possível compreender que um discurso hegemônico nega a

existência do individual, pois, uniformiza, essencializa e inferioriza o sujeito, e qualquer resistência por parte do mesmo torna-se um confronto contra o discurso hegemônico.

A imposição do discurso como verdade, remete a outro conceito abordado nesta pesquisa, o de violência simbólica, que foi cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu e refere-se à dominação de dominantes perante dominados. Sendo assim, é possível pensar a relação deste conceito com os discursos hegemônicos, que ao se imporem como verdade, ocasionam uma violência simbólica contra os demais discursos. Por conseguinte, o debate sobre discurso, poder simbólico e violência simbólica foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, assim como, as reflexões sobre memória, patrimônio, interseccionalidade, turismo e memória afro.

Com relação ao método utilizado nesta Dissertação, destaca-se que, visando analisar itinerários turísticos de maneira mais completa, foi proposto um método inovador, criado a partir da combinação dos métodos: Análise do Discurso, Análise de Conteúdo e Etnografia, que foi intitulado Análise de Itinerários Turísticos. Deste modo, foi possível analisar não apenas o discurso do Condutor local, mas também, texto e imagens que fizeram parte dos itinerários, e as reações dos grupos durante a apresentação dos mesmos.

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar os discursos sobre a memória afro-brasileira nos itinerários turísticos apresentados na cidade de Penedo-AL. E os objetivos específicos são: a) inventariar os discursos que são produzidos sobre os negros nos itinerários apresentados na cidade de Penedo-AL e nos museus que fazem parte destes itinerários; b) refletir acerca da memória e do esquecimento sobre a contribuição dos negros na cidade de Penedo/AL; c) identificar as relações de poder nos discursos reproduzidos a partir das narrativas da cidade; d) discutir a presença da mulher negra nesses discursos a partir da interseccionalidade; e) elaborar uma proposta metodológica inovadora, voltada para a Análise de Itinerários Turísticos, combinando diferentes métodos; e, f) contribuir para o desenvolvimento de itinerários turísticos na cidade de Penedo/AL, de forma responsável.

Posto isto, esta Dissertação justifica-se nos três níveis: pessoal, social e institucional. No nível pessoal a presente Dissertação se justifica pelo fato de que, durante a graduação em Turismo, cursada na UFAL/Penedo, a pesquisadora deste trabalho sempre se questionou o porquê de a memória afro não ser contemplada nas narrativas sobre a história penedense, sendo assim, a mesma se envolveu de forma prática com a memória afro através da criação de uma associação (que teve seu itinerário selecionado para pesquisa) que atua com o turismo na cidade.

Em termos sociais, este trabalho busca contribuir para a visibilidade da importância dos negros para a história de Penedo, como também auxiliar no desenvolvimento de diferentes itinerários turísticos na cidade que contemplem não só a memória afro na categoria raça, mas também na intersecção da mesma com gênero. No que se refere ao plano institucional e científico, este trabalho justifica-se por fazer parte de uma temática pouco estudada, principalmente ao interligar memória e turismo com as categorias raça e gênero. A partir do levantamento bibliográfico que foi realizado, buscando encontrar pesquisas que possuíssem a mesma temática, constatou-se que são escassos os trabalhos voltados para este tema, especialmente, aqueles que o contemplam junto à categoria raça e a de gênero. Neste aspecto, destaca-se o trabalho que vem sendo realizado pela orientadora desta Dissertação, no qual a presente pesquisa se insere para fortalecer os estudos sobre estes temas pouco estudados de forma conjunta: memória, turismo, gênero e raça.

Assim sendo, esta Dissertação estrutura-se em três capítulos. No Capítulo I, discutiu-se, a partir da bibliografia levantada, sobre Memória e Patrimônio Cultural, Cidades Históricas, Narrativas Patrimoniais, Turismo, Escravidão, o Mito da Democracia Racial no Brasil, Racismo, Interseccionalidade de Gênero e Raça, Turismo e Patrimônio Cultural Afro. Desta forma, a partir desta discussão foi possível uma maior compreensão acerca das temáticas que serão desenvolvidas nesta pesquisa.

No Capítulo II, as reflexões são sobre a proposta multi-método Análise de Itinerários Turísticos, sendo assim, debate-se sobre o discurso a partir da análise Foucaultiana, o Método Análise do Discurso, Análise de Conteúdo e a Operacionalização da pesquisa, Etnografia, As Narrativas da Cidade, Conhecimento Situado, Síntese Metodológica e as Técnicas de pesquisa. Já o Capítulo III, corresponde ao capítulo empírico da Dissertação, e é focado nas Narrativas Patrimoniais de Penedo/AL. Sendo assim, é neste capítulo que são analisados os três itinerários selecionados para a pesquisa, que foram nomeados como: Itinerário Tradicional, Itinerário Empresarial e Itinerário Associativo. Ressalta-se que, para cada itinerário foi realizada uma observação etnográfica e uma entrevista, após a análise individual de cada um o capítulo encerra-se com uma síntese, analisando os três de forma conjunta. Por último, apresentam-se as Considerações Finais, com os apontamentos e conclusões sobre esta Dissertação.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E RACISMO: AS NARRATIVAS AFRO EM ITINERÁRIOS TURÍSTICOS

Este capítulo foi desenvolvido, com base na discussão teórica que fundamenta esta Dissertação. Sendo assim, fez-se necessário a discussão sobre memória, como a mesma torna-se um instrumento de poder e como pode se tornar um objeto de violência simbólica.

O debate sobre patrimônio cultural e o turismo também mostrou-se fundamental, pois, nesta pesquisa, é através dos mesmos que as memórias são lembradas ou esquecidas. Vale salientar, que neste capítulo coube também a discussão sobre o racismo, escravidão e o Mito da Democracia Racial, pois, a reflexão sobre os mesmos é essencial para a discussão sobre as narrativas afro em itinerários turísticos. Por fim, para completar a discussão teórica do capítulo, fez-se necessária a discussão sobre pesquisas que analisassem memórias afro em museus, roteiros ou itinerários.

Posto isto, ressalta-se que na primeira parte do capítulo, foi percorrido sobre Memória, Patrimônio Cultural e Violência Simbólica, como também sobre as Cidades Históricas, suas Narrativas Patrimoniais e o Turismo, debatendo conceitos e ressaltando a importância das narrativas patrimoniais e o papel educador do turismo. No terceiro tópico, o tema presente na discussão é sobre o Racismo e o mito da Democracia Racial no Brasil. No quarto tópico a discussão é sobre o conceito de interseccionalidade entre as categorias raça e gênero. No quinto e último tópico, a discussão é acerca de alguns trabalhos que dialogam com a memória, turismo e patrimônio cultural afro. Sendo assim, o interesse neste último tópico, a partir da revisão bibliográfica sobre os temas citados, é visualizar como a memória afro está sendo disseminada através de museus e do patrimônio histórico.

1.1 MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Para dar início às discussões teóricas que embasam esta Dissertação, é imprescindível a discussão sobre memória e como a mesma é interligada ao poder. Segundo Schmidt e Mahfoud (1993) “a memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os ‘quadros sociais’ nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si.” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

Para Chagas (1997) a memória vai ser sempre seletiva e de acordo com seu pensamento, esse caráter seletivo da memória deveria ser o suficiente para sinalizar “as suas articulações

com os dispositivos de poder”. (CHAGAS, 1997, p. 36). Uma vez que a memória é seletiva, e pode ser apropriada pelas instituições sociais e diferentes atores, ela torna-se um instrumento nas mãos dos que detém o poder.

Desta maneira, cabe nesta Dissertação a discussão teórica sobre o conceito de poder simbólico e violência simbólica. Posto isto, ressalta-se que o poder simbólico foi um conceito fundamentado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, e segundo ele é necessário saber descobrir esse poder, onde ele é menos perceptível, aliás, ignorado, para que assim seja reconhecido (BOURDIEU, 1989). Posto isto, é possível entender o poder simbólico como um poder invisível “o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 08).

Para Bourdieu (1989) esse poder se manifesta através do que ele denominou de sistemas simbólicos, compostos pela arte, religião e língua. É relevante pontuar que o sociólogo traz à discussão os diferentes universos simbólicos (mito, língua, arte, ciência), considerando-os como instrumentos de conhecimento, de onde é possível através deles, a construção do mundo dos objetos como formas simbólicas (BOURDIEU, 1989).

O instrumento metodológico, segundo Bourdieu (1989), necessário para apreender as formas simbólicas, em suas lógicas específicas, é a análise estrutural, quando se tem em “vista isolar a estrutura imanente a cada produção simbólica” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Mas, enfatiza-se que nessa análise é privilegiado o *opus operantum*, que Bourdieu (1989) traz como sendo as estruturas estruturadas, evidenciando assim a divergência com relação a tradição neokantiana, que insiste no *modus operandi*, correspondente a atividade produtora de consciência.

A tradição do pensamento, que dá origem ao sistema estruturado que Bourdieu se baseia, vem do linguista Ferdinand de Saussure, que vê a língua como um intermediário estruturado do qual é preciso a construção, para que o mesmo possa explicar a relação constante que existe entre o som e o sentido (BOURDIEU, 1989).

Considerando o poder simbólico como um “poder de construção da realidade”, faz-se necessário ressaltar que o mesmo pode ser relacionado com a questão da verdade e de poder discutida por Foucault, pois, são através das práticas discursivas que o poder pode ser exercido, impondo suas verdades. Logo, pode-se pensar que o poder simbólico também pode ser exercido através dos discursos de itinerários turísticos, impondo verdades através da memória que contemplem apenas a classe dominante.

Destaca-se que o poder simbólico estabelece uma ordem gnoseológica, que diferentemente da epistemológica que se relaciona apenas com conhecimento científico, visa o conhecimento sobre o sentido imediato do mundo, particularmente do mundo social (BOURDIEU, 1989). Sendo assim, o sociólogo salienta que foi Durkheim, ou depois dele, Radcliffe-Brown, o responsável por explicitar a função social do simbolismo como uma função política que não se restringe à função de comunicação dos estruturalistas (BOURDIEU, 1989).

Os símbolos, segundo Bourdieu “são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação” (BOURDIEU, 1989, p. 10). A partir deles é possível o consenso sobre o sentido do mundo social, de forma a contribuir para que a ordem social seja reproduzida, se referindo agora especificamente à integração lógica e moral (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu (1989) traz ao debate como as produções simbólicas tornam-se instrumento de dominação. De acordo com seu pensamento, nos sistemas simbólicos, a tradição marxista privilegia as funções políticas ao invés da sua estrutura lógica e sua função gnoseológica. Esse funcionalismo se diferencia do estruturo-funcionalismo de Durkheim ou de Radcliffe-Brown, por interligar as produções simbólicas aos interesses da classe dominante.

Compreender as produções simbólicas a partir das relações de classes proporciona a reflexão sobre como uma produção coletiva, que tem por objetivo servir apenas interesses particulares, se manifesta como sendo de interesses universais, se referindo obviamente a classe dominante. Bourdieu (1989) sublinha que é a cultura dominante que contribui para que haja uma integração verdadeira da classe dominante, resultando numa comunicação entre seus membros e os diferenciando das demais classes.

Conforme Bourdieu (1989) as classes dominadas possuem uma falsa consciência, e estão desmobilizadas, ao que se refere a essa integração fictícia da sociedade (cultura dominante), que é considerada fictícia, por não unir todas as classes. Assim sendo, a cultura dominante colabora também “para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

À medida que a cultura dominante dissimula a função de divisão na função de comunicação, acaba se tornando a cultura que une (através da comunicação), porém, que igualmente separa, pelo instrumento de distinção, fazendo com que essas distinções sejam legitimadas aos mesmo tempo que copelem as demais culturas, que são rotuladas como

“subculturas” e terminam por “definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”. (BOURDIEU, 1989, p.11). Reflexões como estas mostram a relevância da teoria para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que o pensamento de Bourdieu traz a discussão sobre como a cultura dominante tem a capacidade de compelir e rotular outras culturas, classificando as que não são próximas a esse padrão como “subculturas”, o que nos remete a pensar sobre como a cultura negra ainda é considerada por muitos como inferior quando comparada à europeia. É importante ressaltar também que de acordo com Bourdieu (1989) as relações de poder dependem do poder material ou simbólico, que pode ser acumulado pelos agentes ou instituições que estão envolvidas nessas relações.

Sobre os sistemas simbólicos Bourdieu (1989) salienta:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Destarte, entende-se por violência simbólica, a dominação de um grupo em relação à outro, que ocorre, como ressaltado, através dos sistemas simbólicos, que impõem ou legitimam essa dominação. Pensando no âmbito cultural, isso acontece quando um grupo determina que apenas a sua cultura é relevante, e sendo assim somente ela deve ser disseminada e preservada, acarretando numa violência simbólica contra as demais culturas, como por exemplo a cultura negra. Sendo assim, essa violência simbólica pode ser legitimada através de itinerários turísticos e museus, se em suas narrativas a memória afro for silenciada.

Pensando no conceito de Bourdieu sobre violência simbólica é possível relacioná-lo com o de discurso, que a partir da perspectiva foucaultiana, mostra como o mesmo é um objeto de desejo e poder que pode se tornar uma ferramenta de exclusão. Para melhor compreensão pode-se pensá-lo a partir dos museus e da História Oficial, que se optarem por excluir de seus discursos a memória e história dos negros estarão exercendo uma violência simbólica contra a cultura negra.

Essas lutas entre diferentes grupos são para Bourdieu (1989) simbólicas, e têm como objetivo impor uma definição de mundo social de acordo com seus interesses particulares, não

obstante, visam também impor suas posições ideológicas “reproduzindo de forma transfigurada o campo das posições sociais.” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

As lutas entre esses diferentes grupos podem ser conduzidas diretamente, por meio dos conflitos simbólicos que perpassam a vida cotidiana, ou por procuração, ou seja, pelas lutas que são travadas pelos especialistas de produção simbólica (BOURDIEU, 1989). Conforme Bourdieu (1989) ressalta, o que está em jogo nessas lutas é o monopólio da violência simbólica, que para ele se traduz no poder de se impor instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários da realidade social.

Sendo assim, essas lutas ocorrem no que Bourdieu (1989) definiu de “campo de produção simbólica” e o considera como sendo um microcosmo dessa luta simbólica. Por conseguinte, são os produtores que ao atenderem seus próprios interesses na luta interna no campo de produção, acabam por servir os interesses dos grupos que estão fora desse campo de produção (BOURDIEU, 1989).

Salienta-se que é na classe dominante onde desenrola-se a luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 1989). São por dois caminhos apontados por Bourdieu que as frações dominantes buscam legitimar sua dominação, o primeiro se refere a própria produção simbólica e o segundo fica a cargo dos ideólogos conservadores que apenas correspondem com uma real serventia aos dominantes e ameaçam desviar de acordo com seus interesses, através do poder de definição do mundo social. A fração dominada é para Bourdieu os intelectuais e artistas que existem, de acordo com a época que a mesma se encontra, e são os que “tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.” (BOURDIEU, 1989, p. 12)

Bourdieu (1989) explica que os sistemas simbólicos ou são apropriados pelos grupos ou são produzidos por um corpo de especialistas. Para melhor compreensão ele exemplifica através da história da transformação do mito em religião, já que, segundo o mesmo, ela não pode ser separada da história da constituição dos produtores de discursos e de ritos religiosos, pois, são a partir deles que se dá a própria divisão do trabalho religioso (BOURDIEU, 1989).

As ideologias, segundo Bourdieu (1989) são duplamente determinadas, tendo em vista que elas não devem suas características mais específicas apenas aos interesses das classes e frações de classes que as exprimem, mas, também aos interesses dos que as produzem e a própria lógica do campo de produção. Assim sendo, compreende-las a partir dessa dupla

determinação é para Bourdieu (1989) um meio de evitar que os produtos ideológicos se reduzam a apenas interesses das classes que eles mesmo servem.

É a partir do campo de produção ideológica e do campo da luta das classes que Bourdieu identifica a homologia de estrutura presente entre os dois campos, e isso de acordo com seu pensamento, ocasiona nas lutas que estão em jogo “formas eufemizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes” (BOURDIEU, 1989, p. 14). A problemática resultante disso é que a função ideológica do discurso dominante acontece nessa correspondência de estrutura a estrutura, e tende a se impor por meio de uma imposição mascarada (BOURDIEU, 1989).

Essa imposição acontece através de sistemas de classificação políticos, pois, os mesmos se apresentam como sendo legítimas taxinomias, sejam elas de ordem filosófica, jurídica, religiosa etc., constituindo assim o efeito propriamente ideológico (BOURDIEU, 1989). Bourdieu (1989) destaca que a força dos sistemas simbólicos advém do fato de que as suas relações de força, só se manifestam neles na forma irreconhecível de relações de sentido, logo, pode-se considerar que as mesmas apresentam-se de forma mascarada.

É essencial destacar que para Bourdieu (1989) o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos, e o mesmo se define por meio de uma relação determinada “entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos”, assim sendo, Bourdieu considera que é na “própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença” (BOURDIEU, 1989 p.14), entendendo por crença os símbolos de poder.

Por fim, compreende-se a partir da lógica bourdieusiana, o poder simbólico como esse poder invisível que é subordinado e ao mesmo tempo que transfigura e legitima outras formas de poder. Ocasionalmente assim em consequências (violência simbólica), resultantes de imposições de dominantes à dominados.

Esta concepção é importante para este trabalho por mostrar como através do exercício do poder simbólico, a violência simbólica pode resultar na exclusão de memórias de negros/as nas narrativas patrimoniais e turísticas de Penedo/AL. Logo, ajudando a compreender como através de uma estrutura de poder dos brancos, que acabam por contar a história do seu próprio ponto de vista como se fossem verdades únicas, são construídos discursos hegemônicos.

Neste sentido, cabe aqui também abordar as diferenças entre a memória individual e a coletiva. Todavia, Schmidt e Mahfoud (1993) deixam claro em seu trabalho que é impossível uma memória ser exclusivamente individual pelo fato de que “as lembranças dos indivíduos

são, sempre, construídas a partir de sua relação de pertença a um grupo. ” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291), sendo assim, eles a definem como um ponto de convergência que recebe diferentes influências sociais e também como uma forma particular de articulação dessas mesmas influências (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993). Sobre a memória coletiva, Schmidt e Mahfoud (1993) pontuam que “a memória coletiva, propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns.” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291), ainda destacam que o conteúdo da memória coletiva é um acervo de lembranças compartilhadas (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Pollak (1992) compreende a memória como sendo um fenômeno construído social e individualmente (quando é herdada), que por ser seletiva, nem tudo fica registrado. Como exemplo de memória coletiva organizada, ele cita a memória nacional, que segundo seu raciocínio, a mesma constitui um objeto de disputa muito importante e que para determinar datas e acontecimentos que serão gravados na memória de um povo, é comum que existam conflitos na escolha (POLLAK, 1992).

O sociólogo também enfatiza a relação estreita entre memória e o sentimento de identidade. Tomando identidade a partir de seu sentido mais superficial, que se refere a imagem de si, para si, e para os outros (POLLAK, 1992), ele considera a memória como sendo “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (POLLAK, 1992, p.05), portanto, sendo a identidade para o autor um fenômeno que se produz em referência aos outros, pode-se dizer com base em seu raciocínio que tanto memória quanto identidade “não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.” (POLLAK, 1992, p.05). Posto isto, é importante ressaltar que ambas se tornam então valores disputados, em conflitos que são sociais e intergrupais, mas também em conflitos em que estão opostos os mais diversos grupos políticos (POLLAK, 1992).

Sobre identidades, é possível destacar que de acordo com o pensamento de Hall (2006), as velhas identidades, antes responsáveis por estabilizar o mundo social estão em declínio, por consequência surgem então novas identidades e o indivíduo antes compreendido como unificado torna-se fragmentado (HALL, 2006). Com esse processo que Hall caracterizou como sendo uma descentralização da identidade do indivíduo, é possível compreender que o fenômeno da identidade se torna mais complexo, como o sociólogo mesmo pontua, as identidades modernas estão sendo fragmentadas (HALL, 2006).

Hall (2006) considera três concepções de identidades, sendo elas a do sujeito do iluminismo, do sociológico e do pós-moderno. O sociólogo explica que o primeiro estava baseado em uma concepção humana onde o sujeito aparece como sujeito centrado, dotado da capacidade da razão (HALL, 2006). Já sobre o indivíduo sociológico Hall (2006) destaca que o mesmo:

Preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’, entre o mundo pessoal e público. O fato de que projetamos a ‘nós próprio’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 2006, p. 12).

Em relação à identidade pós-moderna, o sociólogo salienta que devido a mudança da identidade unificada e estável para uma fragmentada, onde o sujeito possui não uma, mas várias identidades, que muitas das vezes além de contraditórias são mal resolvidas, acaba por resultar em um sujeito pós-moderno que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2006). Desta forma, é possível compreender, como o próprio sociólogo evidencia, que essa multiplicidade de identidades propicia para os sujeitos pós-modernos uma frágil localização como indivíduos sociais. Destaca-se ainda que, como já enfatizado tem-se o hábito de limitar as questões de identidade à marcadores, reduzindo a mesma “às características e aos atributos substantivos de grupos social ou grupo cultural” (ENNES; MARCON, 2014, p.285).

Posto isto, Castells (1999) ressalta que “para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto representação quanto na ação social.” (CASTELLS, 1999, p.22). Em relação à essa tensão e contradição o autor explica que é necessário diferenciar o que é identidade e o que são os papéis sociais e conjunto de papéis. Papéis para Castells (1999) são definidos “por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 22), para exemplificar o autor cita papéis sociais como os das mães, trabalhadores, vizinhos, militantes, entre outros. Já identidade, o sociólogo compreende como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural inter-relacionado, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 1999, p. 22).

É importante destacar também que de acordo com o pensamento de Marcus (1991) “a identidade de alguém, ou de algum grupo, se produz simultaneamente em muitos locais de

atividades diferentes, por muitos agentes diferentes que têm em vista muitas finalidades diferentes” (MARCUS, 1991, p.204), portanto, é possível considerar que as diferentes finalidades das identidades evidenciam a relação das mesmas com o poder.

Castells (1999) salienta que “as identidades também podem ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam” (CASTELLS, 1999, p. 22). À vista disto, compreende-se que as instituições dominantes possuem influências na formação das identidades, desde que os atores sociais as internalizem.

Cabe nesta discussão também a reflexão sobre identidade e diferença. A partir do pensamento de Woodward (2000) é possível entender que a identidade necessita do oposto para que o igual possa ficar em evidência. A identidade na concepção da autora é relacional, já a diferença é estabelecida pela marcação simbólica em relação a outras identidades (WOORDWARD, 2000).

Como já ressaltado, a formação das identidades dos indivíduos também pode sofrer influências de instituições dominantes, sendo assim, a relação entre memória e identidade aparece de maneira mais clara. Uma vez que os museus e as escolas (especificamente na disciplina de história), apresentam-se como uma das mais importantes instituições onde a memória é disseminada, faz-se necessário pensar quais são as identidades que estão sendo fortalecidas com as memórias que estão sendo trabalhadas.

Os conflitos que são relacionados à memória giram em torno do que será escolhido para ser lembrado e o que será deixado no esquecimento. Sobre as memórias que são deixadas ao esquecimento, Pollak (1989) destaca que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil imponente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 03). O sociólogo ressalva ainda que, os dominantes não podem controlar perfeitamente onde levarão as reivindicações que se formam, ao “mesmo tempo que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior” (POLLAK, 1989, p. 03). Ou seja, existem as resistências que aparecem e lutam contra essa memória oficial, criando assim as disputas de memórias, que surgem através dessas memórias que são silenciadas e estão resguardadas há muito tempo.

Neste aspecto, Ricouer (2003) atenta para o fato de que a memória além de instruída foi ferida pela história, destacando que “o dever de memória é, muitas vezes, uma reivindicação,

de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas” (RICOUER, 2003, p.06).

Evidencia-se que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional ” (POLLAK, 1989, p. 03). Quer dizer, é a partir da história oral que aparecem os discursos de resistências, sendo principalmente por ela que as culturas minoritárias, excluídas durante muito tempo, conseguem contar sobre suas próprias memórias e se opor à memória oficial.

É fundamental destacar que memória e esquecimento não são alimentados por si próprios. Como mostra o pensamento de Chagas (1997), são para os sujeitos que os mesmos servem e que se constroem e são construídos através de prática sociais, tendo o poder como semeador e produtor de memórias e esquecimentos (CHAGAS, 1997). Chagas reflete também a partir da declaração do abade Gréigore em 1794 à Convenção Nacional, em nome de quem as lembranças devem ser salvas, pois de acordo com a declaração, quem tinha interesses na conservação da ciência, das artes e dos monumentos eram apenas os “homens livres”, ou seja, os burgueses bem-sucedidos. Os escravos e os “bárbaros” segundo a opinião de Gréigore, não se identificavam nem apreciavam as artes e os monumentos, sendo assim, “em qualquer caso são excluídos politicamente do processo de construção de memória” (CHAGAS, 1997, p. 42).

É importante salientar que o discurso supracitado do abade Gréigore, não se diferencia do pensamento da elite do Brasil na época. Tanto que Chagas (1997) destaca que durante a presença da família real no país, foram criadas diversas instituições como o Horto Real de Aclimação (1808), a Biblioteca Real (1810), a Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) e o Museu Real (1818), porém, o autor salienta que essas Instituições foram criadas para a qualificação da Coroa Portuguesa e para atender aos interesses da Aristocracia Luso-brasileira, excluindo os negros, índios e mestiços (CHAGAS. 1997).

Posto isto, faz-se necessário compreender o conceito de museus. De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o museu pode ser definido como uma instituição que não tem fins lucrativos, e está “a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (ICOM, 2018). Sendo assim, o mesmo pode ser compreendido como um espaço onde as relações de

poder estão imersas, e o grupo que retém o poder escolhe os patrimônios materiais e imateriais que serão expostos e lembrados.

Por conseguinte, Chagas (1997) salienta que as instituições de memória, funcionam para essa Aristocracia luso-brasileira como dispositivo de poder disciplinar, que indica “o que se pode saber, o que se pode lembrar e esquecer, o que se pode e como se pode dizer e fazer” (CHAGAS, 1997, p.49). Para melhor compreensão:

Em outros termos: museus, bibliotecas, arquivos, institutos e academias são espelhos e palcos que encenam a dramaturgia da sociedade a que se referem e que ao articularem um determinado discurso, também condicionam o olhar e aprisionam o entendimento, a ciência e a arte (CHAGAS, 1997, p. 49).

Destarte, Chagas (1997) acentua que “o que está em jogo nos museus é memória e é poder, logo também é perigo ” (CHAGAS, 1997, p.62). Consequentemente um desses perigos é que o poder seja exercido de forma autoritária e destrutiva; outro é que a memória do passado seja saturada, assim como seu sentido, resultando no bloqueio da ação e da vida (CHAGAS, 1997).

Seguindo o raciocínio de Guimarães (2012) é possível pensar que patrimônio e memória possuem uma relação estreita, pois, é “a partir de traços do passado que o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando as gerações presentes àquelas que as precederam” (GUIMARÃES, 2012, p. 100), criando assim os laços sociais que são necessários à vida das coletividades humanas (GUIMARÃES, 2012).

Conforme Dias (2006) ressalta:

O patrimônio cultural é considerado, atualmente, um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos nossos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e de novos significados, os quais, provavelmente, deverão sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais (DIAS, 2006, p. 67).

Uma outra definição de patrimônio cultural é possível a partir do conceito de Grunberg (2007) que considera o mesmo como “manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. ” (GRUNBERG, 2007, p. 05), a autora ainda destaca que “cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. ” (GRUNBERG, 2007, p. 05).

Na discussão sobre patrimônio, faz-se necessário compreender como surgiram as preocupações sobre a preservação do mesmo. Com base na pesquisa de Fonseca (1997), é possível entender que em decorrência de uma série de acontecimentos (Revolução Francesa, Reforma Protestante), preservar o patrimônio tornou-se interesse público, pois, tais acontecimentos proporcionaram “ameaças concretas da perda de monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação” (FONSECA, 1997, p.03).

Desta maneira, tornando-se a preservação do patrimônio um interesse público, coube ao Estado “assumir a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída à capacidade de simbolizarem a nação, que se definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional” (FONSECA, 1997, p.36).

No Brasil, de acordo com Chuva (2012), a institucionalização da preservação cultural se deu a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no ano de 1937. Sendo assim, como ressalta a autora, o Estado brasileiro através da criação do SPHAN assumiu o compromisso de proteger o patrimônio histórico e artístico da nação (CHUVA, 2012).

Não obstante, salienta-se que segundo Duarte Júnior (2010), a institucionalização do SPHAN “significou a conscientização, pelo Estado, da relevância política da temática e da contribuição desta aos esforços de desenvolvimento do país, questões essas que vinham sendo discutidas insistentemente pelos círculos intelectuais brasileiros a partir da década de 1920.” (DUARTE JÚNIOR, 2010, p.43).

É importante ressaltar, que o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é resultado da extinção do SPHAN, e hoje é o órgão responsável pelos tombamentos, pela política nacional do patrimônio e pela promoção dos bens culturais do Brasil. Porém, destaca-se que o IPHAN durante muitos anos sofreu diversas críticas, principalmente nos primeiros anos de atuação, por privilegiar exclusivamente o tombamento de bens materiais, fase que ficou conhecida como “pedra e cal”.

De fato, pois como acentua Rodrigues (2006):

A proteção do chamado patrimônio cultural resumia-se a tombamentos e inscrições de obras que, ou eram belas, sob o conceito de beleza de um grupo de tecnocratas, ou traduziam fatos marcantes da história do Brasil, sob o critério meramente empírico, sem qualquer fundamento científico e, juntando-se a isto, a ausência de mecanismo para a proteção do patrimônio cultural do povo, da massa, dos grupos marginalizados (RODRIGUES, 2006, p. 08).

Neste sentido, enfatiza-se que o patrimônio cultural é composto por bens materiais e imateriais, sendo o último compreendido como as tradições, língua, artesanato, dança e etc., tanto os bens do passado como os do presente e de acordo com Dias (2006) “no seu conjunto, caracterizam um agrupamento social, um povo, uma cultura.” (DIAS, 2006, p. 68).

Consequentemente, cultura pode ser entendida como “tudo aquilo que foi criado pela humanidade ao longo de sua existência, tanto do ponto de vista material quanto não material.” (DIAS, 2006, p. 17). O sociólogo ainda salienta que existem alguns elementos básicos em comum que aparecem em todos tipos de cultura, sendo eles: os valores, normas e sanções, tecnologia, idiomas e os símbolos. Sendo o último definido como “qualquer coisa que carrega um significado particular reconhecido pelas pessoas que compartilham uma determinada cultura” (DIAS, 2006, p. 20). A partir do pensamento de Dias (2006) é possível compreender que um mesmo símbolo pode não significar nada para uma cultura, ao mesmo tempo que pode ser de grande valor para outra, como exemplo pode-se pensar nos objetos religiosos que são cultuados por diferentes religiões.

Evidencia-se, que de acordo com Rodrigues (2006), a criação do SPHAN, o Estado Novo e a Semana de Arte Moderna de 1922, foram os três fatos indispensáveis para a elaboração e evolução do conceito de patrimônio cultural no país. O autor destaca ainda, que juntamente com esses acontecimentos, também foi fundamental a participação de intelectuais de expressão política da época, como Rodrigo Melo Franco Andrade, Mario de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, entre outros.

Destarte, Rodrigues (2006) ressalta que os fatores supracitados, contribuíram para o conceito amplo de patrimônio cultural presente na constituição de 1988, modificado depois do Decreto nº 3551 de agosto de 2000, que incluiu os bens imateriais e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Entretanto, antes desta modificação, de acordo com Fonseca (1997), já havia sido desenvolvida uma concepção de patrimônio avançada para época, que estava presente em um anteprojeto para criação do SPHAN, desenvolvido por Mário de Andrade, que reunia “num mesmo conceito –arte- manifestações eruditas e populares e defendeu o caráter, ao mesmo tempo, particular/nacional da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção” (FONSECA, 1997, p.99). Contudo, o anteprojeto aprovado na época que depois resultou no Decreto-Lei nº 25/37, responsável por organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional na época, foi o do Rodrigo Melo Franco de Andrade e o mesmo não contemplou o patrimônio imaterial (RODRIGUES, 2006).

Por conseguinte, Brito (2017) aponta que essa pluralidade defendida no anteprojeto de Mário ia contra o projeto de unidade nacional, que buscava a criação de um Estado Novo centralizador e para que isso acontecesse era necessário combater os regionalismos no Brasil.

Por conta disto, diferentes comunidades culturais tiveram seus elementos simbólicos marginalizados, no processo de construção nacional, pois, “buscava-se uma homogeneidade cultural do território” (DIAS, 2006, p 47). Deste modo, no processo de construção nacional no Brasil uma das comunidades mais prejudicadas foi a dos negros.

Neste sentido, Veiga (2018) salienta que:

O patrimônio se apresenta como uma representação social coletiva de um juízo de valor, se atribui o status patrimonial ao que se considera representante de uma identidade coletiva, e àquilo que determinado grupo social considera importante no sentido de transmitir para as gerações futuras (VEIGA, 2018, p.76).

Ou seja, com base no pensamento do autor, é possível compreender que o status patrimonial é concedido àqueles bens que representam uma identidade coletiva, consequência da escolha de um grupo social que decide o que será transmitido para as gerações posteriores. Sendo assim, se esta escolha não contemplar as diversas identidades que existem no Brasil, o público, neste caso, a de negros e negras, conseqüentemente não se reconhecerão nestes patrimônios.

Dias (2006) discute que sendo o patrimônio cultural constituído como um produto de violência simbólica, ele não representa um leque social amplo, pois, “setores historicamente excluídos do ponto de vista econômico, político, social e cultural não se sentirão representados pelos bens selecionados” (DIAS, 2006, p.86). Sendo assim, pode-se pensar com relação a esta pesquisa, que sendo o patrimônio cultural de Penedo/AL também um produto de violência simbólica, o mesmo não apresenta um leque social amplo. Logo, é cabível pensar que a comunidade negra não se sente representada pelos bens selecionados.

À vista disso, Martins (2006) atenta ao fato de que o patrimônio é o reflexo da própria sociedade que o produz, porém o mesmo nem sempre é fruto da coletividade, o autor explica que em alguns processos o patrimônio é produto de contextos culturais, políticos ou econômicos, e que esses processos são originados de decisões de grupos concretos ou classes, entretanto, “apenas representam patrimônio, quando tais construções são assumidas pela coletividade de forma autônoma” (MARTINS, 2006, p. 43).

Sendo assim, a partir do pensamento de Dencker (2012), é possível compreender que:

O patrimônio deve ser considerado como um campo de práticas e representações que se constituem de forma relativamente autônoma, sendo possível problematizar e questionar a experiência patrimonial, investigando os modos como o simbólico opera socialmente e integra a memória social até se constituir como imaginário totalizante (DENCKER, 2012, p.139).

Portanto, é possível considerar que a memória é diretamente ligada ao patrimônio cultural de um povo, pois, como ressalta Carneiro (2006) a memória, através da cultura, cria “um ponto de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração.” (Carneiro, 2006, p.20). Porém, cabe aqui ressaltar que como já mencionado, a memória é seletiva, sendo assim, as referências criadas através do patrimônio vão corresponder as memórias privilegiadas pelos que estão no poder. Desta maneira, pondera-se que o patrimônio é produzido sobretudo para atender necessidades individuais, sociais e institucionais em diferentes épocas (VILLASCHI, 2012).

Desta maneira, em conformidade com o pensamento de Dias (2006), faz-se necessário destacar que:

Ampliar o significado social do patrimônio significa integrar à memória coletiva a diversidade existente na sociedade, o que favorecerá, em última instância, um incremento do turismo pelo aumento das singularidades de cada local que, até então, estavam ocultas pela, nos termos estabelecidos por Bourdieu e Passeron, violência simbólica (DIAS, 2006, p. 87).

A partir do turismo é possível perceber a segunda da dupla função que os monumentos e o patrimônio histórico adquirem. Segundo Choay (2006) a primeira é sendo obras que propiciam saber e prazer, que ficam postas à disposição de todos, e a outra é como produtos culturais que são “fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2006, p. 211).

Seguindo o pensamento de Veiga (2013) “as novas diretrizes adotadas pelas Políticas de Patrimônio no Brasil, não por acaso, marcam também o início da abordagem turística do Patrimônio, conforme a carta ‘Normas de Quito’, de 1967” (VEIGA, 2013, p.157). O autor explica que, a partir dessas diretrizes, o patrimônio de um país poderia ser explorado economicamente como uma riqueza natural, logo, abriu espaço para que organizações financeiras privadas, explorassem o patrimônio para fins turísticos (VEIGA, 2013).

Diante desta discussão, percebeu-se, como a memória está interligada ao poder, tal qual, o mesmo pode ser exercido através do patrimônio cultural. Vale destacar também, que o exercício desse poder pode resultar em uma violência simbólica contra uma cultura, no caso desta discussão, a cultura afro. Sendo assim, ressalta-se que as cidades históricas são responsáveis por agregar um grande número de patrimônios culturais, que são explorados pela

atividade turística, e que podem, dependendo de quais sejam suas narrativas patrimoniais e turísticas, representar uma violência simbólica contra a cultura afro.

1.2 AS CIDADES HISTÓRICAS, SUAS NARRATIVAS E O TURISMO

As cidades, principalmente aquelas que são reconhecidas socialmente como históricas, através de suas narrativas patrimoniais e turísticas, também contam versões da história do Brasil e constroem de maneira seletiva a memória coletiva (GOMES, 2017). Sendo assim, os espaços de memórias e patrimônios das cidades históricas têm um papel fundamental na construção e reconstrução da história brasileira.

Vale ressaltar que Penedo/AL é uma cidade histórica tombada nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal. Deste modo, Silva (2016) salienta a importância dos sítios tombados, pois segundo ela, os mesmos podem ser considerados bons exemplos para entender a realidade social, “pois enquanto territórios patrimonializados, impulsionam uma reflexão sobre os múltiplos e contraditórios processos de produção espacial que estão em permanente transformação; revelam, portanto, os elementos concretos da reprodução da sociedade” (SILVA, 2016, p. 206).

Cabe aqui destacar, que seguindo o pensamento de Veiga (2018), “os turistas procuram visitar cidades históricas porque coadunam sobre o valor dos bens tombados. Procuram entrar em contato através de uma experiência empírica valorativa com bens que acreditam possuir os valores a eles atribuídos” (VEIGA, 2018, p.89). Portanto, pode-se considerar que uma das motivações dos turistas que visitam as cidades históricas são os bens tombados. Sendo assim, reforça a importância da diversidade de patrimônios tombados que contemplem diferentes memórias.

Posto isto, as cidades históricas podem ser tornar espaços de disputas simbólicas, pois, segundo Barreira (2013):

Repensar a cidade sob a ótica da sua memória, ou sob o prisma de significados atribuídos à noção de patrimônio, supõe compreender a lógica das prioridades conferidas ao uso e valorização de espaços efetivados ao longo do tempo. Prioridades que aparecem como coletivamente construídas, embora sejam objeto permanentes de disputas simbólicas que revelam interesses de diferentes atores sociais (BARREIRA, 2013, p. 228).

Logo, a partir do pensamento da autora é possível considerar que ao repensar a cidade, seja através da memória ou sob os significados dos patrimônios, as prioridades que surgem

como justificativas para uso e valorização desses espaços, aparecem como sendo coletivamente construídas, entretanto, mostram os interesses de atores sociais diferenciados.

De acordo com Barreira (2013) as cidades desde os tempos longínquos são apresentadas a partir de suas narrativas, desta forma para debater sobre narrativas faz-se necessário a discussão sobre seu conceito. Squire (2014) define narrativa “como uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais” (SQUIRE, 2014, p. 273). A autora explica que as narrativas podem acarretar em um conjunto de signos que podem se movimentar temporalmente, causalmente ou de outras formas que sejam socioculturalmente reconhecíveis; ela também destaca que as narrativas operam pela particularidade e não com a generalidade, por isso não podem ser reduzidas à teoria (SQUIRE, 2014).

No entanto, são a partir destas particularidades que Squire (2014) salienta que estando as narrativas arraigadas no particular, proporciona “para a pesquisa fenômenos que são novos, ignorados ou recalcitrantes devido à sua complexidade e opacidade” (SQUIRE, 2014, p. 277), logo, seguindo o pensamento da autora, a variabilidade que as pesquisas sobre narrativas proporcionam, contribuem para o desenvolvimento de trabalhos distintos.

Com base no pensamento de Barreira (2013) é possível compreender que a relação entre narrativa e cidade não é natural, pois, uma vez que na mesma existem as prioridades discursivas, que segundo a autora é o que foi elevado à categoria de memória; o que desapareceu com o tempo e por último, se trata daquilo que foi “apropriado e novamente significado por distintos atores e instituições sociais” (BARREIRA, 2013, p.30). Fundamentando-se nessa reflexão, é possível compreender que são diferentes atores e instituições sociais que possuem o poder de se apropriar e restituir os significados das memórias nas narrativas da cidade, de modo que é a partir de suas prioridades que será escolhido o que será lembrado e esquecido.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), conceitua o turismo como sendo “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001). É importante enfatizar que existem diferentes segmentos turísticos, como o Turismo de Sol e Praia, Turismo Rural, Turismo Cultural, Ecoturismo, Turismo de Negócios e Eventos, entre outros.

Deste modo, é pertinente destacar que o Turismo Cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. ” (BRASIL, 2006, p.15). Por conseguinte, é através dele que turistas e

visitantes entram em contato com a memória coletiva de um lugar, pois, Gomes e Vasconcelos (2016) salientam que:

É através do turismo cultural que os visitantes conhecem a memória coletiva de outros grupos. Desse modo, o turismo cultural ajuda a escolher o que será lembrado e o que será esquecido. No mesmo sentido, os museus são os guardiões da memória oficial e são os principais atrativos do turismo cultural (GOMES e VASCONCELOS, 2016, p.06).

Dito isto, ressalta-se que de acordo com os dados da OMT (2017), no ano de 2016 o número de turistas internacionais pelo mundo foi de 1,235 milhões, e a receita total arrecadada com o turismo internacional naquele ano foi de 1,220 bilhões de dólares (OMT, 2017). Logo, percebe-se que o turismo pode ser considerado uma atividade que movimenta economicamente todo o mundo.

Neste sentido, Meneses (2014) aponta que a atividade turística é na contemporaneidade um importante setor da economia, pois, a mesma pode possibilitar riqueza e melhoria da qualidade de vida em cidades e países, como também “tem sido usada como alegação para construção de lugares de memória e, mais amplamente, de interpretações de identidades como patrimônios culturais” (MENESES, 2014, p.33). Sendo assim, compreende-se que o turismo pode proporcionar benefícios sociais e econômicos para um destino. Dias (2006) destaca alguns desses benefícios sociais que o turismo pode propiciar, ressaltando que o mesmo:

Tem importante papel socializador, pois permite o encontro entre pessoas de diferentes culturas; favorece a sociabilidade das pessoas que se encontram na viagem numa condição psicológica altamente favorável a novos contatos sociais; contribui para o entendimento entre populações de diferentes regiões num mesmo país; incentiva a adoção de novos valores que, gradativamente, vão tornando-se universais; diminui as distâncias étnicas, permitindo maior conhecimento dos outros e de seus costumes. (DIAS, 2006, p.30).

Vale salientar também que, o turismo pode ser um meio de desenvolvimento econômico e de valorização de manifestações culturais, gastronomia, artesanato de uma comunidade ou cidade, desde que seja desenvolvido com planejamento. Sendo assim, ressalta-se que quando o turismo é desenvolvido sem planejamento e de forma irresponsável ocasiona consequências negativas para o destino.

O turismo conhecido como “turismo de massa”, é um dos exemplos de como a atividade turística pode ser prejudicial a um destino. Um dos primeiros a criticar e denunciar os impactos desse turismo foi o pesquisador Jost Krippendorf, que também se tornou um dos responsáveis pelo conceito de turismo sustentável ao sugerir um novo modo de fazer turismo.

Krippendorf (2009) aponta que “o turismo de massa constitui uma das formas de lazer mais marcantes, de maiores consequências e de impactos menos controláveis” (KRIPPENDORF, 2009, p.17). Desses impactos, o autor ressalta os ecológicos e sociais, principalmente com relação aos prejuízos que a atividade turística pode ocasionar aos moradores locais.

Canclini (1994) ressalta que “nos debates sobre o patrimônio histórico costuma-se vê-lo como inimigos dos atuais processos de mudança o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo” (CANCLINI, 1999, p.95). Seguindo o raciocínio do autor, pode-se perceber que o pensamento sobre o turismo é o mesmo como um vilão, um inimigo do patrimônio cultural.

Neste sentido, Canclini (1999) acentua que para os gestores e pensadores do Patrimônio Cultural existem duas visões principais sobre o Turismo, sendo elas a paranoica e a utilitarista. Ressaltando-se que, na visão paranoica, foca-se apenas nos impactos negativos que a atividade turística pode ocasionar, já a utilitarista evidencia apenas o desenvolvimento econômico que a mesma pode proporcionar (GOMES; VASCONCELOS, 2016). Deste modo, com o trabalho de Krippendorf (2009) pode-se vislumbrar o que ele chama de “turismo humanizado”, ou seja, um turismo que proporcione um desenvolvimento econômico justo, que envolva a comunidade, que não massifique a cultura local do destino, que trabalhe com educação patrimonial com turistas e autóctones, entres outros benefícios que o turismo pode proporcionar.

Um dos exemplos do que seria um “turismo humanizado”, que buscar minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos, é o Turismo de Base Comunitária (TBC) que de acordo com o Ministério do Turismo:

Este tipo de organização e oferta do produto turístico possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor. (BRASIL, 2009, p.364).

Destarte, a partir da pesquisa de Santos et al. (2016), no Quilombo Mocambo em Sergipe, foi percebido que o TBC pode ser uma alternativa de empoderamento feminino, que combate o sexismo e a desigualdade de gênero, também foi entendido que o mesmo, quando desenvolvido em comunidades com histórico de exploração (indígenas, quilombolas), que sofrem com preconceitos e discriminações “deve abordar a história de luta e resistência destes

povos e contribuir para a superação do racismo historicamente existente” (SANTOS et al., 2016, p.09).

Desta maneira, vale ressaltar que o turismo pode ter um papel educador não só com os turistas, mas também, com a comunidade local, através da Educação Patrimonial. Por conseguinte, segundo o pensamento de Gomes et al. (2015) “a educação patrimonial apresenta-se como uma ferramenta essencial, que pode se constituir em ação pedagógica que busque alcançar a valorização e preservação do patrimônio cultural legado por determinada comunidade” (GOMES, et al. 2015, p. 462).

Neste aspecto, entendendo Educação Patrimonial pela definição de Grunberg (2002), que considera a mesma como o ensino voltado para os bens culturais, tendo esses bens como fonte primária de conhecimento, é imprescindível destacar, que para o seu melhor desenvolvimento faz-se necessário o envolvimento com a comunidade, visando fortalecer o sentimento de pertencimento local.

Posto isto, são nas cidades históricas que muitos dos produtos culturais são fabricados, principalmente nos museus, monumentos e itinerários turísticos construídos com as narrativas da cidade. Por conseguinte, compreende-se itinerário como “um meio de expressão, é o propósito de explicar algo a alguém, um processo de comunicação. O itinerário se estrutura a partir de uma leitura interpretativa da realidade” (RAMOS, 2012, p.12). Outra definição de itinerário é possível a partir do trabalho de Bahl e Nitsche (2014) que defendem que o mesmo “compreende a disposição de atrativos e equipamentos turísticos num determinado espaço, interligado por vias de acesso, com infraestrutura de apoio, contando com uma comunicação visual própria que evidencie a sua identidade” (BAHL; NITSCHKE, 2012, p.41).

Outro produto cultural fabricado em cidades históricas são os roteiros turísticos, sobre os mesmos Bahl (2004) ressalta que:

Um roteiro turístico é fruto de todo um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem, podendo estabelecer as diretrizes para desencadear uma posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar (Bahl,2004, p.07).

Diante do exposto, foi possível compreender que itinerários turísticos e roteiros turísticos se diferenciam, pois, os itinerários geralmente possuem narrativa, um tema central que conduz a interpretação do mesmo. Já nos roteiros turísticos, normalmente não se segue uma linha narrativa com um tema específico, como já ressaltado nos roteiros criam-se fluxos que possibilitam um aproveitamento racional dos atrativos (BAHL, 2004).

Deste modo, se nos roteiros e itinerários turísticos das cidades históricas as narrativas patrimoniais estiverem voltadas apenas para contar a versão eurocêntrica da história brasileira, os discursos sobre os negros e suas contribuições para a construção do Brasil podem continuar sendo disseminados, tanto pelos dominantes quanto pelos dominados, apenas pela óptica dos dominantes ante os dominados.

Destaca-se que, na pesquisa de campo foram acompanhados itinerários turísticos que são aplicados com grupos de visitantes e turistas que se dirigem à Penedo. Sendo assim, salienta-se que um dos pontos positivos que pode-se ressaltar sobre os mesmos é que, para sua organização, faz-se necessário um trabalho coletivo que envolva iniciativa privada, sociedade civil organizada e também o poder público (BAHL; NITSCHÉ, 2014).

Seguindo o pensamento dos autores supracitados, pode-se compreender também “que os itinerários se constituem em uma forma de promotores da atividade turística priorizarem e direcionarem investimentos, integrando personagens de diversas ordens e facilitando o planejamento e desenvolvimento turístico de um município ou região (BAHL; NITSCHÉ, 2014, p. 41). Sendo assim, de acordo com os mesmos, o itinerário turístico pode ser considerado um produto turístico coletivo, organizado a partir dos responsáveis pela oferta turística local (BAHL; NITSCHÉ, 2014).

É importante salientar, que itinerários turísticos são aplicados principalmente por Guias de Turismo, no entanto, Penedo apresentou algumas peculiaridades com relação aos profissionais que atuam recebendo grupos. Foi constatado durante a pesquisa de campo, que os cinco profissionais responsáveis por guiar grupos de visitantes e turistas, ainda não possuem o cadastro de Guia em Turismo no Ministério do Turismo, no entanto, todos os cinco informaram que curso técnico de Guia está em andamento. Sendo assim, cabe aqui discutir não apenas a categoria Guia em Turismo, mas também, a categoria condutores locais.

No entanto, faz-se necessário discutir primeiramente, a categoria Guia de Turismo, que Barreira (2013) define como sendo uma espécie de “manuais práticos de apresentação de cidades. Subtraem a lógica aleatória das escolhas de lugares e espaços a serem visitados, acentuando o princípio normativo daquilo a ser conhecido.” (BARREIRA, 2013, p. 47). Outra definição é possível a partir da Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guias de Turismo, destacando que:

Para os efeitos desta Lei, é considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas (BRASIL, 1993).

Posto isto, compreende-se como guias de turismo os profissionais que são regulamentados pela Lei e podem guiar grupos no âmbito nacional e internacional. Para uma melhor compreensão, Carvalho (2016) pontua que o Guia em Turismo é:

Um profissional liberal, com profissão reconhecida e regulamentada por lei, e que, ao estar devidamente cadastrado no Ministério do Turismo, ocupe-se das atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações de interesse turístico sobre as diversas áreas de conhecimento para viajantes e turistas em viagens, passeios e visitas (CARVALHO, 2016, p.33).

Sobre os Guias de Turismo, Santos (2015) salienta que os mesmos têm seus papéis de seletores de memórias, ao selecionar o que será visitado, e que fatos históricos serão escolhidos para serem apresentados no seu discurso durante o guiamento. Ainda de acordo com o autor o Guia de Turismo, tem “papel de educador, mediador, embaixador, intérprete patrimonial, fiscalizador dos espaços e seletor de memórias” (SANTOS, 2015, p.92).

Com relação a categoria condutores locais, Carvalho (2016) ressalta, que historicamente têm sido usadas diferentes nomenclaturas para designar pessoas que trabalham com guiamento, sendo uma delas o termo condutores locais. Assim sendo, o autor explica que a ocupação básica de um condutor local é “conduzir, monitorar e prestar informações a viajantes e turistas em visitas exploratórias no interior de equipamentos, empreendimentos, ou atrativos técnicos científicos de interesse turístico”, como também, “nos limites territoriais de sítios históricos ou naturais” (CARVALHO, 2016, p.35)¹. Carvalho (2016) aponta em seu trabalho alguns exemplos dos lugares mencionados, entre eles são citados museus, igrejas, centros históricos, entre outros.

À vista disso, entende-se por condutores locais pessoas que moram pela região e, mesmo sem serem regulamentados, conduzem grupos e apresentam para turistas e visitantes cidades históricas, destinos turísticos e etc. Portanto, sendo as narrativas das cidades apresentadas por

¹ Ressalta-se que, segundo o autor, esta definição também corresponde ao termo informante turístico.

guias turístico e condutores locais, é de grande relevância analisar nesses discursos, quais são as memórias que estão inseridas.

Ao finalizar este subcapítulo, destacam-se as imbricações entre memória coletiva, patrimônio cultural, cidades históricas e turismo, permeadas por relações de poder que podem ocasionar em uma violência simbólica contra a cultura afro. Deste modo, pensando na relação entre objeto teórico e empírico, pode-se considerar que a cidade de Penedo, através de suas narrativas patrimoniais e turísticas que são apresentadas pelos condutores locais e Guias de Turismo, podem, através dos discursos dos mesmos, transformar patrimônios culturais da cidade em objeto de silenciamento, ao se evidenciar nos mesmos, apenas a memória da classe dominante.

1.3 A ESCRAVIDÃO, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O RACISMO NO BRASIL

A escravidão no Brasil foi um dos maiores males advindos do período colonial e deixou marcas profundas na sociedade brasileira. É necessário enfatizar que, pensando a escravidão a partir da Teoria da Estratificação Social, pode-se compreender que de acordo com Giddens (1997), existem quatro sistemas básicos de estratificação da sociedade, são elas: as castas, os estados, a escravatura e as classes (GIDDENS, 1989).

Giddens (1989) ressalta ainda que “as sociedades podem ser vistas como constituindo ‘estratos hierarquizados’, com os mais favorecidos no topo e os menos privilegiados perto do fundo” (GIDDENS, 1989, p.345). Sendo assim, seguindo o raciocínio do sociólogo, entende-se que nessas camadas hierarquizadas, o acesso a recursos materiais e imateriais ocorrem de forma diferente, garantindo um maior acesso aos indivíduos que fazem parte das camadas que estão no topo.

Posto isto, Giddens (1989) salienta que “os sociólogos falam em estratificação social para descrever as desigualdades que existem entre indivíduos e grupos nas sociedades humanas” (GIDDENS, 1989, p.300). Desta forma, é através da Teoria da Estratificação Social que é possível entender como as desigualdades sociais são construídas.

Neste aspecto, destaca-se que:

A escravatura é uma forma de desigualdade extrema, na qual alguns indivíduos são literalmente possuídos por outros como sua propriedade. Enquanto instituição formal, a escravatura foi sendo gradualmente erradicada, tendo hoje em dia desaparecido quase por completo (GIDDENS, 1989, p.301).

Porém, enfatiza-se que algumas marcas da escravidão continuam presentes até os dias atuais, como por exemplo o racismo, que se fundamenta na ideia de que a humanidade é dividida em raças, e que algumas são superiores em relação às outras. É importante salientar que o racismo não se restringe apenas ao preconceito e discriminação contra os negros, porém, historicamente no Brasil, são eles os que mais tem sofrido suas consequências.

O racismo é um problema social que gera grande repercussão e discussão na sociedade contemporânea. Pode ser considerado como um exemplo de violência simbólica por ter como principal fundamento, segundo Guimarães (2003) a ideia de que a humanidade é dividida em raças e que algumas são superiores em relação a outras, o que hierarquizou as sociedades e populações humanas (lembrando o conceito de Bourdieu que traz a ideia de imposição dominantes à dominados) e contribuiu para a consolidação de um racismo doutrinário (GUIMARÃES, 2003).

Esse racismo doutrinário segundo Guimarães (2003), além de sobreviver à criação das ciências sociais, respaldou posturas políticas insanas, que ocasionaram em efeitos desastrosos para a humanidade, como genocídios e holocaustos. À vista disso, é possível considerar que o racismo, mesmo não possuindo fundamentos reais, pode resultar em consequências reais, recordando o clássico teorema de Thomas "if men define situation as real, they are real in their consequences" (WILLIAM, 1923, p. 572).

Sendo a questão racial o principal fundamento dos discursos racistas, cabe aqui uma reflexão sobre o conceito de raça. É importante enfatizar que a construção desse conceito, baseando-se na ideia de que raça seria definida por traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, não possui hoje nenhum respaldo científico (GUIMARÃES, 2003). Desta forma, o conceito de raça deve ser entendido como uma construção social e para sociologia é definido como “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais psicológicas etc., pelo sangue” (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

Hall (2003) chama atenção para as consequências que podem surgir ao se naturalizar a diferença e não a enxergar a partir de seu contexto histórico, pois, “no momento em que o significante ‘negro’ é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma

categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir” (HALL, 2003, p. 327). Sendo assim, desvincular o conceito de raça do seu contexto sócio histórico, e limitá-lo a um quesito biológico, já ultrapassado cientificamente, pode acabar resultando no fortalecimento da própria base em que o racismo foi construído.

O conceito de racismo foi e ainda é objeto de diferentes leituras e interpretações ao longo da história. Segundo Munanga (2003) quando esse conceito é trazido para a realidade do cotidiano, seu conteúdo e significado mudam, o que dificulta o consenso na busca de soluções contra o racismo. Ou seja, seguindo o pensamento de Munanga (2003) existe na sociedade contemporânea um uso generalizado do racismo, onde o termo aparece interligado a qualquer atitude de rejeição ou injustiça social e isso pode resultar em uma banalização de seus efeitos, o que implicaria em um “esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo” (MUNANGA, 2003, p. 10).

Para melhor compreensão de como se configura um racista, Munanga (2003) aponta que:

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo o qual ele pertence (MUNANGA, 2003, p. 08).

No Brasil, conforme Bernardino (2002), ainda é fortemente difundida “a crença que a cultura brasileira antecipa a possibilidade de um mundo sem raças” (BERNARDINO, 2002, p. 249), logo, segundo o autor, continua a ser disseminado no país a crença de que o mesmo seria um exemplo de nação em que as questões raciais são imaginadas como democráticas. A essa crença é dado o nome de Democracia Racial, e a mesma é considerada um mito por pressupor que no Brasil não existe racismo, nem discriminação racial.

Florestan Fernandes (2008), considerado um dos mais importantes sociólogos brasileiros, foi um dos primeiros a denunciar o “mito da democracia racial”. O autor defende que esse mito não nasceu de uma hora para outra, e sim, germinou durante muito tempo, e durante esse período nas avaliações sobre os escravos, os mesmos eram pintados como “contendo ‘muito pouco fel’ e sendo suave, doce cristãmente humano” (FERNANDES, 2008, p. 309), ou seja, como passivos à escravidão. O autor aponta também que esse mito teve utilidade na prática, em três planos distintos.

Por conseguinte, salienta-se que o primeiro foi responsável por generalizar um estado de espírito hipócrita, que permitia atribuir à incapacidade (ou irresponsabilidade) dos negros os dramas (desigualdade, social, política e econômica) que os mesmos enfrentavam (FERNANDES, 2008). O segundo “isentou o ‘branco’ de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato” (FERNANDES, 2008, p. 311). Por fim, o sociólogo ressalta que o terceiro plano foi forjar uma consciência falsa, que foi responsável por criar uma falsa realidade racial brasileira (FERNANDES, 2008). Vale destacar, que esta consciência falsa que foi disseminada, suscitou em várias convicções etnocêntricas, entre elas, a ideia de que os negros não tinham problema no Brasil, e que pela própria índole do povo Brasileiro, não existiam distinções de raças entre a população (FERNANDES, 2008).

Posto isto, ressalta-se que essa crença da Democracia Racial foi estruturada a partir do sentimento de nacionalidade no Brasil, que segundo Bernardino (2002) foi capaz até de operar uma concordância valorativa entre as diferentes camadas sociais que compõem a sociedade brasileira (BERNARDINO, 2002).

É bem verdade que o discurso sobre o Brasil ser um país miscigenado, sempre foi disseminado como algo positivo, entretanto, cabe aqui a reflexão sobre essa valorização da mestiçagem brasileira. Em concordância com Bernardino (2002), a ideia de Democracia Racial no país teve e ainda tem como base a ascensão social do mulato, porém, essa ascensão ocorreu às custas das depreciações dos negros (BERNARDINO, 2002). Segundo Munanga (2003) esse fortalecimento da identidade do mestiço proposta pela ideologia dominante, além de buscar a formação de uma unidade nacional visava legitimar a democracia racial brasileira.

Por conseguinte, “o mito da democracia racial implicava um ideal de homogeneidade racial, o que significa que os racialmente diferentes não são bem vistos, posto que desafiam este ideal brasileiro” (BERNARDINO, 2002, p. 252). Sendo assim, ao tempo que o mulato era exaltado e visto como o futuro do Brasil, os negros tinham que enfrentar o problema da exclusão na mesma sociedade (BERNARDINO, 2002).

Por esse motivo, o mito da Democracia Racial que buscou-se fomentar no Brasil com a exaltação do mulato, e acabou contribuindo ainda mais para exclusão social dos negros, tentou “vender” a ideia de que no país não existia problemas raciais, que era homogêneo em relação a isso.

É relevante destacar que diversos autores (GUIMARÃES, 2003; BERNARDINO, 2002; GOMES, 2014) enfatizam em seus trabalhos o papel que a obra Casa-Grande & Senzala (1933)

do sociólogo Gilberto Freyre teve na elaboração acadêmica do mito da democracia racial, que mesmo não tendo sido o responsável pelo seu nascimento foi através dessa obra que o mito ganhou sistematização e status científico (BERNARDINO, 2002). Seguindo o pensamento de Bernardino (2002), Freyre constrói sua obra com um tom de otimismo sobre um ambiente social criado durante a fase colonial no Brasil onde a ascensão do mulato é propícia, parecendo algo fadado a acontecer em um futuro próximo no país.

Guimarães (2003) sintetiza bem o propósito na criação desse mito, “essa democracia racial seria basicamente um modo diferente de colonizar que significou miscigenar-se, igualar-se, integrar os culturalmente inferiores, absorver sua cultura, dar-lhes chances reais de mobilidade social no mundo branco ” (GUIMARÃES, 2003, p. 102). Porém, é importante salientar que essas chances de ascensão ao mundo branco eram oferecidas aos mulatos, não aos negros.

Neste aspecto, a partir dessas reflexões é plausível considerar que a democracia racial que era defendida na época, representava uma outra forma de colonizar e dominar a comunidade negra e com esse discurso de dominação tentar desmobilizá-la, dificultando assim a conquista de benefícios. Assim como destaca Bernardino (2002) essa recusa de se reconhecer que existem raças no Brasil (no sentido social) é estratégica, pois, segundo o mesmo, aqueles que falam de políticas sociais voltadas para os negros são acusados de serem racistas, portanto, isso acabou prejudicando a comunidade negra na conquista de benefícios.

Outro conceito que se faz necessário nesta discussão é o conceito de cor, pois, de acordo com Guimarães (2003) a mesma serviu como base de um discurso classificatório que é o mais naturalizado de todos os discursos, ou seja, o mais habitual e menos exposto à crítica e foi “usado para classificar pessoas nas mais diversas sociedades” (GUIMARÃES, 2003, p. 98).

Sendo assim, Guimarães (2003) salienta que a categoria predominante antes era “raça” e foi substituída pela categoria “cor” estando presente até hoje “na base do que se chama de nação brasileira, desse Estado-nação” (GUIMARÃES, 2003, p.100). O autor explica que o motivo por trás dessa mudança na categoria possivelmente foi devido à pressão dos avanços sociais dos ex-libertos e seus descendentes, que buscavam se integrar na sociedade brasileira, pois mesmo na época ainda existindo a escravidão havia um grande número de homens livres pretos, mulatos e pardos (GUIMARÃES, 2003).

Essa tentativa de excluir a categoria raça, fica evidente no discurso dos anos de 1950 que segundo Guimarães (2003) era o seguinte “somos todos brasileiros e por acidente temos diferentes cores; cor não é uma coisa importante, “raça”, então, nem se fala, esta não existe, quem fala em raça é racista” (GUIMARÃES, 2003, p.101). É notório na palavra de ordem neste

discurso a ideia de cor como apenas um acidente e a ligação entre a ideia de quem fala de raça é racista.

Introduzir a categoria cor como um meio de classificação era importante na época por que:

O modo de classificação por cor não fecha as portas para ninguém, não pesa quase nada nas oportunidades sociais, a sociedade seria uma sociedade de classes, uma sociedade aberta, em que negros, brancos, índios, mestiços, pessoas de qualquer cor, podem transitar pelos diferentes grupos sociais (GUIMARÃES, 2003, p.101).

Para Bernardino (2002) a classificação por cor pretende ser encarada como sendo uma mera descrição objetiva da realidade, sem implicar com questões delicadas de cunho político, econômico ou social, como por exemplo preconceitos e discriminações. Todavia, Guimarães (2003) pontua que para as pessoas serem classificadas pela cor de suas peles, faz-se necessário que essa categoria tenha algum significado, alguma ideologia que faça sentido para o grupo.

O uso da categoria cor não foi restrito apenas ao Brasil como evidencia Brah (2006). Ela também era usada para classificar pessoas afro-caribenhas e do sul da Ásia que migravam para a Grã-Bretanha. Segundo a autora, nos discursos populares, políticos e acadêmicos essas pessoas eram descritas como “pessoas de cor”, porém, Brah (2006) enfatiza que esse termo não era simplesmente descritivo, “tinha um código colonial para uma relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado” (BRAH, 2006, p. 05).

Com relação a diminuição do racismo a partir dessas substituições da categoria raça, seja para cor ou etnia, não surtem efeito pois, de acordo com Munanga (2003):

O racismo que é hoje praticado pelas sociedades contemporâneas não necessita mais do conceito de raça nem da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje (MUNANGA, 2003, p. 13).

Para melhor compreensão sobre o conceito de etnia, Munanga (2003) o define como sendo “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2003, p.12). Guimarães (2003) também

traz a ideia de etnia interligada com lugares, ao pensar que a partir do lugar que se veio é possível se identificar com um grande grupo de pessoas, refletindo sobre frases como “a minha Bahia, o meu Amazonas, a minha Itália” (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

Brah (2006) ressalta que discursos etnicistas buscam impor noções estereotipadas, que os grupos étnicos possuem uma “necessidade cultural comum”, quando na verdade eles são grupos heterogêneos que apresentam aspirações e interesses sociais diferenciados, sendo comum deixar de “tratar a relação entre ‘a diferença’ e as relações sociais de poder em que ela pode estar inscrita” (BRAH, 2006, p. 337).

Em suma, a mudança do conceito de raça para etnia, segundo Munanga (2003) é porque o segundo é considerado mais cômodo que o primeiro e se encaixa nos termos do “politicamente correto”, mas, como já discutido neste trabalho, isso não altera a realidade do racismo. O autor ainda lembra que o conceito de etnia é usado tanto por antirracistas como pelos próprios racistas, e assim como acontece com o conceito de raça o de etnia é ideologicamente manipulado de acordo com os interesses de cada um deles (MUNANGA, 2003).

Santos (2013) levanta uma questão interessante para discussão:

Expressões como ‘grupos étnico-raciais’, colocadas em ação nas reivindicações das lutas culturais, conotam a aceitação do assujeitamento. Se, por um lado, ‘grupos étnico-raciais’ serve para nominar o que antes chamávamos ‘minorias’, de outro, seu uso reifica um caráter raciológico e essencialista do qual tentamos, constantemente, nos livrar (SANTOS, 2013, p. 07).

A partir dessa reflexão é possível pensar também sobre algumas questões levantadas por Munanga (2003) como por exemplo a confusão que seria se ao usar esses conceitos, acabasse remetendo a uma biologização da cultura, reproduzindo uma ideia de que uma etnia branca produziria cultura branca, uma etnia negra cultura negra e assim por diante, o que implicaria a continuar disseminando um conceito que permanece com um caráter raciológico e biológico.

Sobre identidade cultural, Munanga pontua que a mesma é construída “com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, etc.” (MUNANGA, 2003, p. 16). Ou seja, de acordo com o pensamento do antropólogo, no Brasil existem diversos processos de identidade cultural, o que revela um pluralismo de negros, brancos e amarelos, onde os mesmos são compreendidos como sujeitos históricos e culturais e não como biológicos ou raciais (MUNANGA, 2003).

Com relação aos processos identitários, ressalta-se que, segundo o raciocínio de Ennes e Marcon (2014), os mesmos precisam ser analisados, principalmente, “como expressão de relações de poder geradoras de estratificação, hierarquização e localização, mas também, por vezes, de transgressão social” (ENNES; MARCON, 2014, p.286). Deste modo, os autores colocam que essa perspectiva, se opõe às análises que focalizam unicamente em atributos e elementos responsáveis por caracterizar determinados grupos, e expressar suas identidades (ENNES; MARCON, 2014). Como exemplo destes atributos e elementos, os autores citam gênero, cor da pele, nacionalidade, entres outros e sugerem ainda, que os mesmos devem ser considerados como marcadores, para que possam serem melhor empregados na análise social (ENNES; MARCON, 2014).

Por fim, o Mito da Democracia Racial, juntamente com a ideia da existência de raças humanas (separadas por fenótipo e genótipo), além de contribuírem para o fortalecimento da discriminação e preconceito contra os negros no Brasil, tiveram um papel importante na construção de discursos racistas que são disseminados até hoje. Neste aspecto, ressalta-se que é importante refletir como, através das cidades, do patrimônio cultural brasileiro e do turismo, esses discursos podem continuar sendo reproduzidos. No caso deste trabalho, busca-se analisar como os itinerários turísticos e os museus de Penedo disseminam a memória afro, e se os mesmos exercem uma violência simbólica com relação a contribuição dos negros/as para cidade de Penedo/AL.

1.4 INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA

A disseminação de discursos racistas através das narrativas patrimoniais e turísticas, como mencionado anteriormente, pode contribuir para o fortalecimento do preconceito contra os negros, através da violência simbólica. Por outro lado, a valorização da memória afro nestas narrativas, pode contribuir para diminuir este preconceito e ser uma resistência discursiva.

Porém, também é importante enfatizar que mesmo quando os discursos são difundidos de forma que valorizem a memória afro nas narrativas patrimoniais e turísticas, ainda podem recair em silenciamentos, excluindo assim, determinadas categorias que tornam a comunidade negra heterogênea. Como exemplo dessas categorias pode-se citar a de gênero, pois, se nos museus ou itinerários de uma cidade onde a memória afro seja contemplada, porém não inclui a categoria gênero em suas narrativas, resultará na exclusão da memória sobre a participação das mulheres no processo de construção da cultura afro.

Sendo assim, devido a importância da articulação entre as categorias gênero e raça e visando compreender a relação entre racismo e sexismo, faz-se necessário a discussão sobre o conceito de interseccionalidade, pois, o mesmo possui destaque atualmente nas pesquisas relacionadas a gênero e ao feminismo negro.

Neste sentido, Lugones (2014) destaca que:

A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se *mulher* e *negro* são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença (LUGONES, 2014, p. 01).

Logo, salienta-se ainda, que a categoria classe também faz parte da discussão sobre interseccionalidade, porém a presente pesquisa terá seu foco voltado apenas para a intersecção da categoria gênero e raça, buscando mostrar como mesmo em narrativas turísticas e patrimoniais que incluem a memória afro, a mulher negra pode ser excluída.

Porém, antes da discussão sobre o conceito de interseccionalidade é relevante compreender a categoria gênero. De acordo com Scoot (1989) “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações poder” (SCOOT, 1989, p. 21). Gênero implica em quatro elementos que são relacionados entre si, sendo eles: os símbolos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos, o aspecto político e a identidade subjetiva (SCOOT, 1989).

Posto isto, salienta-se que de acordo com Rodrigues (2013) o conceito de interseccionalidade foi cunhado e difundido pelas feministas negras nos anos de 1980, segundo ele foi uma ferramenta teórico-metodológica essencial para ativistas e teóricas feministas que visavam expor “os processos de interação entre as relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/ institucionais” (RODRIGUES, 2013, p. 01).

É importante destacar que um dos motivos do surgimento deste conceito se deu devido ao fato de que as mulheres negras não se sentiam representadas nem pelo Movimento Feminista nem pelo Movimento Negro. Pois, segundo Rodrigues (2013) para algumas militantes nos dois movimentos as mulheres negras foram consideradas como “sujeitos implícitos”, desta forma, as necessidades específicas das mulheres negras não eram levadas em consideração. Assim

como pontua Gomes (2016), “não bastava pensar e lutar pela ‘mulher’ no singular. Havia sujeitos, situações e complexidades que estavam sendo negligenciadas.” (GOMES, 2016, p.09).

É necessário ressaltar também que o Movimento Negro era liderado por homens negros, sendo assim, era difícil para mulheres negras conseguirem incluir as questões de gênero no movimento. Já o Movimento Feminista era liderado por mulheres brancas, desse modo, essas líderes por não sofrerem com a questão racial, não viam a necessidade de incluir a categoria raça no movimento. Um ponto relevante que deve ser evidenciado nesta discussão é que as mulheres brancas conseguiram sua liberdade, para sair de casa e principalmente poder ingressar no mercado de trabalho, às custas da marginalização das mulheres negras que “assumiam” seus papéis e trabalhavam como empregadas domésticas.

Os dados recentes sobre o mercado de trabalho no Brasil demonstraram que “a maior parte dos indicadores mostra uma hierarquia estanque, na qual o topo é ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras” (IPEA, 2015). À vista disso, é possível considerar que mesmo com os avanços e conquistas das mulheres negras, a posição que as mesmas ocupam no mercado de trabalho permanece abaixo dos homens (brancos e negros) e das mulheres brancas.

Outro dado interessante do relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil durante os anos de 1995 a 2015, é com relação a ocupação das mulheres nos empregos domésticos, o relatório mostrou que esse emprego ainda corresponde a ocupação de 18% das mulheres negras e 10% das mulheres brancas (IPEA, 2015). Contudo, mesmo as mulheres negras sendo a grande maioria na ocupação dos empregos domésticos o relatório também mostrou que no ano de 2015 apenas 29,3% das trabalhadoras negras tinham carteira assinada em comparação com as brancas que possuíam 32,5% (IPEA, 2015). Logo, fica evidente as diferenças existentes entre a ocupação de empregadas domésticas negras e brancas, pois mesmo o grupo de domésticas negras sendo maioria, ainda possuem o menor número de carteiras assinadas.

Salienta-se que direitos como o FGTS, seguro-desemprego e remuneração do trabalho noturno superior ao diurno só foram conquistados após a união das domésticas e a criação da PEC das Domésticas em 2013, pois, nem os direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988, nem a alteração da lei em 2006 garantiam esses direitos para as domésticas.

Dito isto, por consequência da exclusão da categoria gênero no Movimento Negro, e da categoria raça no Movimento Feminista, “esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas, na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulassem

racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desconfortável.” (RODRIGUES, 2013, p.02). Posto isto, só restava às mulheres negras lutarem por suas próprias necessidades, o que de acordo com Rodrigues (2013) acabou gerando conflitos e rupturas nas formas em que esses movimentos se apresentavam nas décadas de 70 e 80 (RODRIGUES, 2013).

Esses conflitos e rupturas ocorreram devido as mulheres negras militantes que faziam parte desses dois movimentos. De acordo com Rodrigues (2013), as mesmas começaram a questionar as práticas excludentes existentes em ambos os movimentos, propondo que no Movimento Feminista a categoria raça não fosse invisível e que no Movimento Negro as questões de gênero também fossem abordadas (RODRIGUES, 2013).

Brah (2006) destaca que o feminismo tem como objetivo principal mudar as relações sociais de poder que são ligadas ao gênero. No entanto, a autora salienta ainda que ter como principal dinâmica da opressão de mulheres as relações de poder entre homens e mulheres, pode levar quase à exclusão de determinantes como o de racismo e o de classe (BRAH, 2006). Deste modo, com base no raciocínio de Brah (2006) é cabível compreender que “mulher” não é uma categoria unitária.

Logo, de acordo com o pensamento de Brah (2006) o sujeito político do feminismo negro é responsável por descentrar o sujeito unitário e masculinista presente no discurso eurocêntrico, como também “a versão masculinista do ‘negro’ como cor política, ao mesmo que perturba seriamente qualquer noção de ‘mulher’ como categoria unitária” (BRAH, 2006, p. 358).

Sendo assim, o conceito de interseccionalidade criado pelas feministas negras, que segundo Biroli e Miguel (2015) “tende a condensar a presença de formas múltiplas e articuladas de opressão” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 44), é importante pois:

Permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser ‘mulher’ sem cair no reducionismo de um princípio umificador comum mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva (RODRIGUES, 2013, p. 06).

Vale salientar que segundo Kerner (2012), tanto o racismo quanto o sexismo são categorias que podem ser compreendidas como fenômenos complexos de poder, mas que

operam em um contexto de atribuição de diferenças que são categoriais. E, sobre a relação entre as duas, Kerner (2012) destaca ainda que a mesma pode possuir quatro modos de se relacionar, sendo elas definidas como: semelhanças, diferenças, acoplamentos e as intersecções.

Em relação ao primeiro modo supracitado, Kerner (2012) salienta que as semelhanças existentes entre racismo e sexismo estão presentes nos aspectos centrais de seus mecanismos de funcionamento, pois, em ambos os casos são construídas diferenças categoriais (negros/brancos, homens/mulheres, etc.), outra semelhança que a autora destaca são as suposições sobre os membros desses grupos minoritários, que em casos extremos são marcados por mitos que ao se naturalizarem podem levar à fixação de supostas características. (KERNER, 2012).

Kerner (2012) chama atenção para a seguinte questão:

A referência a analogias estruturais entre racismo e sexismo também foi instrumentalizada com intenções emancipatórias, mais precisamente por movimentos de mulheres brancas na América do Norte e na Europa Ocidental que, assim – e também ao fazerem uso de palavras de ordem como “as mulheres são os negros do mundo” -, dramatizavam suas próprias questões (KERNER, 2012, p. 50).

Destarte, seguindo o pensamento da autora a instrumentalização das semelhanças entre racismo e sexismo quando foi usada para esses fins foi atacada com razão, pelo fato de que além de minimizar as experiências da escravidão e exploração, tornaram as mulheres negras invisíveis (KERNER, 2012). Todavia, exemplos como esse não devem “levar à recusa generalizada de todo e qualquer diagnóstico de analogias. A questão seria antes de analisar, em cada caso, em que medida as eventuais semelhanças são suficientes e qual posição é respectivamente atribuída às mulheres de grupos minoritários” (KERNER, 2012, p. 50). Dito isto, é possível compreender que a análise da relação de racismo e sexismo é possível por meio das semelhanças, porém faz-se necessário atentar aos usos instrumentalizados da mesma.

Sobre a relação entre racismo e sexismo a partir das diferenças, Kerner (2012) ressalva, com base principalmente no contexto da teoria social alemã entre gênero e etnia, que o gênero é responsável por produzir uma inclusão, isso nas esferas da vida familiar e doméstica, e uma subordinação no trabalho e na política. Já raça e etnia também produzem subordinação nestas duas arenas, porém a exclusão aparece no nível de Estado e da nação (KERNER, 2012). Entretanto, a autora chama atenção para o cuidado que se deve ter em generalizações

esquemáticas desse tipo. Segundo a mesma faz-se necessário atentar ao fato de até que ponto os discurso e arranjos institucionais estruturados de forma sexista continuam a relegar mulheres ao interior do espaço privado, como também para quais mulheres os mesmos são referidos (KERNER, 2012).

Por fim, na intersecção, o último modo de relação entre racismo e sexismo, Kerner (2012) aponta que:

Serve como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de “raça”, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiência. (KERNER, 2012, p. 55).

É importante destacar que para uma compreensão mais ampla da relação entre racismo e sexismo, é preciso compreendê-las nas dimensões epistêmica, institucional e pessoal, como também o sentido de interseccionalidade que muda de uma dimensão para outra (KERNER, 2012). Na dimensão epistêmica segundo Kerner (2012) racismo e sexismo aparecem relacionados através dos discursos, saberes, símbolos e imagens. Na institucional, é por meio dos arranjos institucionais, que são responsáveis por produzir formas estruturais de discriminação e hierarquização (KERNER, 2012). Por último, a dimensão pessoal que corresponde a atitudes, identidade, à subjetividade de pessoas, ações individuais e a interações pessoais (KERNER, 2012).

Sobre o sentido de interseccionalidade, na dimensão epistêmica Kerner (2012) mostra que as normas de gênero são “racializadas”, como também as representações e atribuições “raciais” são sexualizadas. Ressaltando-se que a interseccionalidade nesta dimensão também implica em uma “pluralização ou uma diferenciação interna de categorias usuais da diversidade.” (KERNER, 2012, p.57). Já em relação a dimensão institucional Kerner (2012) salienta que a interseccionalidade do racismo e do sexismo ocasiona em um complexo cruzamento entre diferentes estruturas institucionais. Como exemplo pode-se pensar na situação da política educacional, acesso e permanência no mercado de trabalho e as estruturas familiares (KERNER, 2012). Já na dimensão pessoal, a interseccionalidade aponta para “os processos de subjetivação ou de formação de identidades com diferentes pontos de referência.” (KERNER, 2012, p. 57). Neste aspecto, pensando sobre esta pesquisa, é importante salientar que será

possível compreender o sentido da interseccionalidade na dimensão epistêmica, a partir dos discursos e das narrativas turísticas e patrimoniais da cidade de Penedo/AL.

Sendo assim, o conceito de interseccionalidade mostra-se como fundamental para esta pesquisa pois proporciona uma melhor compreensão sobre os cruzamentos entre as categorias de gênero e raça, contribuindo assim para a análise sobre os discursos que emergem (ou os silenciamentos) acerca das mulheres negras nas narrativas patrimoniais de Penedo/AL.

1.5 TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO

Uma vez que, neste subtópico discute-se sobre pesquisas que dialogam com a memória, turismo e patrimônio cultural afro, é pertinente incluir no debate um trabalho que traz uma análise a partir de um cenário internacional. Este é o caso da pesquisa de Araújo (2009), desenvolvida no continente africano, que teve como objetivo examinar “as diferentes representações da escravidão e do tráfico atlântico presentes na Rota dos Escravos da cidade de Ajudá, na atual República do Benim”.

Neste sentido, a autora explica que a Rota dos Escravos é um lugar construído, onde é valorizado duas imagens diferentes do escravo, uma que o coloca como vítima absoluta e a outra o coloca como resistente, porém, segundo a mesma, as figuras do algoz não são desmerecidas (ARAÚJO, 2009).

De acordo com Araújo (2009) a cidade de Ajudá, é, depois de Angola, o segundo porto escravagista mais importante da África durante a época do comércio atlântico. Deste modo, a cidade foi contemplada com diversos projetos oficiais, que visavam valorizar a memória da escravidão naquela região, sendo um deles a Rota dos Escravos.

A autora aponta que existe uma complexidade das memórias da escravidão, e isso ocorre devido aos diferentes discursos presentes nos museus, monumentos e memoriais, que são desenvolvidos pelos atores locais e pelos organismos oficiais, fato que ocasionam em elementos conflituosos na memória da escravidão (ARAÚJO, 2009).

Araújo (2009) ainda destaca que:

A memória da escravidão não é unicamente ligada àqueles que sofreram os efeitos do cativo, da deportação, dos castigos corporais e dos trabalhos forçados. Essa memória também é reconstruída por aqueles que participaram e colaboraram com o tráfico atlântico: comerciantes de escravos, intérpretes, capitães de navios e mestres (ARAÚJO, 2009, p.03).

Destarte, a autora explica que não é possível falar apenas de uma memória da escravidão, mas sim, de memórias plurais, que algumas vezes podem convergir entre si, porém, na maioria dos casos são memórias conflituosas (ARAÚJO, 2009). Por conseguinte, a mesma ressalta que a Rota dos Escravos é “um local de reexperimentação, de reinterpretação e de reinvenção do passado” (ARAÚJO, 2009, p.04), onde são apresentadas múltiplas representações dos escravizados e da própria escravidão.

Posto isto, é importante ressaltar que a pesquisadora destaca algumas ações de valorização dos sítios ligados a escravidão no Atlântico, que antecedem o projeto Rota da Escravidão. Como por exemplo, a restauração do antigo forte português de São João Batista de Ajudá, que em 1967 se tornou o Museu de História de Ajudá, e os antigos palácios dos reis Guezo e Glèlè que se transformaram no Museu Histórico de Abomé. Araújo (2009) salienta ainda que, o processo de restauração desses edifícios, que teve início no ano de 1992, por ser no mesmo período que foram desenvolvidos outros projetos ligados à memória da escravidão, “teve o efeito de reavivar a memória da escravidão, não necessariamente do ponto de vista dos grupos escravizados, mas daqueles que participaram ativamente na produção e no comércio de escravos” (ARAÚJO, 2009, p. 07).

Araújo (2009) explica que a Rota dos Escravos é uma estrada de chão batido, que se inicia no local que estava situado o mercado dos escravos, no centro da cidade de Ajudá, e termina na praia, onde supostamente os cativos eram embarcados. A autora ressalta que nessa estrada foram colocadas estátuas de cimento, e as mesmas representam vodus, os símbolos do rei Daomé e os cativos que foram enviados ao continente americano (ARAÚJO, 2009).

Neste aspecto, Araújo (2009) destaca que o caminho da Rota perpassa vários bairros de Ajudá, dando visibilidade a sítios históricos e aos templos vodus que já existiam. Entretanto, a autora salienta que haviam outros caminhos que conduziam até a praia e que também, parte do trajeto, por conta da existência de uma rede de lagoas, era feito de canoa. Sendo assim, a Rota dos Escravos pode ser considerada como um percurso fictício (ARAÚJO, 2009).

Vale salientar que a “Rota dos Escravos apresenta diversas imagens da escravidão: aquelas que evocam claramente a figura do escravo e aquelas que fazem alusão à escravidão por intermédio das divindades do vodu ou ainda pelas referências ao reino do Daomé” (ARAÚJO, 2009, p.10). Sendo assim, é possível perceber, a partir dessa variedade de imagens que são apresentadas sobre a escravidão, os elementos conflituosos presentes na Rota.

O primeiro ponto da Rota é a praça de Chacha, que de acordo com Araújo (2009), é localizada atrás da antiga residência de um mercador de escravos brasileiro. A autora acentua que onde a praça é situada, funcionava a venda de cativos no período do tráfico atlântico. No entanto, a pesquisadora pontua que a estátua instalada na praça é a representação de uma amazona do exército de Daomé. Porém, não existe menção sobre a mesma na placa presente na base da estátua. É reforçado a autenticidade da praça como local onde existiu a venda de escravos.

Com relação as estátuas presentes no percurso da Rota, Araújo (2009) evidencia que “elas representam as divindades situadas na mais alta hierarquia do panteão vodu, como aquelas associadas às forças da natureza, como o ar, a água, o fogo e a terra” (ARAÚJO, 2009, p.11). De acordo com a análise da pesquisadora, percebeu-se que mesmo que essas esculturas tenham o objetivo de atrair um público internacional, não existe nenhuma legenda explicativa sobre as divindades expostas, sendo a grande maioria conhecida somente pela comunidade.

Outra escultura, presente na Rota é a da Árvore do Esquecimento que possui a seguinte descrição:

Nesse lugar se encontrava a “Árvore do Esquecimento”. Os homens escravos deviam dar, em torno dela, nove voltas e as mulheres, sete voltas. Depois de darem essas voltas, os escravos deviam ficar amnésicos. Eles esqueciam completamente seu passado, suas origens e suas identidades culturais para se tornarem seres sem vontade de reagir ou de se rebelar (ARAÚJO, 2009, p. 15).

Salienta-se que para Araújo (2009), esse além de ser um dos únicos monumentos que evoca a memória do cativo, representa o escravo como um indivíduo sem vontade, sem capacidade de reagir e sem identidade. Fato que segundo a mesma, contraria grande parte de estudos recentes “que mostram o escravo africano trazido para as Américas como organizador de rebeliões, como gente que lutou pela liberdade e que soube criar novos laços identitários e familiares” (ARAÚJO, 2009, p.15).

A autora descreve outros monumentos que compõe a Rota, como o lugar onde os escravos ficavam reunidos, Zomai, e explica que onde ficava a antiga construção foram instaladas esculturas representando escravos de diferentes grupos étnicos, como o rosto marcado por escarificações (ARAÚJO, 2009). Outro ponto da Rota que é citado pela autora é o Memorial de Zoungbodji, que segundo a mesma era o local em que os escravos eram

marcados com ferro em brasa e que atualmente encontra-se bastante deteriorado (ARAÚJO, 2009).

O último monumento da Rota dos Escravos é o Portão do Não-Retorno, que fica situado na praia e segundo Araújo (2009), é o único que foi construído para a Rota no ano de 1995 e teve como objetivo simbolizar o lugar onde os escravos eram enviados para o continente americano. De acordo com Araújo (2009), as colunas do monumento, com representações de casais de escravos nus e de joelhos “ênfatisam a imagem do escravo como bem móvel ou como vítima sem vontade própria” (ARAÚJO, 2009, p.18). Entretanto, a pesquisa também mostra que no mesmo monumento existem esculturas que representam a família dos escravos se encontrando em cada lado do portal e para a autora “a imagem que é ressaltada aqui não é mais aquela da vítima absoluta, mas sim a do resistente: os escravos que têm os braços levantados conseguiram arrebentar as correntes que lhes mantinham presos” (ARAÚJO, 2009, p.18).

Araújo (2009) salienta que no ano 2000, foi construído um memorial encomendado pela igreja católica e segundo a autora:

Trata-se de um monumento em homenagem aos primeiros missionários católicos que chegaram ao Daomé durante a segunda metade do século XIX. Nesse contexto, a presença do novo memorial destoa dos outros monumentos que rememoram o vodu e a escravidão, pois a Igreja católica não somente legitimou a escravidão e o tráfico atlântico, como, também, sustentou a colonização francesa no Daomé, opondo-se, em muitos casos, às religiões autóctones (ARAÚJO, 2009, p.18).

A autora ainda cita a construção de um monumento, no ano de 2004, que também foi chamado Porta do Retorno e junto do mesmo foi incluído um pequeno museu. Na frente do Museu da Porta do Retorno, existem duas esculturas de dois escravos que conseguem romper com as correntes que lhe prendiam, sendo assim, Araújo (2009) enfatiza que as mesmas “valorizam a imagem do escravo resistente, capaz de lutar e de escapar da prisão imposta pelo cativo” (ARAÚJO, 2009, p.19).

Diante do exposto, a pesquisadora ressalta que a partir dos monumentos que compõem a Rota da Escravidão pôde-se observar as memórias conflitantes presentes na narrativa, que mostram os escravos às vezes como vítimas outras vezes como resistentes (ARAÚJO, 2009, p.19). Araújo (2009) destaca ainda que, além das memórias conflitantes, também fazem parte

da narrativa as memórias plurais, com representações do comércio transatlântico de escravos e da própria escravidão.

Por fim Araújo (2009) salienta que a Rota dos Escravos:

Busca reproduzir o percurso feito pelos cativos dentro do território do antigo reino do Daomé antes de embarcar em direção às Américas, enfatiza uma representação vitimizante e às vezes estereotipada do escravo. As imagens do escravo acorrentado, do escravo agachado, do escravo nu ou ainda das filas de escravos que se preparam para embarcar no navio negreiro, tal como são mostradas nos diferentes memoriais e monumentos de Ajudá, informam pouco sobre a complexidade da história da escravidão e do tráfico atlântico na região (ARAÚJO, 2009, p.19).

Partindo agora para o cenário nacional, Hipólito (2017) em seu trabalho sobre o Museu do Negro e o Museu Memorial Pretos Novos, localizados no Rio de Janeiro, salienta que no Brasil o processo social e histórico da implementação de museus é pautado no chamado “museu moderno”, que tem como base o contexto europeu. Sendo mais específica, a autora aponta que é da França essa principal influência. Desta forma, os museus têm como base os preceitos dos franceses burgueses: igualdade, liberdade e fraternidade (HIPÓLITO, 2017).

A autora explica que são nestes tipos de museus, com base europeia, que os museus brasileiros refletem e chegam até a repetir, desde as estruturas mais básicas dos museus europeus, até as formas de representação discursiva, logo, como ressaltado pela mesma, essa forma de fazer museus são responsáveis por influenciar diversas instituições culturais que existem ou estão se constituindo (HIPÓLITO, 2017).

Um ponto interessante ressaltado por Hipólito (2017) é que esses museus em sua maioria, acabam disseminando através de seus discursos, realidades que são interpretadas como sendo verdades únicas, ou seja, a maior parte destes discursos reproduzem e representam valores hegemônicos que são pertencentes à elite, porém, são demonstrados como se fossem da sociedade em geral (HIPÓLITO, 2017).

É importante salientar que, como o trabalho de Hipólito (2017) buscou analisar os museus dos Negros e do Memorial dos Pretos Novos, os mesmos fogem da regra dos museus tradicionais. Destarte, foi possível para a autora refletir como se dão os processos de construção de uma identidade negra nestes dois museus e se a mesma é representada de forma subalterna ou destoam dos estereótipos dominantes (HIPÓLITO, 2017).

Segundo a análise de Hipólito (2017), no museu do Negro a relação apresentada sobre os negros, envolve para a autora uma forma mais tradicional de “fazer” museu, pois, a sua construção discursiva é muito pautada em questões como a Abolição da Escravatura, que tem como base a narrativa oficial, que colocam o papel de redentora a Princesa Isabel, a salvadora, libertadora de escravos. Outro ponto central abordado no museu, segundo Hipólito (2017), é a religiosidade, devido ao fato do Museu ser administrado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e o mesmo estar localizado na Igreja de mesmo nome. Sendo assim a Irmandade expõe fotos e estandarte dos membros, porém, a autora salienta que a importância dos mesmos só se dá através desses elementos. Os outros objetos (coroas de santos, cálices) acabam se confundindo com a memória que é dedicada aos irmãos e com o próprio local, no caso a Igreja (HIPÓTILO, 2017).

Desta maneira, para a autora uma das formas como o negro é apresentado no Museu do Negro, é como sujeito escravizado pelos seus senhores, e isso se reflete principalmente a partir das imagens de sofrimento, dos objetos cotidianos e dos instrumentos de suplício que são expostos no Museu, assim como o enfoque dado à Princesa Isabel como heroína. E para finalizar, a autora coloca que essa visão também é pautada na própria irmandade religiosa, pois a mesma teria tido um papel significativo na luta abolicionista (HIPÓLITO, 2017).

Sobre o Museu Memorial dos Pretos Novos², Hipólito (2017) destaca que os elementos expositivos presentes neste museu são semelhantes ao do Museu do Negro, se referindo a temática principal de ambos, que é a questão da negritude, e a outras questões como as que envolvem os negros na sociedade brasileira, tendo como foco o período colonial. Porém, a autora evidencia que o que ocorre no Museu dos Pretos Novos é diferente do que acontece no outro museu analisado, pois no mesmo há uma ressignificação do período escravocrata, onde a memória referente a esses Pretos Novos, que não está no discurso oficial, busca ser reconhecida. Já no Museu do Negro, a autora ressalta que “no que condiz a constituição do discurso expositivo referente ao negro na sociedade brasileira, esse ainda é pautado na história oficial do Brasil como nação. Construção narrativa que ainda delega aos negros um lugar subalternizado.” (HIPÓLITO, 2017, p. 18).

² De acordo com o site oficial do Museu, o nome “Pretos Novos” era o nome dado aos negros cativos, recém-chegados da África, o local onde o Museu está situado é no antigo Cemitério dos Pretos Novos. Disponível em: <http://www.museusdoriorio.com.br>

Por conseguinte, com base nas análises feitas pela pesquisadora, a mesma ressalta que os museus são responsáveis não apenas por apresentar história e memória, mas, também pela constituição das duas, sendo assim, para ela os museus não são instituições culturais neutras, pelo contrário, pois mesmo que não explicitamente, exercem influências (HIPÓLITO, 2017).

Sendo assim, para finalizar seu trabalho, Hipólito (2017) alerta sobre os cuidados que se deve ter sobre os discursos que são disseminados nas narrativas dos museus, pois, discursos como os que são difundidos no Museu do Negro “contribui para a contínua prática e disseminação do negro estereotipado, subalternizado, que tem a sua importância na constituição da nação apenas delegada ao período escravocrata. ” (HIPÓLITO, 2017, p.19). Destarte, é importante compreender que mesmo sendo em um Museu do Negro, ao permanecer mostrando a escravidão como a “maior” contribuição dos negros para a sociedade brasileira (HIPÓLITO, 2017), continua-se a reproduzir discursos estereotipados, que colaboram para o fortalecimento do racismo.

O trabalho desenvolvido por Gomes (2014) em Salvador/BA, que faz parte do Projeto “Narrativas Patrimoniais e Turísticos em Cidade: (des)(re)construções do luso-tropicalismo no Brasil e em Portugal” (GOMES, 2017), com o apoio do CNPq e da CAPES, teve como objetivo compreender quais versões da História do Brasil Colônia estão sendo difundidas na cidade de Salvador/BA. Para isso, foram analisados três museus, são eles: Museu Ilé – Ohun – Lailai, Museu Afro-Brasileiro e o Museu Náutico.

O Museu Ilé – Ohun – Lailai, está localizado no Terreiro Ilé Àse Opo Àfonjá e de acordo com a autora este Terreiro foi tombado pelo IPHAN no ano de 2000. Segundo Gomes (2014), a narrativa neste Museu é conduzida pela religião e depende de critérios religiosos as informações que são reveladas durante a visita. A pesquisadora destaca que o acervo do Museu é composto por instrumentos musicais, móveis usados na comunidade, objetos que são utilizados nos rituais, vestimentas de Ìyalorisa, entre outros.

Gomes (2014) ressalta que na fala da diretora do Museu foi possível notar uma crítica explícita voltada aos que consideram o Candomblé como folclore, onde a mesma fala que eles não querem ser vistos como folclore, pois o Candomblé é religião. A autora também destaca que o Terreiro é contra o sincretismo religioso, e a diretora do Museu explica que antigamente era preciso disfarçar a crença de origem africana, e assim o sincretismo era utilizado como forma de resistência, já nos dias atuais é preciso romper (GOMES, 2014). Desta forma, Gomes

(2014) percebeu que no Museu Ilé – Ohun – Lailai a narrativa hegemônica é criticada de forma muito madura e bastante enfática.

Sobre o Museu Náutico, a autora ressalta que o mesmo está localizado no Forte da Barra e é um dos pontos turísticos mais visitados de Salvador. Gomes (2014) destaca também que o lugar de localização do Museu é um dos símbolos da colonização no Brasil e seu acervo é composto por maquetes de embarcação, peças de navios naufragados, mapas náuticos, entre outros objetos. Com relação a narrativa do Museu, a pesquisadora pontua que a mesma é extremamente tradicional e usa termos de época, como por exemplo “os gentis”, se referindo aos indígenas brasileiros (GOMES, 2014).

À vista disto, Gomes (2014) salienta que além de ser tradicional, a narrativa no Museu dá enfoque ao português, como aquele que civilizou os habitantes do novo mundo, e não menciona nada relacionado à violência do processo de colonização. A pesquisadora atenta ainda para a presença de uma chocante maquete representando um navio negreiro na época, onde segundo ela, o mesmo não acompanha nenhuma crítica, reflexão ou sensibilização acerca da violência a qual a maquete representa. Pelo contrário, pois, os painéis explicativos, nas palavras de Gomes (2014) “reforçam a naturalização da escravidão e do tráfico de seres humanos” (GOMES, 2014, pp. 15-16)

O terceiro Museu analisado foi o Museu Afro-Brasileiro (MAFRO), que de acordo com Gomes (2014) é uma iniciativa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) juntamente com países africanos. Conforme a pesquisa de Gomes (2014), o acervo do MAFRO é composto por bens materiais que são de origens africanas e afro-brasileiras, e possui objetos religiosos, instrumentos musicais, de arte, entres outros, abordando também o uso de metalurgia, cerâmica e tecelagem da África (GOMES, 2014).

Posto isto, a pesquisadora ressalta que na sala dedicada a exposição temporária, a narrativa que é construída é contra hegemônica, e busca “dignificar a cultura afro-brasileira e apresenta-la no patamar de igualdade com aquilo que tradicionalmente é considerado arte (aquilo que tem origem europeia).” (GOMES, 2014, p.17). Sendo assim, segundo a mesma, o museu reafirma seu compromisso, tanto político quanto cultural, com relação a causa da igualdade racial.

Porém, ao visitar a exposição permanente do MAFRO a autora se depara com uma narrativa bem diferente. Gomes (2014) explica que na exposição permanente, apesar de gostar do que está exposto, o painel sobre a África Pré-Colonial naturaliza o tráfico humano para fins

de escravidão como comércio, comparando-o com outros tipos de comércio e considerando o mesmo como sendo responsável pela riqueza de outros reinos na África (GOMES, 2014). Para a autora, isso reforça o discurso que é utilizado pelo senso comum, que tem a intenção de diminuir a crítica ao tráfico. É importante salientar, que segundo Gomes (2014) em uma entrevista com a diretora do MAFRO, a mesma criticou a narrativa tradicional presente na exposição permanente no museu e afirmou que iria rever a exposição juntamente com a comunidade negra.

Logo, a partir da análise dos três museus, a pesquisadora constatou que na cidade de Salvador a disputa discursiva é intensa, e apesar de ser uma cidade negra, a mesma também destina ao português um espaço simbólico heroico e aos negros um espaço subalterno (GOMES, 2014). Desta maneira, a autora ainda pontua que Salvador, “é uma cidade afro, mas também é uma cidade que reproduz o mito da democracia racial. Em Salvador o luso-tropicalismo não é a ordem discursiva hegemônica, mas está presente, disputando o espaço simbólico nas narrativas turísticas e patrimoniais.” (GOMES, 2014, p.19).

Vale salientar que, trabalhar o turismo a partir da temática afro não é uma prática restrita apenas a cidade de Salvador. O trabalho de Vatin (2008) sobre a cidade de Cachoeiras/BA mostra que a cidade recebe um crescente número de turistas negros estadunidenses, que segundo o autor, estão em busca de suas “raízes perdidas”, da sua herança africana e de sua ancestralidade.

A pesquisa de Vatin (2008) teve como objetivo analisar os mecanismos identitários e étnicos em ação nesse novo cenário/mercado “etno-turístico”. Segundo o mesmo, há um incentivo para o desenvolvimento do turismo étnico na Bahia, e na cidade de Cachoeira o momento central do calendário turístico, litúrgico, festivo e antropológico é marcado pela Festa de Nossa Senhora da Boa Morte (VATIN, 2008). Ressalta-se ainda que a mesma é considerada Patrimônio Nacional e Imaterial.

Cabe aqui ressaltar, que em consonância com o pensamento de Aragão (2014) o turismo étnico “busca rebater essa uniformização, pois visa à valorização dos povos que foram muitas vezes excluídos, ao longo do processo histórico, buscando subsídios para a protagonização desses atores sociais e fortalecimento das suas identidades culturais” (ARAGÃO, 2014, p.05). Assim sendo, pode-se considerar o turismo étnico como uma resistência contra a violência simbólica sofrida pela memória afro.

Para Vatin (2008) a Bahia ocupa um centro importante para o mundo moderno, assim como para construção de identidades negras contemporâneas, pois a mesma:

Representa há muito tempo a imagem idealizada de uma África mítica transposta nas Américas, através dos relatos de viajantes, dos trabalhos clássicos da antropologia afro-brasileira e, recentemente, dos esforços redobrados de órgãos governamentais federais e estaduais de ‘Cultura e Turismo’, no intuito de chamar a atenção de um público específico: os ‘afro-americanos’ (VATIN, 2008, p.03).

Todavia, o antropólogo atenta para os três tipos de desigualdades que esse “turismo étnico” pode gerar. Sendo a primeira delas a própria desigualdade dos que têm acesso a viagem e os que não têm, mas também “a crença de muitos turistas afro-americanos de que podem trocar o que eles consideram a sua ‘modernidade’ pelas ‘tradições’ das comunidades negras locais com as quais interagem durante as suas viagens e o acesso muito maior dos ‘africanos-americanos’.” (VATIN, 2008, p.02). Ou seja, na visão do antropólogo esse turismo étnico afro-americano, mesmo parecendo como uma possibilidade de desafiar os fluxos tradicionais de intercâmbio cultural entre as regiões Norte e Sul, acaba por confirmar uma hierarquia, quando idealiza uma África mítica, como fonte única de civilização (VATIN, 2008).

Desta maneira, de acordo com Vatin (2008) a partir desta idealização, este afrocentrismo estadunidense é um contraponto à visão unilateral do eurocentrismo, porém, em ambos os casos a África é reduzida a uma imagem que além de única é estereotipada. O antropólogo destaca ainda que, o turismo étnico que chega na Bahia desembarca em um contexto de relações desiguais de poder e de possíveis trocas (VATIN, 2008).

Vatin (2008) ressalta em seu trabalho que os afro-americanos vêm ao Brasil com uma visão estereotipada do que são as tradições africanas, e ao participar da Festa da Boa Morte é comum ocorrerem alguns estranhamentos com relação a alguns símbolos da festa, como por exemplo, o fato das velhas irmãs negras da Irmandade da Boa Morte louvarem Nossa Senhora da Glória, uma santa branca. Segundo o antropólogo, “os turistas afro-americanos geralmente não sabem que esta santa é cultuada pela Irmandade desde o início do século XIX e que seu culto insere-se em um contexto de sincretismo religioso que, em si, representa uma estratégia de luta e sobrevivência das crenças dos escravos.” (VATIN, 2008, p.13). Logo, de acordo com o mesmo, é uma forma redutora de compreender a história dos negros, ao acreditar que as irmãs deveriam louvar uma santa negra, e também parece refletir a maneira limitada da sua própria

negritude e da sua base de africanidade, definindo o que pode e o que não pode ser considerado “africano” (VATIN, 2008).

Por fim, de acordo com o pensamento do autor conclui-se que ainda tem muito o que se aprender com os desdobramentos futuros deste turismo étnico que está em crescimento na Bahia, assim como, sobre o possível desenvolvimento de uma consciência diaspórica polimorfa e multi-referencial (VATIN, 2008).

Pensando agora numa realidade mais próxima da cidade de Penedo/AL, temos o trabalho de Santos (2016) que é sobre o Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (MABS), que está localizado na cidade de Laranjeiras. A pesquisa teve como objetivo analisar os silêncios na exposição do MABS e utilizou como recursos metodológico a trajetória de vida de Amintas Vieira Souza, que foi funcionário do museu por 38 anos, e considerado pela autora o “guardião da memória” do local (SANTOS, 2016). Nesta parte do texto também será comentado o trabalho de Gomes e Costa (2016), que assim como o trabalho de Santos (2016), contempla o Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, porém, neste trabalho as autoras têm por objetivo analisar os diferentes discursos sobre o Genocídio Africano em museus em Salvador e Laranjeiras.

Santos (2016) evidencia que atualmente no MABS, estão organizadas as seguintes salas temáticas: Sala da Economia, Sala de Instrumentos de Tortura, Sala de Senhorio, Sala representando a Cozinha da Casa Grande, Sala de Exu, Sala do Sincretismo Religioso, Sala do Nêgo e a Sala para exposição de curta duração. A autora aponta ainda, que na parte externa do museu existe um jardim que foi idealizado para ser um local onde pudesse abrigar ervas utilizadas para produção de medicamentos, alimentos e no culto religioso (SANTOS, 2016).

É importante destacar que, de acordo com o raciocínio de Santos (2016) “o museu pode se transformar em um ambiente institucional dedicado a apresentação das diversas culturas. Entretanto, também pode se transformar em um espaço que oculta, exclui e esconde, subrepresenta ou estereotipa práticas culturais” (SANTOS, 2016, p.18). Sendo assim, a autora, a partir da análise de documentos de posse do ex funcionário Amintas, constatou que o MABS no decorrer dos anos passou por muitas mudanças em suas salas de exposições, o que resultou em alguns retrocessos com relação a representação da memória afro no museu.

A partir do documento intitulado Circuito Museográfico do Museu, Santos (2016) observou que durante a mudança de gestão do museu, peças de algumas salas foram removidas da exposição, como por exemplo, dois quadros que eram expostos na Sala da Economia, objetos da Sala do Candomblé (que até 2013 teve seu nome mudado para Sala do Sincretismo

Religioso), objeto da Sala do Nagô, que agora são guardados no pavimento superior do prédio, entre outros objetos. Enfatiza-se também que várias ervas do jardim do museu acabaram morrendo por falta de jardineiro. Outra mudança apontada por Santos (2016), foi a exclusão da Sala Folclore de Origem Negra, suas personalidades e as heranças que continham painéis com fotos de folguedos, como Maracatu, Cacumbi, Taieira, entre outros e também roupas de alguns desses grupos.

Por conseguinte, sobre a exclusão desta sala, Santos (2016) ressalta:

Foi desfeita, calaram parte da herança africana, silenciaram essa memória colocando os objetos em um espaço escuro do museu. As indumentárias dos grupos, os instrumentos musicais, as inúmeras fotografias tudo se encontra na reserva técnica da instituição sem que haja uma vontade maior de que os mesmos voltem a fazer parte da expografia (SANTOS, 2016, p.67).

Neste contexto, Santos (2016) ressalta que a expografia no museu enfatiza a escravidão, de modo que silencia aspectos que valorizavam a contribuição dos negros. Outro ponto que a autora aborda em sua análise, a partir do documento disponibilizado pelo ex funcionário, é que os objetos que estão expostos mostram um contexto diferente do que está no documento. Como por exemplo, na sala de instrumentos de tortura, o objetivo inicial daquela sala era representar a não aceitação do negro aos castigos, porém, segundo a mesma, a expografia foca apenas na dor, na dominação branca e na discriminação. Sendo assim, não há na narrativa um contexto de resistência (SANTOS, 2016).

No trabalho de Gomes e Costa (2016), as autoras também evidenciam o problema na narrativa do MABS, as mesmas ressaltam que durante a visita ao museu, o mediador ao conduzi-las pelas salas, especificamente na Sala da Tortura, não demonstrou em sua fala nenhum sentimento sensibilizador. Destaca-se que um dos visitantes do grupo, de acordo com as autoras, ao visitar a sala comentou “coitados viviam trabalhando, ainda tinham que apanhar”, esboçando mais sensibilização do que na própria fala do mediador (GOMES; COSTA, 2016).

Em outras salas do MABS, Gomes e Costa (2016) salientam que também não houve na fala do mediador sensibilização ou problematização sobre a escravidão, sofrimento dos negros e nem as resistências por parte dos escravos. Desta maneira, as autoras evidenciam que no MABS “há um silenciamento dos sofrimentos da escravidão e da resistência, líderes locais não são mencionados, apesar de haver relatos de muitos conflitos de resistência na região.” (GOMES; COSTA, 2016, p.17). Os resultados da pesquisa de Santos (2016) também apontaram

para a mesma direção, constatando que a construção a partir do meio expográfico dá uma ideia de “museu da escravidão”, que não dá ênfase a uma cultura com diferentes versões. A autora ainda aponta que no museu “a raça negra se resume ao trabalho forçado e que seu único meio de resistência foi a religião.” (SANTOS, 2016, p.71).

Como o trabalho desenvolvido por Gomes e Costa também contemplam alguns museus da cidade de Salvador, cabe aqui mencionar os resultados oriundos da pesquisa. Primeiramente, ressalta-se que os museus analisados são os mesmos, que fizeram parte do trabalho de Gomes (2016), que foi discutido anteriormente, sendo assim as autoras salientam que:

Foi percebido que os museus visitados, com exceção do museu Ilé Ohun Lailai, reproduzem a mensagem naturalizada do genocídio africano, tão desumano e vergonhoso para a história da humanidade. Assim, negam, ou deixam de citar, a resistência desse povo ao sistema que lhes foi imposto (GOMES; COSTA, 2016, p.16).

Para finalizar, as autoras apontam que para a construção de narrativas múltiplas nos museus, faz-se necessário recorrer a diferentes fontes e meios de pesquisas, sendo assim, essas narrativas além de múltiplas podem ser construídas comprometidas com a igualdade racial (GOMES; COSTA, 2016).

O trabalho de Gomes e Vanconcelos (2016), será o último trabalho discutido neste capítulo. Neste aspecto, esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre memória e poder, a partir do mapeamento dos discursos sobre o luso-tropicalismo e o mito da democracia racial, em três museus da cidade de São Cristovão/SE, são eles: o Museu de Arte Sacra, Museu Histórico de Sergipe e Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

O Museu de Arte Sacra de São Cristovão, de acordo com Gomes e Vasconcelos (2016), é o terceiro maior museu de arte sacra do Brasil. A partir da análise do mesmo, ficou constatado que, nas narrativas patrimoniais e turísticas do museu é dado maior ênfase aos portugueses como os descobridores. As autoras ressaltam ainda que os monitores pouco despertam um olhar crítico sobre os portugueses e os seus feitos, se referindo a colonização dos índios e africanos, genocídio indígena, etc. (GOMES; VASCONCELOS, 2016).

Com relação aos índios, Gomes e Vasconcelos (2016) salientam que as narrativas focam apenas no processo de catequização, como se forçar os nativos a abandonarem suas crenças e aderir a religião católica fosse algo positivo. Sobre as mulheres são destacadas e representadas

por diversas santas, entretanto, as autoras não identificaram uma crítica ao machismo que era imposto pela igreja católica, na época em que essas santas viveram (GOMES; VASCONCELOS, 2016).

No segundo espaço visitado, o Museu Histórico de Sergipe (MHS) de acordo com o pensamento de Gomes e Vasconcelos (2016) foi percebido que “houve uma naturalização dos africanos e afrodescentes como escravos e não um resgate de sua memória como pessoas que foram escravizadas” (GOMES; VASCONCELOS, 2016, p.11). A pesquisa também constatou que a narrativa deste museu não aborda as resistências da comunidade afro, como por exemplo o sincretismo religioso.

Sobre as mulheres, durante a visita as pesquisadoras perceberam que não houve nenhum comentário sobre como era a vida das mesmas, ou acerca do patriarcalismo, nem das resistências, notou-se apenas um reforço do papel da mulher como esposa (GOMES; VASCONCELOS, 2016). Com relação aos índios, foi apontado que “não há um enfoque maior sobre os índios que viveram no estado, os seus costumes e ritos, o processo de catequização e adoção dos valores religiosos dos católicos, entre outras questões associadas ao acervo. ” (GOMES; VASCONCELOS, 2016, p.10).

No Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe, as pesquisadoras constaram que o museu possui mesmo que de modo superficial, representatividade feminina e também inclusão dos indígenas na sala de exposição temporária. Entretanto, com relação a exposição sobre os índios, houve uma generalização sobre mitologia indígena, através das peças que representavam deuses e deusas (GOMES; VASCONCELOS, 2016).

Desta forma, sobre os museus de São Cristóvão que foram analisados, as pesquisadoras evidenciaram que nas narrativas patrimoniais dos mesmos, excluem negros, mulheres e indígenas (GOMES; VASCONCELOS, 2016). Entendem exclusão através de duas formas: “como um silenciamento da história destes grupos; e, como uma reprodução de discursos hegemônicos sobre a história. Ou seja, foi evidenciada uma narrativa histórica a partir do olhar dos vencedores/dominadores. ” (GOMES; VASCONCELOS, 2016, p.12).

Enfim, a partir das pesquisas apresentadas neste capítulo é possível considerar que, mesmo em museus que tem como objetivo central trabalhar a memória afro, ainda existem muitos silenciamentos e esquecimentos. Assim como narrativas que reforçam estereótipos sobre os negros, índios e mulheres.

Deste modo, o silenciamento sobre a memória afro em narrativas de museus e itinerários turísticos, não contribuem para mudança de estereótipos, pelo contrário, reforçam a indigência dos negros e negras na história do Brasil. Neste sentido, para Silva (2015) a indigência ocorre em duas dimensões a do silenciamento e da invisibilidade. A primeira fundamenta-se pela: ausência do discurso, discurso como monólogo e o discurso não considerado e a segunda pelo: sujeito inconveniente, sujeito ignorado e o não-sujeito (SILVA, 2015).

Sendo assim, Silva (2015) ressalta “a indigência é uma condição imposta que tem o caráter de loucura social, isto é, de uma anormalidade individual dentro da ordem coletiva; de uma alienação particular dentro do contexto social comum; de desligamentos aparentes, mesmo estando implicado à trama social” (SILVA, 2015, p. 04). Logo, a exclusão, o desligamento da memória afro em narrativas de museus e itinerários turísticos, pode ser considerado como a indigência de negros e negras na história do país.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DE ITINERÁRIOS TURÍSTICOS: UMA PROPOSTA MULTI-MÉTODOS

Neste capítulo é apresentado, debatido e construído um percurso metodológico próprio, que inclui o diálogo com diferentes metodologias. Tendo em vista que esta dissertação analisa os discursos sobre os negros nos museus e itinerários turísticos apresentados na cidade de Penedo/AL, seu roteiro metodológico foi construído a partir de uma proposta multi-métodos, intitulada de Análise de Itinerários Turístico. Esta proposta metodológica inovadora, foi construída com uma combinação de três métodos, sendo eles a Análise do Discurso (AD), pela perspectiva foucaultiana, a Análise de Conteúdo (AC) e a Etnografia. Destaca-se que para uma construção metodológica mais completa, a Análise de Itinerários Turísticos também contou com contribuições teóricas da pesquisa sobre “a cidade como narrativa”, de Irllys Barreira (2013) e dos trabalhos de Susana Gastal, “alegorias urbanas: o passado como subterfúgio” (2006) e “turismo, imagens e imaginários” (2005).

Ressalta-se que, na construção deste método, o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso, pelo pensamento foucaultiano, contribuiu com a perspectiva subjetiva da pesquisa, sendo possível a partir deste referencial a análise de múltiplos discursos da cidade de Penedo/AL, bem como, refletir sobre as relações de poder nesses discursos. Já o método Análise de Conteúdo foi responsável por colaborar com a parte mais operacional da pesquisa, pois, além do método possuir uma operacionalização mais objetiva, o mesmo é mais consolidado dentro das Ciências Sociais e Humanas. A Etnografia contribui para análise de campo, facilitando na análise das aplicações dos itinerários turísticos. Com relação ao trabalho de Barreira (2013) e de Gastal (2005; 2006), os mesmos serviram como um norte teórico-metodológico necessários para trabalhar a ideia de cidade como narrativa, e também para compreensão da mesma como um “texto” a ser lido.

Desta forma, primeiramente neste capítulo, debate-se os conceitos, funcionamentos, aproximações e afastamentos dos métodos Análise de Discurso e Análise de Conteúdo, posteriormente, discute-se sobre o método etnográfico, assim como, as contribuições dos trabalhos de Barreira (2013) e Gastal (2005; 2006) para a pesquisa. Destaca-se ainda, que foi acrescentada a perspectiva dos Conhecimentos Situados, tendo em vista a aproximação pessoal da pesquisadora ao objeto empírico da pesquisa. Por fim, foi feita uma síntese de todos os métodos utilizados para a construção da proposta multi-métodos Análise de Itinerários Turísticos, e foram elucidadas as técnicas necessárias para o desenvolvimento deste trabalho.

2.1 O DISCURSO A PARTIR DA ANÁLISE FOUCAULTIANA

Michel Foucault traz em sua aula inaugural, no Collège de France, uma reflexão sobre a Ordem do Discurso, onde é possível a partir de seu pensamento compreender o discurso como uma forma de impor a verdade, um objeto de desejo e poder. Assim sendo, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.” (FOUCAULT, 1996, p. 02).

Vale salientar que um discurso quando disseminado, pode resultar na proliferação de outros diversos discursos. Foucault (1996) chama atenção para os perigos e consequências dessas multiplicidades, onde o uso do discurso pode acabar transformando-o em um procedimento de exclusão.

É importante ressaltar que para o controle do discurso existem alguns limites impostos pela sociedade, Foucault (1996) os considerou como processos externos e dividiu-os em três: a interdição da palavra, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Ele compreende o primeiro como na verdade um jogo de três tipos de interdições, o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. São nos campos da sexualidade e da política que essas determinações aparecem de maneira mais clara, pois, nessas áreas são exercidos de modo privilegiado alguns dos mais temíveis poderes do discurso, onde qualquer um não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 1996), “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Sobre o segundo processo supracitado, é possível pensá-lo a partir da própria reflexão opositiva que Foucault traz entre razão e loucura. Evidenciando que o discurso do louco é aquele que “não pode circular como o dos outros” (FOUCAULT, 1996, p. 10), ou seja, sofre uma rejeição por não condizer com os demais discursos disseminados na época, no caso, tomando como referência a Idade Média, que para Foucault foi o período que os discursos dos loucos ou eram tidos como nulos ou possuíam estranhos poderes, como o de pronunciar o futuro (FOUCAULT, 1996).

Apesar de atualmente existirem mudanças em relação ao modo que os loucos são tratados, para Foucault mudou-se apenas as instituições, mas a separação ainda está de fato presente apenas sendo exercida de outros modos, “se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece ” (FOUCAULT,

1996, p. 13). Assim sendo, a segregação da loucura dar-se-á ainda como um dos mecanismos de controle do discurso. A partir dessa reflexão de Foucault sobre a deslegitimação do discurso do louco, é possível pensar também com relação a outros grupos de excluídos, como por exemplo os dos negros, que por muitas vezes, assim como os loucos, têm seus discursos deslegitimados.

Em relação a vontade de verdade, faz-se necessário ponderar que a preocupação de Foucault não é se o discurso é verdadeiro em si, mas sim, se é passado como tal, se disseminado de forma crível, tem o poder de ditar como falso os demais discursos. A necessidade da humanidade de sempre buscar por uma verdade absoluta, baseando-se pelas noções de certo e errado, contribuem na fundamentação do discurso, de que existe apenas uma verdade e o que não faz parte dessa verdade é tido como errado. Com base nessa colocação é possível refletir sobre a História Oficial, que muitas vezes se impõe como verdade única e como consequência acaba resultando na exclusão de outras histórias e memórias, categorizando como certo apenas o que está de acordo com a História Oficial. Sendo assim, o mesmo pode ser pensado, com relação aos discursos e memórias que são disseminados nos itinerários turísticos e nos museus em Penedo, pois, se as narrativas presentes nos mesmos se imporem como verdades únicas, acabará por excluir discursos e memórias que também constituem a história de Penedo.

Para Foucault (1996), a vontade de verdade, assim como os outros processos de exclusão, é apoiada pelas instituições, ao mesmo tempo que é “reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas como a pedagogia” (FOUCAULT, 1996, p.17). Desse modo, a vontade de verdade aparece interligada com a questão do saber, e é através dele que os discursos podem se tornar uma ferramenta de poder nas mãos do opressor.

É importante salientar que para Foucault (2013) “um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico” (FOUCAULT, 2013, p.220), ou seja, o mesmo compreende o saber não apenas como aquele que possui validade científica e sim como aquilo que se pode falar dentro de uma prática discursiva. Sobre o saber Foucault (2013) ainda destaca que “(...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso, (...) e finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso”. (FOUCAULT, 2013, p.220).

Dos três processos de exclusão, é o terceiro que Foucault dedica sua maior atenção. A razão dessa escolha é justificada por ele da seguinte maneira:

É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. (FOUCAULT, 1996, p. 19)

De fato, é na vontade de verdade que o discurso quando emerge, mostra-se mais forte e isso faz com que muitas vezes seu outro lado seja ignorado, impedindo-a de ser vista como “uma prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que procuraram contorná-la e recolocá-la em questão” (FOUCAULT, 1996, p.20). Portanto, é plausível considerar que os discursos que surgem com o suporte das instituições e a partir da vontade de verdade, tornam-se um mecanismo que sobrepõe até a própria verdade e tem o poder de excluir e classificar. Logo, um exemplo cabível a essa reflexão pode ser pensado a partir da história oficial, que graças ao apoio institucional que possui, exclui todos aqueles que vão de encontro com a sua “verdade”.

Levando em consideração que são os próprios discursos que exercem seu controle (FOUCAULT, 1996), surge então outro grupo de procedimentos que cabe aqui uma reflexão. Foucault os denominou de procedimentos internos e os dividiu em três: o comentário, o autor e a disciplina. Como a própria denominação esclarece, esse grupo de procedimentos são aqueles que partem de dentro do discurso e tem como função classificar, ordenar e distribuir em duas dimensões, a do acontecimento e do acaso (FOUCAULT, 1996).

É possível compreender o comentário a partir da reflexão de Foucault (1996) que o entende como um desnivelamento do discurso, onde uma narrativa maior é contada e dela acabam se derivando outras demais narrativas, que talvez com o tempo acabem tomando o lugar dos discursos originais. Como exemplo Foucault coloca os textos religiosos ou jurídicos que para ele são discursos que vão “além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1996, p. 22).

Por conseguinte, pode-se entender por comentário, uma repetição de um discurso que já existe e é apenas disseminado de uma outra forma. É fundamental destacar também as duas

particularidades em relação ao comentário: a primeira trata-se da possibilidade de multiplicação de discursos, propiciada pelo desnível entre o primeiro e o segundo texto, e a segunda diz respeito a limitação do comentário, pois, independentemente das técnicas empregadas, não diz nada além do que estava articulado no primeiro texto, assim, o novo não está necessariamente no que é dito e sim no acontecimento em sua volta (FOUCAULT, 1996).

Seguindo o pensamento de Foucault (1996), o autor é caracterizado não como aquele que produz o discurso, mas, como um “princípio de agrupamento do discurso.” (FOUCAULT, 1996, p. 26) que serve de complemento ao outro princípio de limitação, o comentário. Porém, salienta-se que enquanto o comentário se limita a repetição e ao mesmo, o autor se restringe à mesma dimensão do acaso do discurso, entretanto, pelas formas da individualidade e do eu (FOUCAULT, 1996).

Outro princípio de limitação são as disciplinas, que para Foucault (1996) se opõem ao comentário e ao autor, por não ser ligada ao seu inventor e por não ter um sentido que necessita ser redescoberto. De forma mais clara, é possível compreendê-la a partir do próprio exemplo que Foucault (1996) traz em seu texto, quando fala sobre o porquê dos biólogos e botânicos do século XIX não enxergarem o que Mendel dizia como verdade. O discurso de Mendel não se inseria no “campo de verdade” da biologia na época, sendo assim, não tinha credibilidade.

Em suma, as disciplinas podem ser entendidas como as regras que controlam que discursos farão parte ou não de um estipulado campo da ciência ou saber. À vista disso, elas passam pelo que Foucault (1996) chamou de uma “reatualização permanente das regras”, pois, dependendo da época essas regras podem se alterar.

Foucault (1996) atenta para seguinte questão:

Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não levar em consideração sua função restritiva e coercitiva (FOUCAULT, 1996, p. 36).

Para melhor exemplificar o papel do autor, do comentário e da disciplina nas práticas discursivas é possível pensá-los da seguinte maneira: a História Oficial do Brasil Colônia como sendo o autor do discurso, a História disseminada no patrimônio, no papel do comentário e no

lugar da disciplina a própria História, tendo os três, seguindo a reflexão de Foucault uma função restritiva e coercitiva.

Existe também outro conjunto de procedimentos além dos que foram citados até o momento, que diferente dos outros, busca controlar o discurso determinando as condições de seu funcionamento, por meio de imposições colocadas aos indivíduos, limitando o acesso ao mesmo. Foucault (1996) os caracterizou como sendo, procedimentos de imposição de regras aos sujeitos do discurso, e dividi-os em: o ritual, a sociedade do discurso, doutrinas e a apropriação social dos discursos.

O ritual para Foucault (1996) é o que define a qualificação, os comportamentos, as circunstâncias e todos os outros conjuntos de signos que o sujeito precisa ter para poder pronunciar o discurso. Essa prática pode ser percebida por exemplo através dos discursos religiosos e judiciários, dado que o mesmo “determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. ” (FOUCAULT, 1996, p. 39). A partir desse procedimento cabe aqui a reflexão sobre como os negros foram excluídos e deslegitimados de falar da sua própria história, tornando-se vítimas das consequências do ritual do discurso.

As “sociedades de discurso” tem por função o papel de produzir ou conservar os discursos, porém, limitando sua circulação a um espaço fechado e disseminando-os apenas sob regras rigorosas, para que seus detentores não acabem perdendo a posse do mesmo nessa distribuição (FOUCAULT, 1996). Foucault coloca que ainda é possível vislumbrar essas sociedades do discurso na contemporaneidade, pensando a partir do segredo técnico ou científico que faz parte do discurso de médicos, políticos e econômicos.

Nas doutrinas pode-se observar que o processo de disseminação do discurso ocorre de forma contrária em comparação com o das sociedades de discurso, pois, o mesmo não limita sua circulação, tendendo a ser difundido para um grande número de indivíduos, havendo como condição apenas que o sujeito aceite as verdades e reconheça as regras que a mesma impõe. (FOUCAULT, 1996). Conforme Foucault “ a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros. ” (FOUCAULT, 1996, p.46), porém, ele mostra que, em contraponto disso, se beneficia dessas enunciações para criar uma ligação entre os indivíduos, diferindo-os dos demais.

Tal qual Foucault (1996) coloca, a apropriação social dos discursos pode ser pensada através do sistema de educação, dado que, o mesmo se configura como um instrumento de

acesso a diversos tipos de discursos, entretanto, com linhas marcadas pela distância, oposições e lutas sociais. Dessa forma, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 44).

Os quatro procedimentos citados: ritual, sociedades do discurso, doutrinas e a apropriação social dos discursos, são para Foucault (1996) os grandes procedimentos de sujeição do sujeito, que de certa forma, na maior parte do tempo aparecem interligados um com o outro. Pois:

O que é afinal um sistema de ensino se não uma ritualização da palavra; se não uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; se não a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e saberes? (FOUCAULT, 1996, pp. 44-45)

É importante abordar na discussão sobre o discurso o conceito de resistência, pois, segundo Foucault “em definitivo, se não houvesse resistência, não haveria poder” (CASTRO, 2009, p.720). Com base no Vocabulário de Foucault (2004) de Edgardo Castro, compreendeu-se que para o filósofo as relações de poder abrem a possibilidade de resistência, pois o poder de quem domina segundo ele é mantido com mais força e mais astúcia quando a resistência é maior (CASTRO, 2009, p.407).

Com base na reflexão de Deleuze (1998) sobre Foucault é possível perceber como o autor entendia a relação entre os centros difusos de poder e resistência.

Ele poderia lembrar igualmente que, segundo ele, os centros difusos de poder não existem sem pontos de resistência que têm de alguma forma, o primado, - e que o poder ao tomar como objetivo a vida, revela, suscita uma vida que resiste ao poder – e, enfim, que a força do lado de fora não para de subverter, de derrubar os diagramas (DELEUZE, 1998, p. 101).

De modo a refletir sobre a questão da resistência interligando-a à pesquisa que está sendo desenvolvida em Penedo/AL, é possível pensar que o itinerário comercializado pela AITPP intitulado “Às margens do esquecimento”, que se propõe a contar a história dos negros na cidade já representa uma resistência contra o discurso hegemônico da história colonial do Brasil. Como também é cabível considerar esse itinerário da associação como um outro

exemplo de um procedimento interno, já discutido neste trabalho, o comentário, tendo como autor o movimento negro e a disciplina como o turismo, que surge como uma nova disciplina com a capacidade de reorganizar a história.

Enfim, de acordo com o pensamento de Foucault (1996) o discurso é um jogo, de escritura, leitura e troca, que acabam por se anular, em sua realidade, ao entrar na ordem do significante. Assim sendo, para fugir do que Foucault chamou de “logofilia” e “logofobia”, que seria um temor de se expressar dentro “desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso”, ou melhor, para analisar seus jogos e seus efeitos, faz-se necessário “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania de seu significante”. (FOUCAULT, 1996, pp.50-51). Ou seja, seguindo o pensamento de Foucault é necessário que estejamos sempre questionando o porquê da nossa vontade de verdade e fazendo com que o discurso retorne ao seu caráter de acontecimento, para que desse modo seja possível desconstruir discursos como os racistas e busque-se suspender a soberania dos significados presentes nesses discursos.

A concepção de discurso de Foucault, aqui apresentada, é importante para este trabalho porque traz como o discurso, ao se tornar hegemônico, transforma-se em um instrumento de exclusão para os demais discursos. A partir desta compreensão, será possível analisar se nas narrativas presentes nos itinerários turísticos e museus de Penedo, os discursos que são disseminados privilegiam apenas uma memória, em detrimento de outras.

2.1.1 O MÉTODO ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo Rocha e Deusdará (2005) o surgimento da Análise do Discurso é datado do fim dos anos de 1960, devido as insuficiências da visão conteudista nas análises de texto, visão essa existente nos estudos da Análise do Conteúdo. Portanto, de acordo Rocha e Deusdará (2005) o objetivo da AD não é instaurar uma “‘nova linguística’, mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, à perspectiva ‘tradicional’” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 308).

A análise do discurso segundo Lee e Petersen (2015) fundamenta-se em três grandes conjuntos teóricos, sendo eles a teoria crítica, a linguística e a de tradição sociológica, psicológica e retórica, ressaltando-se que às vezes uma influencia a outra e algumas versões acabam se sobrepondo. Para a construção desta pesquisa o conjunto teórico que cabe a reflexão é o da teoria crítica pois nesta tradição “o discurso refere-se a campos de significado e poder que categorizam e regulam práticas sociais e tipos de pessoas” (LEE; PETERSEN, 2015, p.

193). Um exemplo seriam os discursos sobre os negros que podem reproduzir racismo e sexismo, ou contribuir para a valorização destes grupos, como será analisado nesta dissertação.

Vale salientar que focar no discurso a partir da teoria crítica tem como interesse central, de acordo com Lee e Petersen (2015), as questões envolvendo a análise de poder na sociedade, em saber como as sociedades são governadas e como é feita a distribuição ao acesso a recursos, sendo eles materiais ou simbólicos (LEE; PETERSEN, 2015). No caso desta dissertação, o foco será nos recursos simbólicos.

Realça-se que segundo Lee e Petersen (2015):

Para os teóricos críticos, os discursos são muito mais que linguagem, pois abrangem todas as práticas por meio das quais se constroem e difundem sentidos, formam-se sujeitos (categorias de pessoas) e regula-se a conduta social, dentro de determinadas instituições ou formações sociais e em determinados períodos históricos (LEE; PETERSEN, 2015, p. 193).

Posto isto, enfatiza-se que o trabalho de Foucault exerce grande influência no desenvolvimento desta teoria, pois, segundo Lee e Petersen (2015) o trabalho do filósofo sobre o discurso buscou compreender de que forma as práticas contemporâneas que são responsáveis por orientar as pessoas se tornaram possíveis e poderosas, todavia, o autor também ressalta que o filósofo não propôs nenhum método específico para suas análises (LEE; PETERSEN, 2015).

Destaca-se que Lee e Petersen (2015) evidenciaram em seu trabalho que uma rota bem definida para a aplicação do método da Análise do Discurso é muito rara de ser encontrada, pois, avaliações subjetivas estão presentes em todas as etapas da pesquisa, sendo assim, é difícil definir esquemas e procedimentos que indiquem a “melhor” maneira de se proceder (LEE; PETERSEN, 2015).

Rocha e Deusdará (2005) evidenciam que ao optar por um enfoque discursivo busca-se evitar a mera procura de uma realidade que não se manifesta claramente a determinadas produções de linguagem. Outro ponto da análise do discurso que é destacado pelos autores é que na mesma se está “ciente de que toda atividade de pesquisa é uma interferência do pesquisador em uma dada realidade. ” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 315). Logo, diferencia-se do método da Análise de Conteúdo que busca mais a “neutralidade” do pesquisador.

2.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO E A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Tendo em vista a importância das concepções da Análise de Discurso para este trabalho, porém, sua dificuldade de operacionalização prática, optou-se por criar o método Análise de Itinerários Turísticos, para isso, um dos caminhos foi combinar a Análise de Discurso (AD) com a Análise de Conteúdo (AC). Uma das principais referências para melhor compreensão sobre o funcionamento da análise de conteúdo é o trabalho de Bardin (1977). A autora compreende a AC como um conjunto de instrumentos metodológicos que estão sempre se aperfeiçoando e podem ser aplicados a discursos diferenciados, definindo-o como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p.31).

Para aplicação do método da AC, Bardin (1977) propõe um roteiro específico que consiste em três polos cronológicos, são eles: a (a) pré-análise, a (b) exploração do material, (c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. No polo (a) é onde se escolhe os documentos, constrói as hipóteses e define-se os objetivos da pesquisa. No polo (b) é onde são aplicadas as técnicas específicas para os objetivos definidos. E, no polo (c) é onde finalmente os resultados são interpretados (BARDIN, 1977).

Segundo Bardin (1977) a pré-análise possui subfases que são caracterizadas como: leitura flutuante; a escolha dos documentos (que se divide nas regras da exaustividade, representatividade, homogeneidade e a da pertinência), formulação de hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices e a elaboração de indicadores e, por fim, a preparação do material.

Para Bardin (1977) se as operações da fase de pré-análise forem seguidas e concluídas a fase da exploração do material será apenas uma aplicação sistemática das decisões que foram tomadas anteriormente. Sendo assim, a autora destaca que esta fase consiste fundamentalmente em “operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 131).

Já a fase de tratamento dos resultados obtidos e de interpretação é responsável por ligar os resultados obtidos ao escopo teórico, permitindo assim que os avanços nas conclusões façam a pesquisa avançar (BARDIN, 1977).

Vale salientar que após a organização da análise supracitada a codificação é a próxima etapa do método. Conforme Bardin (1977) a mesma é responsável por transformar os dados brutos do texto e isso ocorre por meio do recorte, agregação e enumeração desses dados.

Na parte do recorte do texto são selecionadas as unidades de registros e de contexto, Bardin (1977) define a unidade de registro como “a unidade de significação codificada e

responde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. ” (BARDIN, 1977, p. 134).

Como unidades de registro mais utilizadas Bardin (1977) destaca as seguintes unidades: a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento e o documento. Cabe aqui destacar, as unidades de registro que foram definidas para a pesquisa. Na unidade de registro “palavra”: violência, sofrimento, negros, negras, resistência, lutas, África, miscigenação, democracia racial, cultura, mulher, esquecimento, comunidade remanescente quilombola, Oiteiro, Tabuleiro dos Negros, quilombo, escravos, escravas, escravizados e escravizadas. Na unidade “tema”: a participação dos negros e negras na história de Penedo/AL. Já como a unidade “objeto”, foi definido a memória afro em Penedo/AL. Como os personagens foram escolhidos os homens negros e as mulheres negras. Como acontecimento: a abolição da escravatura. Como documento: os museus, os patrimônios, as igrejas, que compõe os itinerários turísticos.

De acordo com Bardin (1977):

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cuja as dimensões (superiores às unidades de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Esta pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (BARDIN, 1977, p. 137).

Sendo assim, é importante destacar que cada unidade de registro será analisada por uma unidade de contexto, o que possibilitará a compreensão do contexto que cada unidade de registro está inserida, ou seja, desse jeito será possível analisar de que forma elas aparecem nas narrativas patrimoniais de Penedo/AL.

A partir do quadro a seguir, é possível uma melhor compreensão sobre as aproximações e afastamentos entres os métodos AC e AD:

Quadro-síntese das aproximações e afastamentos entre análise de conteúdo e análise de discurso

	Análise de Conteúdo	Análise do Discurso
Objetivos de pesquisa	Captar um saber que está por trás da superfície textual	Analisar em que perspectivas a relação social de poder no plano discursivo se constrói
Eu pesquisador	Espião da ordem que se propõe a desvendar a subversão escondida; leitor privilegiado por dispor de “técnicas” seguras de trabalho	Agente participante de uma determinada ordem, contribuindo para a construção de uma articulação entre linguagem e sociedade
Concepção de texto	Véu que esconde o significado, a intenção do autor	Materialidade do Discurso
Concepção de linguagem	Reprodução e disseminação de uma realidade a priori	Ação no mundo
Concepção de ciência	Instrumento neutro de verificação de uma determinada realidade	Espaço de construção de olhares diversos sobre o real

Fonte: (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 321, grifo dos autores).

Diante desta discussão entre AD e AC, destaca-se que a partir do método análise de discurso foi possível ampliar a análise durante a pesquisa em campo, de modo que, observou-se não apenas as relações de poder dos discursos durante as narrativas turísticas, mas também, como alguns desses discursos tornam-se elementos de exclusão, que silenciam memórias afro da história penedense. Com relação a análise de conteúdo, salienta-se que a mesma contribuiu para operacionalização da pesquisa, e a partir da contabilização das unidades de registro foi possível vislumbrar quantas vezes e em que contexto unidades de registro, como negros e negras, apareciam durante os itinerários e as entrevistas, facilitando assim o processo de análise.

2.3 ETNOGRAFIA

Além da AD e AC, a Etnografia é importante para a Análise de Itinerários Turísticos. De acordo com Angrosino (2009) o significado literal de Etnografia, corresponde a descrição de um povo. Deste modo, de forma simplificada pode-se compreender a Etnografia como sendo “uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades”. (ANGROSINO, 2009, p.16).

Sendo assim, a Etnografia mostra-se como sendo um dos métodos fundamentais para a criação da Análise de Itinerários Turísticos, pois, com a mesma será possível estudar os grupos e guias (ou informantes), quando estiverem sendo aplicados os itinerários durante a pesquisa de campo na cidade de Penedo, facilitando assim a compreensão das experiências dos mesmos, durante a apresentação.

Vale salientar, com base na pesquisa de Leal (2010), que antigamente a observação *in loco*, realizada durante a aplicação do método, juntamente com a coleta de dados em campo, era responsabilidade dos viajantes, missionários e administradores, que depois de suas viagens repassavam as transcrições para que os antropólogos pudessem analisar o material (LEAL, 2010).

Entretanto, esse modo de observação, *in loco*, e coleta de dados realizado por terceiros, com o tempo acabou sendo alterado e o próprio pesquisador passou a ir à campo. Tal alteração, segundo Leal (2010) se deu em grande parte por influência do antropólogo Bronislaw Malinowski, que defendia que os pesquisadores deveriam ter contato com os pesquisados, que saíssem de seus gabinetes. Á vista disto, a própria viagem para o campo tornou-se parte da pesquisa etnográfica, “servindo como meio de acesso ao campo e envolvendo circunstâncias nem sempre fáceis e tranquilas para os pesquisadores.” (LEAL, 2010, p. 02)

Destarte, em concordância com Magnani (2009) pode-se considerar a Etnografia, como sendo uma forma do pesquisador entrar em contato com o universo dos pesquisados, podendo assim compartilhar seus horizontes, facilitando a troca de conhecimentos e podendo proporcionar uma comparação de teoria entre pesquisador e pesquisados (MAGNANI, 2009).

Segundo Clifford (1998), a autoridade etnográfica foi sendo construída historicamente ao longo do tempo, e a partir das próprias experiências do autor ele se coloca no texto, legitimando um discurso sobre a realidade. Deste modo, Clifford (1998) salienta que um modo de autoridade “é gerado a partir da afirmação de que se estão representando mundos diferentes e significativos”, O autor ainda destaca que “a etnografia é a interpretação da cultura.” (CLIFFORD, 1998, p. 40).

No debate sobre o método etnográfico é fundamental discutir também a etnografia com uma descrição densa, termo apresentado e defendido principalmente nos trabalhos do antropólogo Clifford Geertz. Para Geertz (1978), a elaboração de uma Etnografia como uma descrição densa, é uma interpretação e elaboração de uma leitura que o etnógrafo faz sobre a leitura que os próprios nativos fazem de sua cultura (GEERTZ, 1978). Desta forma para o autor,

a importância da Etnografia está justamente na sua complexidade, que possibilita ao etnógrafo atualizar as teorias observando-as na prática (LEAL, 2010).

O antropólogo aponta ainda que a descrição densa é embasada em três características que acabam por se constituir em apenas uma, a interpretação. Destacando que, “o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-los em formas pesquisáveis.” (GEERTZ, 1978, p. 31). Por conseguinte, para o autor o etnógrafo anota o discurso social, e ao fazer isso ele transforma-o de acontecimento passado, para um relato que pode ser consultado novamente (GEERTZ, 1978).

Pensando no uso do método etnográfico no turismo, e tendo como base o pensamento de Leal (2010), considera-se que uma das contribuições que a Etnografia pode proporcionar para os estudos sobre o mesmo é, “a compreensão dos elementos materiais e simbólicos que envolvem as formas de manipulação e resistência; bem como contrastes, conflitos e assimetrias no interior da atividade turística. ” (LEAL, 2010, p. 05). Deste modo, compreende-se que o método será de grande contribuição na análise das aplicações dos itinerários. Pois, segundo Leal (2010) “Trata-se de um modo de investigação capaz de trazer à tona lugares, práticas, indivíduos, grupos, culturas e redes de relação sociais, que participam diferentemente do mercado turístico. ” (LEAL, 2010, p.01).

É importante enfatizar que o método etnográfico, seguindo o pensamento de Rocha e Ecketer (2008), é composto de diferentes técnicas e procedimentos de coletas de dados que são associados ao trabalho de campo, e têm como consequência uma convivência entre o pesquisador e o grupo a ser pesquisado, podendo a mesma ser prolongada ou não (ROCHA, ECKETER, 2008).

Por conseguinte, Rocha e Ecketer (2008) destacam que a inter-relação entre pesquisador (a) e o (s) sujeito (s) pesquisados que têm interações no contexto da pesquisa, recorrem a técnicas como: observação direta, conversas formais e informais, entrevistas não-diretivas, entre outras (ROCHA, ECKETER, 2008).

Dentre as técnicas associadas ao método etnográfico nesta pesquisa, se fará uso principalmente das supracitadas, juntamente com a técnica de escrita do diário de campo. Evidencia-se que, conforme Rocha e Ecketer (2008) o diário de campo não é apenas um instrumento de “passar a limpo” a vivência durante o campo, mas também “um espaço para o (a) etnógrafo (a) avaliar sua própria conduta em campo, seus deslizes e acertos junto as pessoas

e/ou grupos pesquisados, numa constante vigilância epistemológica. ” (ROCHA, ECKETER, 2008, p.15).

Outro ponto ressaltado pelos autores e que merece atenção, é com relação ao uso do diário de campo na hora da pesquisa. Rocha e Ecketer (2008), advertem que obviamente não é possível escrevê-lo no momento em que o pesquisador está em campo e que o mesmo é derivado de outro instrumento, o caderno de notas.

É no caderno de notas de campo, onde o(a) antropólogo(a) costuma registrar dados, gráficos, anotações que resultam do convívio participante e da observação atenta do universo social onde está inserido e que pretende investigar; é o espaço onde situa o aspecto pessoal e intransferível de sua experiência direta em campo, os problemas de relações com o grupo pesquisado, as dificuldades de acesso a determinados temas e assuntos nas entrevistas e conversas realizadas, ou ainda, as indicações de formas de superação dos limites e dos conflitos por ele vividos (ROCHA, ECKETER, 2008, p. 15).

Ou seja, o caderno de notas e o diário de campo são instrumentos utilizados pelo pesquisador para auxiliar na pesquisa, porém, o primeiro é utilizado durante a vivência do pesquisador com o objeto de estudo, e o segundo é produzido a partir do primeiro, porém o mesmo é mais longo e detalhado.

Desta maneira, para o desenvolvimento da pesquisa de campo deste trabalho, foi necessário o uso do método etnográfico associado às técnicas de observação direta, entrevistas não-diretivas, conversas formais e informais, caderno de notas e diário de campo.

2.4 AS NARRATIVAS DA CIDADE

Para se realizar uma Análise de Conteúdo, Análise do Discurso e Etnografia de um Itinerário Turístico, é fundamental perceber que uma Cidade, sobre a qual se desenvolve um itinerário, é um “texto a ser lido” (GASTAL, 2006). Sendo assim, a partir do trabalho de Gastal (2006), percebeu-se que é possível olhar a cidade “como um texto a ser decifrado não apenas pelos visitantes, mas pelos próprios moradores que, não raro, sentem-se perplexos ante o emaranhado de ruas, bairros, culturas e comportamentos presentes no território urbano. ” (GASTAL, 2006, p.9).

Posto isto, salienta-se que em seu trabalho, Gastal (2006) caracteriza três matrizes para analisar a cidade, sendo elas a praça, o monumento e o palco, pois, segundo a autora, os três são “textos significativos e constitutivos daquilo que tem sido denominado de cidade” (GASTAL, 2006, p.12). Com base no pensamento de Gastal (2006), compreendeu-se que a

cidade pode ser vista através da sua imagem e de seus imaginários. A autora explica que, a imagem corresponde a cidade em si, já com relação aos imaginários a mesma os conceitua como sendo, sentimentos que são construídos com relação a locais, objetos ou pessoas, deste modo, “alimentados por amplas e diversificadas redes de informação” onde levarão as pessoas, “a achar um local ‘romântico’, outro ‘perigoso’, outro ‘bonito’, outro ‘civilizado’” (GASTAL, 2005, p. 13).

Neste contexto, Gastal (2005) pontua que as imagens e imaginários também estão presentes em diferentes tipos de deslocamentos, entre eles o turismo. As imagens porque, de acordo com Gastal (2005), sejam em suas próprias cidades ou no estrangeiro, as pessoas, antes de viajarem para um novo lugar, já terão tido um contato prévio, visualmente, através de diferentes meios (fotos, páginas de internet, etc.) e imaginários porque já terão sentimentos, alimentados por essas imagens (GASTAL, 2005).

Dito isto, a autora pontua que as cidades, diante das disputas no turismo urbano, para atrair fluxos de pessoas, negócios e investimentos, não devem ser únicas, mas, múltiplas em si mesmas, como exemplo, Gastal (2005) cita a fala dos planejadores turísticos de Barcelona, “não queremos vender uma, mas muitas barcelonas em Barcelona.” (GASTAL, 2005, p. 86). Logo, pode-se pensar que as cidades podem ser múltiplas através de suas narrativas turísticas e patrimoniais, que são construídas a partir das imagens e imaginários que permeiam as cidades.

Sendo assim, a pesquisa de Barreira (2013) nas cidades de Berlim, Lisboa, Fortaleza e Lyon colabora para a compreensão da cidade como uma narrativa. A socióloga mostra como as proximidades e distâncias do pesquisador com a cidade influenciam na sua observação.

Pensando na observação sociológica, Barreira (2013) sugere que existem duas espécies de observadores da vida urbana: um seria o observador estrangeiro que estaria em busca de familiaridades com as cidades as quais o mesmo não pertence; o segundo, que é qual a pesquisadora deste trabalho se reconhece, é o turista na própria cidade, que precisa se policiar para que a proximidade com a realidade da cidade não o induza a cegueiras (BARREIRA, 2013).

2.5 CONHECIMENTO SITUADO

Cabe aqui ressaltar, que o fato da pesquisadora deste trabalho conhecer a cidade de Penedo, antes mesmo do início da pesquisa, não é a única questão que precisa ser mencionada. Desta maneira, destaca-se também que a mesma é formada em Turismo pela Universidade

Federal de Alagoas, pela Unidade de Ensino de Penedo. Sendo assim, se envolveu e, mesmo afastada por conta do mestrado, continua envolvida ativamente com o turismo da cidade, através do cargo de diretora de Marketing e Comunicação da associação, que teve um dos itinerários selecionados para pesquisa.

Outro ponto que é necessário mencionar é que como membra fundadora da associação, também foi uma das idealizadoras do primeiro itinerário turístico, que é intitulado, “Às Margens do Esquecimento”, que serviu de inspiração como título da pesquisa, onde a temática do mesmo é voltada para a importância dos negros na história de Penedo. Sendo assim, mesmo antes de começar a pesquisa, a mesma já estava envolvida com as questões étnico-raciais na cidade e questionava sobre a não existência de um itinerário turístico voltado para a memória do negro em Penedo.

Por conseguinte, fica evidente que durante o desenvolvimento da pesquisa a mesma produziu, o que Löwy (2000) discute em seu trabalho como sendo, um “conhecimento situado”, pois, de acordo com Löwy (2000) “tais ‘conhecimentos situados’ são produzidos por indivíduos que tomam posição por um certo mundo e recusam outros. Longe de serem transcendentais, completos e ‘próprios’, eles são, por isso mesmo, localizados, parciais e ‘contaminados’.” (LÖWY, 2000, p.37).

A autora aponta ainda que, a única alternativa para evitar o perigo de uma visão única (totalitarismo) e a imagem especular (relativismo) na ciência seria fundamentá-la através dos conhecimentos situados (LÖWY, 2000). Uma vez que, seguindo o raciocínio de Löwy (2000) essa forma de ciência alimenta sua força no fato de refletir sobre nossa posição real no mundo. Diferentemente de sistemas imateriais pensantes, a “ciência situada” seria construída por pessoas frágeis, mortais, e, sendo assim, essas pessoas seriam isentas de ter um controle “definitivo” sobre o que quer que seja (LÖWY, 2000).

Em suma, Löwy (2000) defende que a possibilidade de uma “ciência situada” é real e pode abrir o caminho para a construção de uma outra definição de objetividade e de universalidade, uma definição onde fosse possível incluir a solidariedade, responsabilidade, paixão, crítica e contestação (LÖWY, 2000). Por conseguinte, é neste modelo de ciências que a presente pesquisa se desenvolveu.

Evidencia-se que de acordo com Rocha e Deusdará (2005) o método da análise de conteúdo é fundado em uma ciência rígida, que se centra sobretudo na crença que o método teria resultados mais precisos devido a “neutralidade” que a AC proporciona. Portanto, segundo

Rocha e Deusdará (2005) “a principal pretensão da Análise de Conteúdo é vislumbrada na possibilidade de fornecer técnicas precisas e objetivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do verdadeiro significado” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 310). No entanto, para que os resultados da pesquisa não ficassem “presos” em um método tão objetivo, na criação do método Análise de Itinerários Turísticos, foi acrescentando a Análise de Discurso, devido a subjetividade que este método proporciona.

Posto isto, faz-se necessário atentar ao fato de que Barreira (2013) ressalta que “é contra a cegueira da totalidade amorfa que se posiciona a lupa indiscreta do observador, igualmente ciente do facto de que a unidade de uma cidade é também junção provisória de pedaços, cenários e momentos da vida social” (BARREIRA, 2013, p. 19), ou seja, seguindo com o raciocínio da socióloga as cidades são singulares e iguais a muitas outras, o que para a mesma sugere a necessidade de se construir códigos de conhecimento (BARREIRA, 2013).

2.6 SÍNTESE METODOLÓGICA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para criação da proposta multi-métodos Análise de Itinerários Turísticos, como já mencionado, foi necessário a combinação de diferente métodos e contribuições de pesquisas na área da sociologia e do turismo.

De modo que a Análise do Discurso contribuiu com a parte subjetiva da pesquisa, expandindo os discursos que foram observados nos itinerários turísticos. Já a Análise de Conteúdo, facilitou a operacionalização da pesquisa, contribuindo com a sistematização dos dados coletados em campo. A Etnografia foi fundamental para análise das aplicações dos itinerários turísticos, a mesma foi responsável por auxiliar na observação e análise dos discursos apresentados nos itinerários, e nas percepções dos grupos e da pesquisadora durante a pesquisa de campo. O trabalho de Barreira (2013), foi fundamental para compreensão da cidade como uma narrativa. Já as pesquisas de Gastal (2005; 2006), contribuíram para enxergar a cidade como um livro a ser lido, e que também a mesma é permeada por imagens e imaginários que influenciam a experiência de turistas e visitantes.

Desta maneira, os diferentes métodos aqui propostos e debatidos foram operacionalizados a partir do uso das técnicas de observação direta, entrevista (formal e informal), conversas formais e informais, caderno de notas, diário de campo e pesquisa histórica. Vale ressaltar, que a pesquisa histórica aplicada na pesquisa, foi como técnica, ou seja, foi realizada a partir de fontes secundárias e com o olhar da análise de discurso, visando

não apontar verdades sobre a história de Penedo, e sim, os diferentes discursos existentes sobre a mesma.

Sendo assim, buscou-se, através da pesquisa histórica em fontes secundárias, sobretudo em livros sobre a história de Penedo e de Alagoas, informações que contribuíssem para análise dos diferentes discursos sobre a da história da cidade, juntamente com a sua memória afro.

A técnica da observação direta foi utilizada nas visitas ao Museu do Paço Imperial, Museu/Fundação Casa do Penedo e durante a realização dos itinerários turísticos. Foi feito o acompanhamento de três itinerários turísticos oferecidos por três condutores locais. Um deles atua em Penedo há mais de 30 anos e o outro é vinculado a uma agência de turismo receptivo. O terceiro itinerário que foi acompanhado, foi o itinerário “Às Margens do Esquecimento” oferecido por uma associação. Como já ressaltado, o tema deste itinerário é voltado para história dos negros em Penedo.

Complementarmente às observações, foram entrevistados os condutores locais que aplicaram os itinerários. No caso da associação, como foram três condutores que participaram, foi selecionada a condutora, por também ser membra da diretoria da associação.

CAPÍTULO 3

AS NARRATIVAS PATRIMONIAIS DE PENEDO/AL

O capítulo três corresponde a etapa empírica da pesquisa, na qual foi feita a análise dos itinerários turísticos, através da pesquisa de campo, e das entrevistas realizadas com os condutores (as) locais, sob a perspectiva da Análise de Discurso, da Etnografia e da Análise de Conteúdo (com a contagem das unidades de registros mencionadas nos itinerários e nas entrevistas realizadas).

É importante salientar, que no decorrer da análise foram acrescentadas informações de livros sobre a história de Penedo, com o intuito de perceber se existem memórias semelhantes e conflitantes nas diferentes narrativas sobre a cidade. A opção analítica foi trazer as diferentes narrativas durante a análise e não apresentar um histórico da cidade como uma contextualização inicial, isto porque a perspectiva teórica desta Dissertação percebe a construção da memória coletiva como um processo em disputa (seja através de livros de História ou de itinerários turísticos). Sendo assim, apresentar uma contextualização de Penedo, com base nas memórias que foram contempladas nos livros, ignorando os discursos que emergem nos itinerários turísticos, seria contraditório.

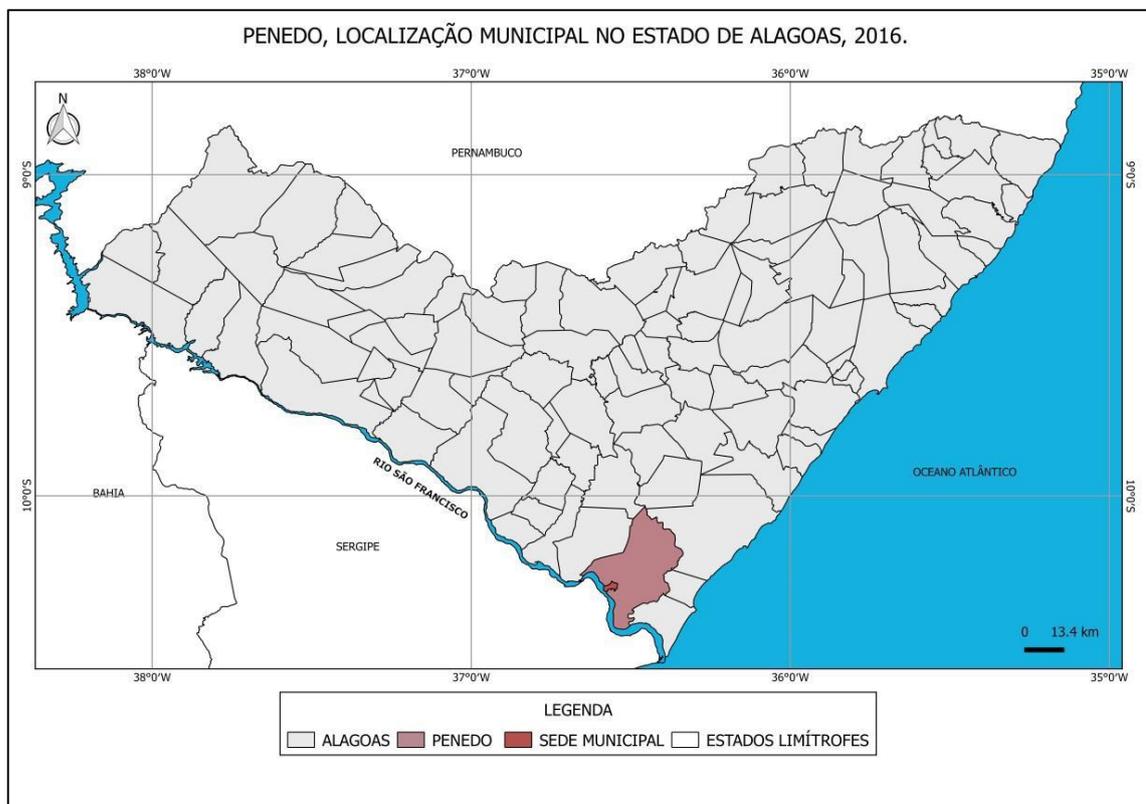
Ainda que a Geografia, assim como a História, seja permeada de disputas sociais, construções e reconstruções, entende-se que cabe, apenas, uma breve contextualização geográfica da cidade. Dito isto, ressalta-se que a cidade Penedo está localizada ao sul do Estado de Alagoas, é banhada pelo Rio São Francisco e faz divisa com o Estado de Sergipe. Sua área territorial, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 689,875 km², sua população estimada no ano de 2018, foi de 63.516, já o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), no ano de 2010, foi de 0,630.

É importante ressaltar, que a cidade de Penedo é tombada no âmbito Federal, como Conjunto Histórico, Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Município (processo nº 1.201-T-86), este tombamento envolve uma área aproximada de 27 hectares. Nesta área, é estimada a existência de 800 domicílios. Destaca-se que, à delimitação oficial do perímetro tombado foi definido pela Portaria nº 169/95, de 18/12/1995. Com relação ao Tombamento Estadual da Cidade de Penedo, o mesmo foi determinado pelo Decreto nº 29.595, no dia 08/03/1986 e o Tombamento Municipal, pela Lei nº 039, no dia 03/11/1989.

Posto isto, salienta-se que os municípios que fazem fronteira com Penedo são Coruripe, Teotônio Vilela, São Sebastião, Igreja Nova, Feliz Deserto e Piaçabuçu. Das cidades mencionadas, Coruripe e Piaçabuçu são as que possuem os destinos turísticos mais conhecidos, como Pontal do Coruripe, na cidade de Coruripe, e a Foz do Rio São Francisco em Piaçabuçu.

Vale ressaltar que a pesquisadora deste trabalho foi em busca de dados sobre o turismo na cidade de Penedo, no entanto, não foi encontrada nenhuma informação em sites oficiais ou de notícias sobre a cidade. Salienta-se também que a mesma tentou entrar em contato com a Sedetur³ do estado de Alagoas, porém não obteve retorno.

Figura 1 - Mapa de localização de Penedo no estado de Alagoas



Fonte: IBGE, 2016.

Org.: CONCEIÇÃO SILVA, H. R; RAMOS, L. L., 2016.

Deste modo, foram selecionados três itinerários turísticos, com condutores locais diferentes, para a pesquisa de campo. O primeiro foi escolhido devido aos vários anos que o condutor atua na cidade, e por seu modo mais tradicional de trabalhar. É importante ressaltar, que por tradicional entende-se o profissional que não é padronizado, que mantém basicamente a mesma forma de trabalho desde que começou e que também atua há mais tempo na cidade. O

³ Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo.

segundo por possuir uma empresa e atuar de modo mais empresarial e o último por trabalhar de modo coletivo, associativo e vender um itinerário onde um dos temas é a memória afro. Sendo assim, cada um desses itinerários possui particularidades que influenciaram na escolha dos mesmos.

A organização do capítulo se deu por duas partes. A primeira pela análise de cada itinerário turístico, não só com a observação etnográfica do mesmo, mas também com as entrevistas realizadas e as contagens das unidades de registros mencionadas, e a segunda parte uma síntese com a análise geral de toda pesquisa de campo e um quadro comparativo, com todas as unidades de registros mencionadas nas observações etnográficas e nas entrevistas.

3.1 - Itinerário Tradicional

Neste subcapítulo, é descrito o que foi observado em um dos itinerários que são vendidos na cidade de Penedo. O nome “itinerário tradicional” foi escolhido devido ao condutor local Pedro (nome fictício) ser o que atua há mais tempo na cidade, apresentando itinerários para grupos há mais de trinta anos. É importante ressaltar que este condutor turístico local atua de um modo mais informal, sem ter um fardamento e preferindo negociar com os grupos de forma mais autônoma, usando como meio de comunicação e divulgação suas próprias redes sociais.

Posto isto, salienta-se que a pesquisa foi realizada no dia cinco de setembro de 2018, o grupo conduzido por Pedro era de alunos, professores e coordenadores de uma escola pública de tempo integral da cidade de Propriá/SE, e era composto por 40 pessoas com a faixa etária entre 15 a 50 anos.

Vale destacar, que um dos maiores receios da pesquisadora deste trabalho era que, devido ao seu envolvimento com a associação que atua com turismo em Penedo, houvesse uma rejeição por parte dos outros condutores turísticos em participar da pesquisa e isso atrapalhasse o desenvolvimento da pesquisa em campo. No entanto, desde o primeiro contato, Pedro mostrou-se solícito, disponibilizando diversas datas para que o acompanhamento fosse feito e mostrando-se feliz em fazer parte da pesquisa.

Por fim, a organização nos subtópicos deste capítulo, segue a ordem em que os monumentos e patrimônios foram apresentados nos itinerários turísticos durante a pesquisa em campo. Portanto, visando facilitar a compreensão e leitura, a descrição e análise da observação etnográfica se dividirá pelos monumentos e patrimônios que compõem cada itinerário.

3.1.1 – Observação etnográfica

- Parte alta do centro histórico de Penedo

O local que o condutor local turístico Pedro iniciou o itinerário com o grupo, saiu um pouco da rotina, pois o mesmo informou que costuma começar o itinerário pela parte baixa do centro histórico, no entanto, os professores solicitaram que os alunos também vissem a parte alta do centro histórico, sendo assim, Pedro iniciou o itinerário dentro do ônibus enquanto os alunos observavam os casarios e as ruas.

Pedro se apresentou e em seguida, falou sobre a arquitetura dos casarios por onde o ônibus passava, destacando a influência holandesa e francesa nos mesmos. Em sua fala ele destacou brevemente a revolta em Penedo que teve como consequência a expulsão do holandês Maurício de Nassau. Com relação a revolta, seguindo o pensamento de Costa (1983) é possível considerar que a mesma foi nomeada como revolta Valentim da Rocha Pitta, tal nome justificase por ter sido Valentim o responsável por capitanear as tropas durante a revolta (VALENTE, 1957). Costa (1983), explica que a invasão durou de 1637 a 1645, e a revolta teve início devido uma prisão de uma pessoa que era mais ou menos considerada na Vila, o que acarretou em uma arruaça sanguinolenta, que serviu como motivo para que a população se levantasse contra os holandeses (COSTA, 1983). Percebe-se visões um pouco diferentes nessas narrativas: enquanto o condutor fala e influencia holandesa (com uma certa positivação), o livro fala em invasões holandesas – com uma narrativa clássica que segue a perspectiva luso-tropical, com enfoque dado aos portugueses como heróis, como aponta Gomes (2017).

O trajeto dentro do ônibus foi breve, pois o primeiro monumento do itinerário encontrase na parte alta do centro histórico.

- Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Ao desembarcar neste ponto, Pedro direcionou os alunos ao interior da igreja e pediu que os mesmos sentassem nos bancos dos fundos, e lá explicou aos alunos algumas normas que eles deveriam seguir durante a aplicação do itinerário. Após essas explicações iniciais, o condutor local falou sobre o bairro Nosso Senhor do Bonfim (Oiteiro), ele explicou que o bairro era um dos mais ricos culturalmente em Penedo. Nesse momento cabe destacar, uma passagem do diário de campo da pesquisadora, “confesso que me surpreendi com essa menção do bairro já no início do itinerário, já que nos outros dois itinerários que acompanhei não tinha sido mencionado, porém, Pedro não explicou o porquê dele ser rico culturalmente.” (Diário de

campo, 2018). Entretanto, apesar da menção ao bairro, o condutor local não deixou claro para o grupo que o bairro é remanescente quilombola, que foi uma resistência contra a escravidão.

O condutor local ressaltou que a igreja foi construída para os negros, e explicou sobre os santos negros que estavam no altar. De acordo com Méro⁴ (1991), antes da construção da Igreja, havia uma capela em homenagem a Santa Efigênia, uma Santa negra, que atualmente possui uma imagem exposta no altar. Segundo o historiador, a capela foi construída pelos escravos, que tinham devoção à essa Santa, porém, essa devoção custava muito caro aos mesmos, dando a entender que os escravos sofriam castigos e repressões por serem devotos de uma Santa negra. Mesmo tendo como uma de suas fontes de informações para o itinerário a obra de Méro, Pedro não citou durante sua explicação a capela ou a repressão que os escravos sofriam por serem devotos da Santa Efigênia.

Uma curiosidade que Pedro cita durante sua explicação, é com relação ao público que frequenta a Igreja. O condutor local comentou que a Igreja que foi construída para os negros, a classe baixa frequentar, é nos dias de hoje a mais frequentada pelos ricos da cidade. Ou seja, a classe alta penedense que antes proibiam os negros de entrarem em suas igrejas, atualmente são os que mais frequentam a igreja que foi construída para os seus oprimidos do passado. Essa curiosidade mostra como um monumento tão representativo, para a história dos negros em Penedo, está presente na dinâmica atual da cidade.

Neste contexto, cabe mencionar o processo de enobrecimento em Penedo, que se deu através de políticas de enobrecimento urbano de caráter patrimonialista, como o programa Monumenta⁵ que teve seu início no ano 2000 e o mais recente, PAC – Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (SILVA, 2015). A partir das observações e pesquisas de Silva (2015), a mesma constatou que é no núcleo do centro histórico tombado, aonde as políticas de enobrecimento fizeram-se mais presentes, de acordo com ela “a reabilitação destes espaços ocorre desintegrada dos demais bairros que compõem este centro tombado e não integra as distintas comunidades”. (SILVA, 2015, p.207).

Dito isto, ressalta-se que, sobre os bairros que foram excluídos do processo de enobrecimento urbano Silva (2015), menciona o bairro Santo Antônio (que antigamente era

⁴ A obra aqui citada, é uma das que dois dos condutores locais de Penedo usaram como base para as informações contidas no itinerário.

⁵ O Monumenta foi um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico, uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo federal (DUARTE JÚNIOR, 2010).

chamado de Barro Vermelho) e o bairro Camartelo, onde ambos possuem ruas que fazem parte do perímetro tombado, salienta-se ainda que, o bairro Santo Antônio foi ocupado primeiramente “por negros malês oriundos do Sudão, em sua maioria muçulmanos, fugidos da escravidão na Bahia” (SILVA, 2015, p.203). No entanto, como constatado na pesquisa de Silva (2015), essas partes do perímetro tombado não foram incluídas no processo de enobrecimento urbano da cidade.

Outro ponto interessante na fala do condutor local, foi sobre a complexa relação dos moradores do centro histórico com o IPHAN, que segundo a pesquisa de Silva (2016) o órgão muitas vezes “é percebido pelo seu poder de polícia como órgão intimidador, punitivo e seletivamente perseguidor, no exercício da fiscalização” (SILVA, 2016, p.320), porém, a autora também pontua que não são todos os entrevistados na pesquisa que possuem esse ponto de vista, para alguns “o IPHAN tem se mostrado um órgão reconhecidamente mais predisposto ao diálogo do que no começo da sua atuação em Penedo” (SILVA, 2016, p. 320).

Com relação ao grupo, foi possível perceber o interesse de alguns alunos. Sugiram algumas perguntas e um dos alunos perguntou se os negros usavam a igreja como refúgio, o condutor local respondeu que não, porém, talvez seja possível afirmar que sim, pois a mesma poderia ser entendida como um refúgio espiritual. A partir do questionamento do aluno, o condutor local fez uma breve crítica com relação as diferenças entre a igreja construída para os negros e as outras que eram frequentadas por brancos e pardos. Entretanto, Pedro mencionou essa questão rapidamente, e não citou a grande rivalidade entre as irmandades e ordens terceiras que motivaram as pluralidades desses templos (MÉRO, 1992), onde a igreja dedicada aos negros deveria ser mais simples devido a sua posição na sociedade.

Após a pergunta do aluno, o condutor local falou sobre as imagens dos santos e santas da igreja, que de acordo com Méro (1992) “no altar-mor estão as imagens de Nossa Senhora do Rosário, São José, Santa Efigênia e São Domingos, de linha barroca” (MÉRO, 1992, p.23), destaca-se também a presença do santo Antônio de Categeró, que assim como a imagem da Santa Efigênia, representa santos de cor negra. Com base no pensamento de Méro (1974), essas presenças “justificam o fato de ter sido a igreja construída por homens de cor escura, envolvendo uma história.” (MÉRO, 1974, p. 57).

Outro ponto interessante que é relevante salientar, e que o condutor local não menciona em sua narrativa, é sobre a relação dos negros com as irmandades religiosas. Méro (1974) destaca que, “uma das reações naturais do homem escravo era a luta de integração social. Então,

procurava a sua integração nas irmandades religiosas, a fim de ter sob a guarda da igreja uma sepultura digna. ” (MERÓ, 1974, p.57). Posto isto, destaca-se que em Penedo existiam as irmandades dos homens negros, pardos e brancos, assim como, a rivalidade entre as mesmas (MÉRO, 1991). Neste contexto, salienta-se que Pedro não fala sobre a importância da Igreja e da irmandade para inserção dos negros na vida social de Penedo.

Após o momento que ele descreveu quais eram as imagens dos santos que estavam presentes na Igreja, Pedro explicou sobre o termo “santo do pau-oco”, que segundo sua explicação a origem do termo foi devido aos negros, que dentro dos santos da igreja católica colocavam elementos e símbolos de suas religiões, para que assim se pensasse que estavam adorando os santos da Igreja católica, quando na verdade estavam adorando suas próprias divindades.

A autora desta pesquisa pontua que:

Nesse momento, percebi que mesmo sem citar o termo “resistência”, o condutor local deu um exemplo da mesma, de como os escravos resistiam à imposição da religião católica. Entretanto, senti que esse momento era perfeito para uma crítica mais profunda à imposição do catolicismo aos negros, porém, o condutor local não prosseguiu com esse discurso. (Diário de campo, 2018)

Pedro respondeu as várias perguntas feitas pelos alunos, sobre os negros e os quilombos, que se mostraram muito interessados pela questão. Depois falou um pouco mais sobre as imagens expostas, destacando a de Santo Antônio do Catigeró e a Santa Efigênia, contando um pouco sobre a história da Santa e falando sobre a importância dos dois santos negros para Igreja.

- Convento e Igreja Franciscana Nossa Senhora dos Anjos

Dentro da Igreja, o condutor local chamou a atenção do grupo para as diferenças existentes entre a Igreja Franciscana e a Igreja do Rosário dos Pretos, falou sobre a arquitetura, e das imagens na fachada que homenageava os índios. Sobre essas imagens na fachada, Méro (1991) salienta que “a decoração antropomórfica estabelece uma mistura de figuras humanas, como sejam soldados com túnica da milícia portuguesa e saio de índios; outras com feições anatômicas europeias com turbantes indígenas. ” (MÉRO, 1991, p.197). Destarte, percebe-se que as imagens, que o condutor local ressaltou como sendo homenagem aos índios, são na verdade uma mescla indígena e europeia.

Outro ponto ressaltado por Pedro, é com relação aos lugares na Igreja que cada classe social ocupava. No entanto, em nenhum momento ele mencionou se os negros tinham permissão de frequentar a Igreja, só comentou que a classe baixa ficava na parte menos privilegiada, os fundos. Com relação as diferenças de classes, Meró (1991) menciona que para assistir as missas na Igreja “os ricos levavam tapetes persas, que eram estendidos no piso e os pobres, esteiras.” (MÉRO, 1991, p.201).

Após a explicação de Pedro, um dos alunos perguntou se a igreja havia restrições contra os negros. Nesse momento, o condutor esclareceu que a classe baixa se referia aos negros, e com isso ressaltou que eram os escravos que construíram a Igreja, mas não podiam frequentá-la. Devido à pergunta do aluno, Pedro falou um pouco mais sobre os negros em Penedo. Ele citou os escravos malés, que eram artistas e foram responsáveis pela construção da fachada da Igreja São Gonçalo Garcia, que foi esculpida em cantaria. Destaca-se que, “me surpreendeu a informação e o condutor local ter citado essa contribuição dos escravos, porém, observei que a informação resultou de uma pergunta feita por um dos alunos, sendo assim, não sei se a mesma faz parte da narrativa que o condutor costuma seguir.” (Diário de campo, 2018).

Figura 2 - Explicação do condutor local ao grupo, no Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Seguindo com as perguntas, o mesmo aluno que fez a pergunta anterior, questionou se catequizar os índios e negros tinha algum propósito. Pedro respondeu que era controlar e excluir, os grupos marginalizados, como por exemplo as mulheres. A fala do condutor é muito interessante, pois, geralmente em narrativas turísticas em museus ou itinerários o catolicismo é colocado como algo bom, como é apontado por Gomes (2016), mesmo tendo sido imposto aos índios e negros.

Neste momento, o professor da turma faz uma crítica às imagens das Santas, que tinham seus seios escondidos nas esculturas, para não expor a feminilidade da mulher, no entanto o condutor local não comenta nada sobre a observação feita e conduz o grupo pelo jardim do convento, deixando os mesmos à vontade para fotografar e conhecer.

Figura 3 - Jardim do Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

- Teatro 7 de Setembro

Ao chegar ao teatro, Pedro explicou as normas de visitação do mesmo, assim como sua construção e a divisão de classes no teatro, explicando que a elite e os nobres tinham os melhores lugares, já as pessoas de classe baixa ficavam nos lugares menos prestigiados. Em nenhum momento, o condutor local menciona se existiam negros e negras que faziam parte

dessa classe baixa, também não foi encontrada nenhuma informação com relação a isso no material bibliográfico que foi levantado para pesquisa.

Pedro deu ênfase em sua apresentação na construção do teatro, que segundo o mesmo, foi o arquiteto Luiz Lucarini o responsável pela planta e construção do mesmo. Com base no pensamento de Valente (1957), salienta-se que o Teatro 7 de Setembro teve sua inauguração no dia sete de setembro de 1884, e a primeira peça foi Violino do Diabo. É relevante salientar, que o teatro foi idealizado pela Sociedade Filarmônica 7 de Setembro, que possuía o título de Imperial que foi conservado até a chegada da República (VALENTE, 1957). Logo, percebe-se que o teatro era um lugar de socialização principalmente da Elite, que ao frequentar o mesmo tinha sua posição social reafirmada.

No palco do teatro, Pedro recitou um poema e interagiu mais com o grupo, como também contou uma história sobre quando um morador, que antigamente era conhecido como o mais valente de Penedo, enfrentou Lampião. Após sua apresentação, ele convidou ao palco alunos e professores que quisessem se apresentar. No grupo tinha um aluno cordelista que se apresentou, após a apresentação Pedro informou ao grupo que faria uma pausa para almoço.

Figura 4. Apresentação de um aluno do grupo, no Teatro 7 de Setembro.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

- Igreja de Nossa Senhora das Correntes

Após o almoço, Pedro conduziu o grupo para conhecer a Igreja de Nossa Senhora das Correntes. Ao chegar no local, o condutor chamou a atenção para os cuidados com o monumento. Também falou sobre a arquitetura, e sua narrativa condisse com a presente nas bibliografias sobre a história de Penedo, as quais acentuam que “a Igreja de Nossa Senhora das Correntes tem seu traçado, podemos dizer ‘ecclético’, reunindo detalhes barrocos, rococó e neoclássicos.” (MÉRO, 1991, pp.249-250).

O condutor também falou sobre a família Lemos, que foram os principais benfeitores e donos da Igreja, pois, segundo ele, a mesma era particular. Méro (1991) ressalta que devido ao cuidado que os Lemos tinham pela Casa de Deus, a igreja ficou conhecida como Igreja dos Lemos, porém, em sua pesquisa o autor não menciona que a mesma era particular. Sobre a construção da Igreja e a origem do nome Nossa Senhora da Correntes, o discurso de Pedro e de Méro (1991) são condizentes, de modo que evidenciam que:

Pelo ano de 1720 fora construída uma capela por pescadores em honra à Nossa Senhora. Os devotos da Virgem que frequentavam à modesta capela deram-lhe o título de Nossa Senhora das Correntes. Opiniões existem que esse título tem a sua procedência da correnteza do Rio São Francisco; outros porém, afirmam que vem de uma corrente que altas horas da noite ouvem rolar na Rua da Corrente (MÉRO, 1991, p. 249).

O condutor citou também que os escravos, buscavam a carta de alforria falsificada, que era disponibilizada pela família Lemos, pois segundo ele, a mesma era abolicionista. Pedro menciona ainda, que existe um espaço escondido por uma parede falsa que era um esconderijo para os negros, onde cabiam no máximo três escravos que esperavam a carta de alforria falsificada para poder fugirem.

Ao mostrar o buraco na parede, os alunos e professores ficaram impressionados, e isso me lembrou minha reação ao ver o espaço pela primeira vez, fiquei pensando o quanto devia ser desconfortável e doloroso se esconder em um espaço tão pequeno e o quanto os negros devem ter sofrido com isso, esperei que Pedro fizesse uma crítica ou comentário nesse sentido, porém nenhuma das duas coisas aconteceram (Diário de campo, 2018).

Curiosamente, não há nenhuma menção que a família Lemos é abolicionista nas bibliografias sobre Penedo, que foram levantadas para pesquisa. Sendo assim, foi feito uma

busca em notícias e matérias sobre a Igreja na internet, e foram encontradas algumas informações como esta:

Durante o “*Movimento Abolicionista*” foi utilizada como lugar de refúgio pelos escravos que fugiam das pequenas e grandes fazendas. Graças a existência de uma “passagem secreta” existente no lado direito do *Altar-Mor* (esquerdo para quem adentra a Igreja), os negros ali permaneciam por um curto período (três à quarto dias) aguardando o momento exato para escaparem, ou seja, até receberem uma “*Carta de Alforria*” falsificada e, assim, fugirem para o *Quilombo dos Palmares*, na Serra da Barriga, atual Município de União dos Palmares/AL. Após as cerimônias a Igreja era fechada, muitas vezes sob o pretexto de que se realizariam “cerimônias fechadas” aos membros da *Família Lemos*. Dessa forma os escravos eram soltos para circular e descansarem no interior do referido recinto (SIMPEAL-PENEDO, 2018).

É importante a citação do Quilombo dos Palmares na notícia, pois, assim como Zumbi, o Quilombo dos Palmares é um símbolo nacional de resistência contra a escravidão, e tendo sua história ligada à de Penedo é muito significativo para a cidade. Vale ressaltar, que a notícia supracitada, é oriunda de um site penedense, porém foram encontrados discursos como este em outros sites nacionais, assim como, em um site português O HPIP – Patrimônio de Influência Portuguesa, que destaca que “o altar-mor, revestido e decorado com peças banhadas a ouro, composto por uma lacuna camuflada que servia de refúgio aos aliados dos movimentos abolicionistas - uma peculiaridade dessa igreja, considerada por Germain Bazin uma das mais belas do Brasil” (MACHADO, 2018).

Figura 5⁶ - Espaço por trás da parede falsa, na Igreja de Nossa Senhora das Correntes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Após mostrar o espaço por trás da parede falsa na Igreja, Pedro voltou o foco para família Lemos, ressaltando que existe uma suspeita que os Lemos eram os chamados novos cristãos, que seriam judeus disfarçados de católicos com o propósito de fugir da perseguição da Igreja Católica. A narrativa do condutor local seguiu tendo como foco a família Lemos, mostrando nas pinturas das paredes supostos sinais que a família era de fato judia. É interessante a fala do condutor, por trazer à discussão o povo judeu, que também são um exemplo de grupo oprimido.

Em um dos corredores da Igreja, são guardadas urnas com os restos mortais de membros da família Lemos, nesse momento, Pedro chamou atenção para uma das urnas, que contém os restos mortais de uma ama de leite da família, segundo o condutor, se trata de uma homenagem a escrava que amamentava os filhos dos senhores da família. A urna da ama de leite era a única que não era de madeira, diferenciando-se das outras, era de ferro, Pedro não aprofundou sua narrativa, nem deu nenhuma explicação sobre o porquê das urnas serem diferentes. Ressalta-se que, em nenhuma das bibliografias que foram levantadas sobre Penedo, é mencionada a existência da urna da ama de leite. Méro (1991) destaca apenas que “ali, vários Lemos estão

⁶ Essa imagem não foi feita durante a pesquisa de campo, devido a atenção necessária ao grupo e ao condutor local a pesquisadora não lembrou de fotografar, a mesma voltou à Penedo dia 30/10/2018 e fotografou o espaço.

sepultados, aliás velho costume da sepultura eclesiástica na fase colonial. ” (MÉRO, 1991, p.249). Diante disto, percebeu-se que Pedro deu mais enfoque às mulheres negras do que os livros, onde as memórias das mesmas foram silenciadas.

Cabe aqui ressaltar, que as bibliografias encontradas sobre a história de Penedo, principalmente as informações sobre os patrimônios (Igrejas, monumentos, etc.), são principalmente voltadas às questões estruturais dos monumentos, como arquitetura, pintura, esculturas e como se deu a construção dos mesmos. Sendo assim, as memórias, lendas e histórias, que são importantes na significação dos patrimônios, são deixadas de lado por parte dos livros, e mais trabalhadas nos itinerários turísticos.

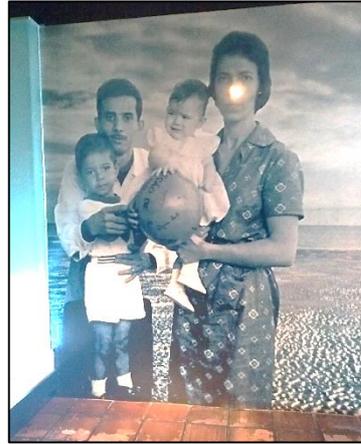
Após mostrar as urnas, Pedro chamou a atenção do grupo para o piso do corredor da Igreja, que segundo ele o mesmo é maçônico. Ele enfatizou que a cor preto e branco foi escolhida com o intuito de disseminar a ideia que todos homens eram iguais, independentemente de sua cor. Com essa fala o condutor local encerrou sua apresentação do monumento e deu ao grupo alguns minutos para fotografar o que quisessem. Um grupo de professores pediu para olhar novamente o espaço por trás da parede falsa, e pela impressão dos mesmos foi possível notar que ficaram bastante impressionados com a existência do mesmo.

- Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho

Neste monumento são os informantes turísticos do museu que conduzem a visita. O Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho é dividido em duas partes, na parte térrea está localizado o Memorial em homenagem ao ex-prefeito Raimundo Marinho e no primeiro andar é o Museu com peças da época Imperial.

A visita começou pelo térreo, a informante Luana (nome fictício) deu uma pequena explicação sobre cada sessão que o Memorial está dividido, falando brevemente sobre a vida de Raimundo Marinho. Após sua narrativa, ela deixou os alunos à vontade para percorrer as sessões e ler os materiais, só comentando alguma coisa se fosse solicitada.

Figura 6 - Família Marinho, no Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

O acervo do memorial é munido de objetos pessoais do ex-prefeito Raimundo Marinho e de sua esposa. E as sessões presentes no memorial retratam, a infância, juventude, carreira política, profissional e acadêmica do penedense, assim como, sua vida pessoal e sua família.

Figuras 7 e 8 - Objetos pessoais de Raimundo Marinho e sua esposa, no Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Durante a visita ao memorial e pelas imagens anteriores e as posteriores, fica evidente que todo o acervo faz parte de uma homenagem à trajetória de vida do falecido prefeito de Penedo. Sendo assim, na exposição não existe nada que remeta à memória afro ou à vida dos negros e negras em Penedo, objetiva-se apenas cultuar a memória de um dos considerados filhos ilustres da cidade. Segue, portanto, uma narrativa tradicional. Pôde-se perceber que nos itinerários turísticos, o condutor local aborda as narrativas de forma mais livre, dando mais ênfase às resistências, aos grupos que são minoritários. Já os museus, apresentaram uma narrativa mais tradicional, em comparação a do condutor.

Figuras 9 e 10 - Peças sobre a vida profissional e política de Raimundo Marinho, no Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Na parte superior encontra-se o Museu do Paço Imperial. As peças que compõem o acervo remetem à visita do Imperador Dom Pedro II, apesar de nenhuma peça em especial ter sido usada pelo Imperador durante sua visita à Penedo. O responsável por conduzir o grupo nessa parte do museu é André (nome fictício) que faz uma introdução sobre a história de Penedo e apresentou brevemente o acervo que compunha a sala. O acervo é composto de peças doadas por alguns moradores de Penedo e outras que foram arrematadas em leilões. O informante explicou que a ideia do museu é se assemelhar o máximo com os cômodos de uma residência do período Imperial, sendo assim, as sessões são divididas em: sala de estar, sala de jantar,

espaço de orações e quarto. É importante ressaltar que nesta parte do Museu é proibido tirar fotos ou subir com bolsas, André explicou ao grupo que essas medidas são tomadas por segurança, para prevenir roubos no acervo. Porém, após uma busca na internet foi possível localizar algumas imagens do museu.

Figura 11 - Sala de jantar do Paço Imperial, no Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho.



Fonte: www.correiodopovo-al.com.br

Como mostra a figura 11, as peças que são expostas provavelmente foram usadas pela nobreza, ou pela elite que eram os únicos que tinham condições de possuir peças como essas. Vale salientar que no acervo não existem apenas peças nacionais, existem louças de origem, espanhola, holandesa, francesa entre outras nacionalidades.

Apesar do luxuoso acervo, André chamou a atenção do grupo para duas peças em especial, foram elas as medalhas Comemorativas à assinatura da Lei Áurea, que foram emitidas no dia 13 de maio de 1888 e também um jornal penedense datado do dia 14 de maio de 1888, noticiando a abolição da escravatura. André explicou que Penedo era uma cidade com entrada e saída de escravos, e que o tráfico na cidade funcionou de forma ilegal após a Lei Euzébio⁷ de Queiróz em 1850. De acordo com Teixeira (2016), após o decreto desta Lei o comércio interprovincial de escravos cresceu significativamente, logo:

⁷ Essa lei foi responsável por proibir o tráfico de escravos para o Brasil.

Inserida como vendedora no comércio interprovincial de escravos, em Alagoas o negócio operava principalmente através dos portos do Penedo e Maceió. Ambas eram cidades onde residiam escravos, mas, no contexto do comércio interprovincial, elas serviam de entreposto para remeter escravos do interior para os mercados do sul. (TEIXEIRA, 2016, p.14)

Logo, percebe-se que Penedo não era apenas, como ressalta Texeira (2016), uma cidade escrava, como outras do Império Brasil, mas também, uma cidade onde o comércio de escravos estava presente e ainda, com base na narrativa do informante André, é possível que a cidade tenha continuado a receber escravos de fora do país, mesmo depois da Lei Euzébio de Queiróz. No entanto, ressalta-se que em nenhum material bibliográfico levantado para esta pesquisa, confirme a informação passada pelo informante.

Outro fato interessante citado por André, foi com relação a família Lemos. O informante levantou a hipótese que a família Lemos não era abolicionista, que tinham usado mão escrava na construção da igreja e que existiam documentos que comprovavam isso.

Muito me surpreendeu a fala do informante, pois, foi a primeira vez que ouvi tal hipótese. Fiquei intrigada e procurando encaixar no meu conhecimento sobre Penedo essa informação, já que as falas de todos os condutores locais dizem o contrário e toda apresentação que eu assisti e li sobre a igreja das Correntes enaltecem a família Lemos como abolicionista (Diário de campo, 2018).

Posto isto, ressalta-se que não há como comprovar ou desmentir a fala do informante do museu, e nem é esse o objetivo desta pesquisa. Porém salienta-se que, como era uma prática ilegal na época, talvez seja o motivo de não existir dados que comprovem essas informações. No entanto, sendo ou não um fato verdadeiro, essa memória mostra-se importante dentro do imaginário penedense, pois, o enaltecimento de uma família rica, que era abolicionista, tem um valor social para a cidade. Sendo assim, não é possível afirmar qual a versão verdadeira sobre os Lemos, bem como, talvez eles fossem abolicionistas e ao mesmo tempo tivessem escravos, pois essa era a forma de trabalho na época e seria perigoso ser abertamente abolicionista. Reforça-se apenas que, nas narrativas dos condutores locais que participaram desta pesquisa, os Lemos eram uma família abolicionista e isso era ressaltado de forma positiva, demonstrando uma narrativa crítica à escravidão.

Figura 12 - Imagens de Dom Pedro II e sua esposa Teresa Cristina, no Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho.



Fonte: www.correiodopovo-al.com.br

Figuras 13 e 14 - Imagens do acervo do museu, no Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho.



Fonte: www.correiodopovo-al.com.br



Fonte: www.correiodopovo-al.com.br

Devido ao Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho possuir seus próprios informantes, as unidades de registro serão contadas separadamente, a unidades mencionadas neste ponto estão contabilizadas no quadro a seguir:

Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho		
Contexto analisado Unidades de registro	Frequência em que aparece nos textos expositivos	Frequência em que aparece nos discursos dos informantes
Violência	0	0
Sufrimento	0	0
Negros	0	1
Negras	0	0
Resistência	0	0
Lutas	0	0
África	0	0
Miscigenação	0	0
Democracia racial	0	0
Cultura	0	0
Mulher	0	0
Esquecimento	0	0
Comunidade remanescente quilombola	0	0
Oiteiro	0	0
Tabuleiro dos Negros	0	0
Escravos	0	2
Escravas	0	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0
A abolição da escravatura	0	2
Quilombo	0	0
Escravizados	0	0
Escravizadas	0	0

A partir das unidades de registro contabilizadas, o quadro evidencia que a questão afro não é desenvolvida no Museu/Memorial. Sendo assim, pode-se considerar que assim como na observação as unidades de registros também mostraram que a narrativa do Museu/Memorial é

mais tradicional. Pois, apesar de falar da abolição da escravatura o informante não aprofundou sua crítica, nem fugiu do discurso hegemônico disseminado sobre a escravidão⁸.

- Praça Barão de Penedo

Após a saída do Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho, Pedro conduziu o grupo até a Praça Barão de Penedo. Na Praça ele falou sobre o forte Maurício de Nassau, explicando que o mesmo foi soterrado após a expulsão dos holandeses, sobre isso ressalta-se:

Depois de vencidos os holandeses invasores, Penedo entrou em guerra contra os negros ‘com dispêndio de suas fazendas e risco da própria vida’. Os escravos fugiam para os quilombos, podendo afirmar-se que antes da invasão já existia a escravidão em Penedo. Os moradores de Penedo tinham suas casas e fazendas roubadas pelos escravos, que fugiam para os quilombos. Contribuíram com dinheiro víveres e pessoal para sua extinção, segundo afirma um documento oficial (VALENTE, 1957, p.182).

Posto isto, salienta-se que o condutor local não comentou nada neste sentido, focando apenas em falar da estrutura do forte. Ele falou sobre a casa da aposentadoria, que funcionou como aposento para Ouvidores e como cadeia pública. O condutor focou na estrutura do edifício, assim como as informações encontradas nas bibliografias sobre o monumento, em uma delas ressalta-se o fato de que a casa da aposentadoria “foi edificada para aposentadoria dos Ouvidores por ordem do Ouvidor José de Mendonça de Matos Moreira; começou a obra em 1781 e findou em 1782, o que mostram os assentos que se encontraram na parede do edifício.” (CAROATÁ, 1962, p.57).

Outro monumento citado por Pedro foi o Oratório dos Condenados, que segundo ele, os escravos saíam da cadeia, que ficava na Casa da Aposentadoria, e iam para o oratório para rezarem durante a noite, no amanhecer do dia seguinte, eram levados para fora de Penedo para serem enforcados. Méro (1974) em sua obra tem uma narrativa semelhante ao do condutor, sobre o oratório ele salienta que, “construído diante da cadeia pública, os condenados faziam suas orações, sendo que aos sábados era cantado o Ofício da Virgem da Conceição.” (MÉRO, 1974, p. 52). Apesar de conter semelhanças, existem algumas divergências nesses discursos,

⁸ Vale salientar que é o mesmo informante turístico nas três visitas ao Museu/Memorial, no entanto, apesar das informações serem quase as mesmas nas visitas, o informante algumas vezes deu mais ênfase no sofrimento dos negros do que de outras vezes.

pois, diferente de Pedro o autor ressalta que o local era onde os condenados faziam suas orações e não apenas escravos.

Por fim, Pedro falou rapidamente sobre o canhão exposto na praça, evidenciando apenas que o mesmo representava a expulsão dos holandeses, porém, não tinha sido usado durante a revolta. Após finalizar sua fala, o condutor levou o grupo para o interior da casa da aposentadoria.

- Casa da Aposentadoria

Dentro do monumento, Pedro conduziu o grupo para uma sala com cadeiras e pediu para que todos sentassem. Apesar de estar dentro da Casa da Aposentadoria, Pedro não mencionou nada sobre o edifício. Ele falou sobre o primeiro bairro de Penedo, o bairro Santo Antônio, falou também do bairro Nosso Senhor do Bonfim (Oiteiro), desta vez, Pedro deixou claro que o bairro é remanescente de quilombo. Fato que também é mencionado, no trabalho de Méro (1994), onde o mesmo salienta que:

Na área do – Penedo-, pelo menos dois agrupamentos de negros floresceram. Um no bairro do “OITEIRO”, pois ali bem próximo havia o ENGENHO DO SACO DO DÂMASO. Ao nosso ver a população do Oiteiro é remanescente desse QUILOMBO, uma vez que se apresenta com um índice de 80% de negros, em relação aos bairros do Barro Vermelho e de Santa Luzia (MÉRO, 1994, p.47).

Pedro ao falar do bairro, exaltou a beleza do negro, que para ele são “negões” que não precisam ir na academia, porque já nascem fortes. Todavia, ao exaltar a beleza das mulheres volta a falar do bairro de Santo Antônio, que segundo ele, é onde estão as meninas mais bonitas de Penedo, meninas de cabelo liso com descendência indígena.

Este foi o momento do itinerário que fiquei mais incomodada e me perguntando, porque ele não falou das negras do Oiteiro? Será que por não terem cabelos lisos não merecem ser mencionadas como referências de beleza? Esperei ansiosamente ele citar algo sobre as negras, porque no grupo tinham meninas de cabelos crespos e cacheados, mas ele só disse que as descendências eram muito diferentes e seguiu para o próximo ponto (Diário de Campo, 2018).

Apesar da fala de Pedro estar expondo uma opinião pessoal, suas escolhas para referência de beleza não fogem dos estereótipos, valorizando o homem negro pelo seu porte físico e a mulher negra sendo substituída pela índia de cabelos lisos.

- O mirante da Rocheira

Neste ponto, Pedro falou brevemente que a cidade teve sua origem na Rocheira e deixou o grupo à vontade para fotografar. Voltando para frente do Paço Imperial, ele se despediu do grupo e encerrou o itinerário.

3.1.2 – Entrevista

A entrevista com Pedro ocorreu após o acompanhamento do itinerário, em um espaço do Memorial Raimundo Marinho, no Paço Imperial. As primeiras perguntas foram com relação aos aspectos pessoais e profissionais do condutor local. Com essas perguntas foi possível constatar que Pedro tem 46 anos, possui nível superior incompleto, assim como o curso de guia. É natural de Penedo, mora na cidade há mais de 40 anos e está há 30 anos trabalhando com turismo.

Quando questionado com relação às dificuldades de se trabalhar com o turismo na cidade, ele cita a falta de parcerias com os empresários da área do turismo e que se os condutores locais fossem mais reconhecidos, seria possível uma parceria entre condutores e empresários. Com relação à frequência em que recebe grupos em Penedo, ele ressalta que:

Olha, a gente depende de uma certa temporada. No turismo quando a gente trabalha com turistas que vem com agências de turismo receptivas, a gente trabalha mais... de abril a setembro com um grupo diferente, mas junto com esse grupo a gente trabalha também as excursões estudantis. Por exemplo, nós estamos numa fase agora a qual as escolas públicas tão enviando muitos alunos pra fazer trabalhos pra recuperação ou adiantamento de aulas. Então nessa fase agora, eu posso lhe garanti que, de abril pra cá, no mínimo eu tô tendo três grupos por semana. (Pedro, 46 anos, condutor local).

Sobre a faixa etária dos grupos ele informa que recebe mais alunos do ensino médio (deve variar entre 14 a 18 anos), mas também alunos do ensino superior. Sobre a maioria desses grupos serem de homens ou mulheres, ele afirma que a maioria são mulheres, que em média a cada dez alunos que fazem a visita seis ou sete são mulheres. Questionado com relação a cor e etnia desses grupos ele informa que:

Não que eu tenha feito uma pesquisa, mas antes, nós guias, nós somos é... Como que posso dizer... Termômetros de muitas situações e assim, eu realmente costumava ver mais gente clara vindo conhecer Penedo. E a gente até discutia da origem de sua família. Só que hoje, a gente tá vendo um aumento enorme de gente parda e talvez, eu poderia até dizer com certeza que tá vindo muitos negros mesmo, dentro das escolas, pra conhecer Penedo. E o mais legal disso tudo é que esses negros estão tendo uma consciência de valorizar sua raça, de valorizar sua etnia quando as meninas vem com os cabelos cheios, quando os rapazes também vem com cabelo cheio e vem com as roupas que lembra muito a cultura que eles tem. (Pedro, 46 anos, condutor local).

Neste momento da entrevista, percebeu-se que Pedro tem consciência que esses alunos ao optarem por usar o que ele chama de “cabelos cheios”, para referir-se ao cabelo afro, estão valorizando sua cultura e evidenciando suas identidades.

Sobre o produto que o condutor local oferece aos visitantes, seu itinerário, foi questionado se o mesmo tinha um nome específico e a partir de sua resposta, percebeu-se que ele trabalha por monumentos, logo, o mesmo salienta que:

Os monumentos, esse itinerário, ele, cada uma vai abordar o seu tema específico. Só que é muito difícil você por exemplo, entrar num teatro e só falar de arte. Você vai falar de arquitetura, dentro das apresentações se são também religiosas, folclóricas. Então todo monumento vai ter um tema específico só que a gente vai fugir também desse tema pra que o trabalho melhore. (Pedro, 46 anos, condutor local).

A partir da resposta de Pedro, foi questionado se durante os trinta anos, que atua como condutor local, tinha trabalhado algum itinerário diferente. Ele respondeu que sim, que criou uns roteiros como o que foi acompanhado para pesquisa, mas, esse roteiro ele faz mais com grupos menores e com uma condição financeira maior. Sobre os critérios que o mesmo utiliza para escolhas dos monumentos que irão compor seus itinerários, ele respondeu que o itinerário precisa ter pausas, para não ficar cansativo. Pedro também menciona que “quando eu falo no centro da cidade que nós tivemos um forte holandês, lá na frente no roteiro eu tenho que mostrar uma praça aonde toda revolução entre português e holandês acabo, e a avenida que foi palco de toda essa revolução portuguesa e holandesa” (Pedro, 46 anos, condutor local).

Outra pergunta feita durante a entrevista, foi em que lugar ele obteve as informações que estão presentes nos itinerários. A resposta de Pedro foi muito interessante e trouxe

informações de como os condutores locais (em parceria com a prefeitura) obtiveram informações e foram treinados há trinta anos atrás. Ele explicou que tinha uma secretária que passava uma apostila para os interessados em atuar, então, após estudarem eles faziam uma prova e os aprovados começavam a conhecer os monumentos. Pedro explicou que a prefeitura mandava os condutores passarem um mês em cada monumento de Penedo, após passar em todos, estavam prontos para receberem grupos, no entanto, ele explica que foi além do treinamento e das informações disponibilizadas pela prefeitura.

Eu busquei falar com as pessoas mais antigas do primeiro bairro de Penedo, do bairro do Senhor do Bonfim, o segundo bairro dos escravos, eu procurei obter informações das pessoas que faziam parte do comércio de Penedo da década de 50, como era o comércio, como era a economia. Eu procurei andar no meio de grupos folclóricos de Folgedos, pra saber como surgiu, como e quando e o que eles estão fazendo pra preservar isso. Então eu tive que conversar com padres, com pastores, com bispos, freiras, frades, vendedor de coco verde, vendedor de amendoim, pescador, caçador. Então são informações tidas até dentro de...cartórios. Até cartórios eu entrei. Por exemplo, hoje eu tenho informações mais específicas de restaurações do patrimônio histórico porque eu procurei quando via um monumento histórico de Penedo sendo restaurado, eu estava lá pegando informações com arquiteto, com restaurador, com o pintor, com o escultor. Então são um monte de informações obtidas com as pessoas que estavam trabalhando naquilo (Pedro, 46 anos, condutor local).

Essa fala de Pedro, mostra que ele foi além da história que os livros ofereciam, das memórias oficiais, ao ir atrás das memórias de moradores antigos de Penedo ele abrange seu conteúdo sobre a cidade e seus moradores e inclui informações que dificilmente seriam encontradas em livros sobre a história oficial de Penedo.

Quando questionado se já havia aplicado um itinerário sobre a memória afro em Penedo, Pedro respondeu que não, mas explicou que idealizou um projeto onde o bairro Nosso Senhor do Bonfim (Oiteiro) seria ponto central da visita, explicando que *“ainda persiste em alguns folgedos lá, mas não só na área do folgedo, mas também na culinária, a feijoada lá que é um prato típico dos escravos, tem mulheres lá que fazem boas feijoadas, bons pratos típicos dessa área dos escravos.”* (Pedro, 46 anos, condutor local). Com a fala do condutor, foi possível perceber que o mesmo, durante a resposta, não cita negros e sim escravos, com também não cita mulheres negras, apenas mulheres.

Sobre o papel do negro na cidade de Penedo, Pedro respondeu que acha muito importante, mas enfatizou que era suspeito para falar por descender de índios que também

foram escravizados, destacando também que em sua família houve uma miscigenação com escravos e, portanto, ele também se considerava descendentes dos mesmos. Complementou sua resposta ressaltando:

E quem construiu esses monumentos históricos que temos hoje? Parte de nossa cultura é agradecida a quem? Aos escravos. Nós temos hoje parte da nossa cultura a capoeira. É uma dança belíssima dos escravos, a feijoada como eu já disse e muitas outras coisas nós devemos isso aos escravos (Pedro, 46 anos, condutor local).

Nessa parte da fala de Pedro, foi possível perceber que o mesmo não fala negros, apenas escravos, como se serem escravos fosse uma condição natural dos negros e não uma imposição da sociedade na época da escravidão, e a cultura afro aparece reduzida em sua fala como “cultura dos escravos”.

Quando questionado sobre o papel das mulheres negras em Penedo, Pedro foi contraditório em sua resposta, pois, ao mesmo tempo que assumiu que é um tema de grande relevância e contribuição cultural, em sua fala ele também cita a criação da família com uma dessas contribuições, ressaltando que “*a responsabilidade de educar, de criar é muito grande e isso foi tudo jogado pra cima das mulheres*”, a resposta fugiu um pouco do que foi questionado, e o condutor, com essa fala, limita a contribuição das mulheres apenas às responsabilidades do lar, sem contar que o mesmo não cita que as mulheres negras também sofreram durante a época da escravidão em Penedo e ajudaram na construção da cidade. Porém, ele critica a falta de representação de conquistas das mulheres, destacando que “*infelizmente a gente não costuma ver assim, em um livro voltado pra dizer que a mulher foi a criadora do grupo, do folclore e tal*”. Também citou a mulher negra como pioneira no casamento inter-racial, conquistando o direito de se casar com uma pessoa de outra raça.

Pedro mostrou-se interessado, quando questionado se faria cursos de atualização para incluir novos personagens em seus itinerários, afirmando que isso seria bom para seu aprendizado e para melhorar o produto que ele oferece sobre a cidade.

Sobre o itinerário padrão que ele costuma seguir, a ordem dos monumentos, ele respondeu que normalmente começa a visita pelo mirante da Roqueira, por ali ter se iniciado a cidade, de lá ele explicou que costuma falar sobre o primeiro bairro de Penedo (que dá pra ser visto da Roqueira), após a explicação ele segue com o grupo para Praça Barão de Penedo, onde

embaixo da mesma está situado o Forte Maurício de Nassau, onde já explica sobre a invasão holandesa na cidade. Pedro explica a lógica por trás da sua ordem de apresentação.

Então quando se parte do princípio da descoberta de Penedo que já era habitada por índios e invadida por holandeses, aí o turista, ele vai ter um complemento de os outros monumentos, eles saber entender o porquê eu falei primeiro nos portugueses, depois no índios e depois nos holandeses. Porque aí, a partir de igrejas, vai mostrar que nossa religião é católica porque nossa cidade foi descoberta por portugueses. Algumas ruas, as dificuldades das construções de ruas, porque foi trazido os escravos pra essa mão de obra pesada. (Pedro, 46 anos, condutor local).

O condutor explica que o itinerário, após a saída da praça, segue para o Teatro 7 de Setembro, e encerra no porto da balsa. Ressalta-se, que o itinerário acompanhado em campo fez um trajeto diferente, principalmente porque o grupo solicitou conhecer as casas da parte alta do centro histórico. Devido a exigência do grupo, questionou-se ao condutor se a visita a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Negros foi uma especificidade deste itinerário, ou ele costuma levar grupos para lá. Pedro neste momento, defendeu com veemência a importância de visitar a igreja, apesar de não citar a mesma quando questionado quais os monumentos que compõem seu itinerário padrão, em suas palavras:

Então se eu falo que a cidade, vieram para a cidade escravos, esses escravos fizeram parte da construção, da mão de obra pesada de Penedo, eu tenho que mostrar pelo menos um monumento que foi feito para eles. É uma forma dos turistas ver também que existia gente preocupada com os escravos. Os abolicionistas tiveram aqui preocupados com a questão dos escravos também terem o seu valor. (Pedro, 46 anos, condutor local).

Com a fala de Pedro, foi possível perceber que para o mesmo, visitar a igreja era um modo de mostrar aos turistas que existiam pessoas preocupadas com os escravos, ou seja, priorizando valorizar os abolicionistas ao invés dos negros e esquecendo de enfatizar que a construção do monumento se deu pelo fato dos negros serem proibidos de entrarem nas outras igrejas, por serem negros, perdendo também a oportunidade de problematizar, as divisões que existia nas igrejas em Penedo baseadas pela cor da pele.

Foi questionado a Pedro, se ele costumava levar grupos na Casa do Patrimônio de Penedo, ele respondeu que dependia do grupo. Priorizava levar grupos específicos que viessem à cidade para saber mais da arquitetura, preservação tanto arquitetônica quanto histórica de Penedo. Crianças, por exemplo, ele não costuma levar.

Por fim, questionado se teria algo mais a acrescentar, Pedro mostrou-se feliz com a realização da pesquisa, pensando que a mesma virá a somar com seu trabalho e com a cidade. Posto isto, a seguir o quadro das unidades de registro do Itinerário tradicional.

Itinerário tradicional		
Contexto analisado Unidades de registro	Frequência em que aparece na observação etnográfica	Frequência em que aparece em entrevista
Violência	0	0
Sufrimento	0	0
Negros	1	2
Negras	0	0
Resistência	1	0
Lutas	0	0
África	0	0
Miscigenação	0	1
Democracia racial	0	0
Cultura	2	9
Mulher	0	8
Esquecimento	0	0
Comunidade remanescente quilombola	0	0
Oiteiro	2	3
Tabuleiro dos Negros	0	0
Escravos	4	16
Escravas	1	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0
A abolição da escravatura	3	0
Quilombo	1	0
Escravizados	0	0
Escravizadas	0	0

Com base nas unidades de registros contabilizadas na observação etnográfica e na entrevista, percebeu-se que o condutor evidencia algumas unidades importantes para a memória

afro em Penedo, como o bairro Oiteiro, que é remanescente de quilombo. No entanto, cabe ressaltar que não houve muita menção de outras unidades importantes, como negros e negras.

3.2 Itinerário empresarial

O itinerário aqui analisado foi intitulado itinerário empresarial, devido ao fato que o condutor local abriu uma empresa de turismo receptivo em Penedo, e atua de maneira mais empresarial. Em campo, foi possível observar que Luiz (nome fictício), trabalha de forma padronizada, com fardamento e com redes sociais exclusivas da empresa.

Com relação ao grupo, destaca-se que o mesmo era composto por alunos, professores e coordenadores de uma escola pública da cidade de Maravilha/AL, ao todo eram 28 pessoas com uma faixa etária entre 14 a 40 anos.

Luiz, assim como os outros condutores, foi muito receptivo ao ser solicitado para a pesquisa. Porém, é importante salientar que o mesmo, além de contribuir para a Dissertação com o itinerário e a entrevista, ainda ajudou com a pesquisa bibliográfica, disponibilizando o livro *Templos, Ordens e Confrarias* de Ernani Meró, para que pudesse ser usado como mais uma referência sobre a história de Penedo.

Posto isto, vale ressaltar que, o condutor que aplicou o itinerário, que foi analisado neste tópico, foi treinado por Pedro o condutor do itinerário tradicional, fato que foi mencionado pelos dois. Salienta-se também, que neste tópico, após a observação etnográfica, foi feita a análise da entrevista realizada com o condutor local.

3.2.1 – Observação etnográfica

- Barco

O grupo que participou da aplicação do itinerário empresarial solicitou ao condutor local Luiz (nome fictício), que a visita à Penedo fosse feita após a ida para Santana do São Francisco, cidade que é situada em Sergipe, do outro lado do rio São Francisco. Sendo assim, na volta para Penedo, Luiz já começou sua apresentação sobre a cidade de dentro da embarcação. Vale destacar, que devido ao grupo pedir para conhecer primeiro a outra cidade, o itinerário que Luiz costuma apresentar sofreu alterações, desde a ordem em que os monumentos são apresentados à alguns pontos, que devido ao tempo, tiveram que ser excluídos⁹.

⁹ Durante a entrevista Luiz mostra a lista de monumentos que normalmente fazem parte do Itinerário, sendo assim, a mesma foi incluída na análise da entrevista.

O condutor se apresentou, e fez uma pequena introdução sobre a origem da cidade, mostrando a Roqueira e falando brevemente do crescimento de Penedo, sua elevação à Vila entre outras informações sobre a origem da cidade.

De acordo com Méro (1974), Penedo foi elevada à categoria de Vila dia 12 de abril de 1636, recebeu o nome de “VILLA DO PENEDO DO RIO SÃO FRANCISCO” e o título “mui nobre e leal”. O autor explica que esse registro de memória foi escrito por Duarte de Albuquerque, quarto donatário da capitania, Conde de Pernambuco e Marques de Bastos. Sobre este fato, Méro faz o seguinte comentário, “podemos concluir que Penedo, logo de início, foi um centro polarizador de material humano de primeira qualidade, bem como de toda uma cultura que embora, europeizada, serviu de suporte para a nossa cultura nacional. ” (MÉRO, 1974, p.26). A partir desta citação, é possível perceber que o autor valoriza como material humano de primeira qualidade o homem europeu, a cultura europeia.

Luiz mencionou que a formação de Penedo foi constituída por franceses, holandeses e portugueses, porém, o mesmo não citou os negros e os índios só foram citados bem depois dos outros. Entretanto, para Méro (1974), a etnia primária penedense é constituída de franceses, portugueses, índios e negros. Logo, com relação à formação étnica penedense observou-se que, com base neste itinerário, o discurso do livro foi mais inclusivo. Como já ressaltado, a introdução sobre a cidade foi breve, e o condutor passou a falar sobre o rio São Francisco, falando informações gerais e as questões ambientais.

Luiz citou também alguns contos, um deles foi o negro d'água, porém, o condutor não explicou o conto. Um dos professores que acompanhou o grupo de alunos perguntou sobre o significado das carrancas, Luiz explicou e após a explicação deixou os alunos à vontade para fotografar.

- Igreja Nossa Senhora das Correntes

Após desembarcar em Penedo, o grupo fez uma pausa para o almoço, sendo assim, após almoçaram, Luiz os conduziu ao primeiro ponto em Penedo, a Igreja Nossa Senhora das Correntes.

Dentro do monumento o condutor local pediu para que os alunos não tirassem foto com flash, depois começou a apresentar a igreja. Luiz mostrou ter conhecimento arquitetônico e histórico sobre o monumento.

Na igreja percebi que o condutor local focou na história da família Lemos, como uma família abolicionista, observei também que mesmo quando foi mostrar o espaço na parede, que existe na igreja, onde os escravos fugidos se escondiam, não houve nenhuma menção ao sofrimento dos negros e negras por ficarem presos durante dias, o foco da narrativa foi sempre em torno do poder da família como abolicionista (Diário de campo, p.05, 2018).

Luiz, enquanto falava da Família Lemos como abolicionistas, citou rapidamente Zumbi dos Palmares e o Quilombo de Palmares, entretanto, não mencionou que em Penedo existe duas comunidades que são remanescentes de quilombos. Outro ponto observado durante a visita à igreja, foi com relação as perguntas de professores e alunos do grupo, que foram exclusivamente voltadas para as obras de artes e arquitetura da igreja. Percebeu-se que o condutor local se prendeu muito ao visual do monumento, optando por não explorar contos sobre a igreja e o simbolismo da mesma para os negros.

Figura 15 - Grupo dos alunos na Igreja Nossa Senhora da Corrente, na Igreja Nossa Senhora das Correntes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

- Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho

A visita começou pelo andar superior, o grupo foi conduzido pelo informante turístico do Museu. Sobre o acervo do Museu, observou-se que o mesmo é composto por peças da época

Colonial e Imperial, louças, espadas, quadros de D. Pedro II, da Imperatriz Thereza Cristina e de outros membros da família real. Como já mencionado, o Museu possui seus próprios informantes, sendo assim, foi André que conduziu a visita no primeiro andar. Ele explicou ao grupo que foi no Paço Imperial, que o Imperador Dom Pedro II ficou hospedado durante sua visita à Penedo, informação que coincide com a disseminada no trabalho de Méro (1974), que ressalta que o Paço é um “sobrado construído nos fins do século XVIII, onde residia a família dos Lemos. Nele foi hospedado o Augusto Imperador Dom Pedro II, em 14 de outubro de 1859” (MÉRO, 1974, p.59).

André falou sobre a família Lemos, do ex prefeito Raimundo Marinho, tempo do Império em Penedo, economia local, o rio, navio, imagens sacras e a religiosidade na cidade, porém, sobre este último tema ele só mencionou o catolicismo, as religiões de matriz africana não foram incluídas na narrativa, apesar de que em Penedo existem grupos de umbanda e do candomblé. Nas bibliografias sobre Penedo, que foram levantadas para a pesquisa, o foco também é apenas no catolicismo, outras religiões não são citadas. Com relação ao grupo, não houve perguntas sobre o que foi apresentado.

Uma das peças do acervo que chamou atenção da pesquisadora deste trabalho, foi um jornal penedense de 14 de maio de 1888. Neste jornal, como já mencionado no itinerário tradicional, é noticiado a aprovação da Lei áurea. Ao explicar sobre o jornal, André falou brevemente da escravidão, enfatizando a importância da lei que livrou o ser humano do sofrimento, “*percebi que mesmo com essa pequena crítica à escravidão, o condutor local não citou que foram os negros que mais sofreram com a mesma.*” (Diário de campo, 2018).

A breve crítica à escravidão, acabou conduzindo André a falar novamente dos Lemos. Com a fala do condutor, foi possível perceber uma coerência com a narrativa de Luiz sobre a família Lemos, pois ambos enalteceram a família, como os heróis que salvaram os negros. Curiosamente, esta fala de André para o grupo não condiz com o que o mesmo apresentou para o outro grupo, do itinerário tradicional. No grupo do itinerário tradicional, André questionou se os Lemos seriam mesmo abolicionistas, porém, no itinerário empresarial ele reafirma o discurso dos condutores locais, que coloca os Lemos como uma família abolicionista. Tais divergências entre as narrativas, evidenciam a dinamicidade presente em itinerários, pois, os mesmos fazem parte de uma narrativa construída em processo, o que permite que novas informações e memórias sejam incorporadas aos mesmos. Essa dinamicidade presente em uma educação não formal, através do turismo, diferencia-se da educação formal da escola, a qual mostra-se mais fechada, com relação ao conhecimento que será transmitido.

Vale salientar, que André menciona que existiram dois quilombos em Penedo, entretanto, não fala sobre as comunidades que ainda residem no local. A partir dessa fala, uma professora do grupo falou sobre os negros que fugiam de Penedo, e segundo a mesma, alguns iam parar no município de Maravilha, cidade de onde o grupo veio. Com a fala da professora, um dos alunos se manifestou, e entre risos comentou “*vixi, andaram pouco*”, outros alunos juntaram-se à ele em risos contidos. O informante, finalizou seu discurso acentuando a presença de holandeses na cidade, e mostrando as fotos da família imperial.

No térreo do edifício, onde estar localizado o Memorial em homenagem ao ex-prefeito Raimundo Marinho, neste ponto, a informante Luana (nome fictício), foi a responsável por conduzir o grupo. Luana falou sobre a vida pessoal, profissional, política e sobre o acidente que culminou na morte de Raimundo Marinho e sua esposa. Após a explicação, a informante deixou o grupo à vontade para fotografar e ficou disponível para responder qualquer questão sobre a exposição.

Figuras 16 e 17 - Acervo do Memorial Raimundo Marinho, no Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Assim como no itinerário anterior, as unidades de registro serão contabilizadas separadamente do restante do itinerário, devido ao fato do Museu possuir seus próprios informantes. Logo, segue abaixo as unidades contabilizadas:

Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho		
Contexto analisado / Unidades de registro	Frequência em que aparece nos textos expositivos	Frequência em que aparece nos discursos dos informantes
Violência	0	0
Sufrimento	0	1
Negros	0	0
Negras	0	0
Resistência	0	0
Lutas	0	0
África	0	0
Miscigenação	0	0
Democracia racial	0	0
Cultura	0	0
Mulher	0	0
Esquecimento	0	0
Comunidade remanescente quilombola	0	0
Oiteiro	0	0
Tabuleiro dos Negros	0	0
Escravos	0	0
Escravas	0	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0
A abolição da escravatura	0	1
Quilombos	0	2
Escravizados	0	0
Escravizadas	0	0

A partir do resultado do quadro acima, pode-se considerar que a narrativa do informante turístico do museu não destaca muito a cultura afro penedense. Outro ponto observado, com base nas unidades de registros contabilizadas, é que, comparando com o itinerário tradicional, algumas unidades foram contempladas durante o itinerário empresarial, como por exemplo a dos quilombos.

- Casa da Aposentadoria

Após a visita ao museu, Luiz conduziu o grupo até o auditório que fica dentro da Casa da Aposentadoria. Ele explicou sobre a origem da Casa, falou alguns contos de Penedo, mencionou a Praça Barão de Penedo, que fica em frente ao monumento, a antiga cadeia que funcionava na parte térrea do monumento e também sobre o Oratório dos Condenados.

De acordo com o Guia de Penedo, organizado pelo SEBRAE¹⁰, a Casa da Aposentadoria é um:

Edifício de notável porte, construído em 1782 por determinação do Ouvidor José de Mendonça Mattos Moreira, tinha por função servir de aposento aos ouvidores, uma vez que, na época, não existia hotéis.com o correr dos tempos, foi bastante descaracterizado interna e externamente para se adaptar a funções diversas (SEBRAE/AL, 2004, p.14).

Em nenhum momento houve menção aos negros. Luiz citou e explicou algumas expressões populares, como “pé rapado” e “sem eira nem beira” e após a explicação, conduziu o grupo para o próximo atrativo.

- Teatro 7 de Setembro

Nesse ponto, Luiz encontrou outro grupo que estava sendo conduzido por uma colega, guia de Maceió, os grupos acabaram juntando-se e o grupo conduzido por Luiz assistiu à apresentação da guia Júlia (nome fictício). A guia falou sobre a estrutura e importância do teatro, citou que no teatro os negros ficavam na parte superior, de costas, abanando seus senhores que iam assistir aos espetáculos. Não houve comentários ou perguntas após a apresentação de Júlia. Tornou-se muito interessante e rico para análise do itinerário a participação desta outra guia, pois, mostrou como um itinerário turístico é um produto cultural vivo, dinâmico, feito por pessoas, e que se diferencia de outros produtos culturais, como livros ou filmes.

Luiz encerrou o itinerário contando uma estória sobre um morador penedense, e depois abriu espaço para quem quisesse subir no palco e se apresentar. Uma das professoras e a coordenadora da escola subiram no palco e agradeceram à Luiz e assim encerrou-se o itinerário.

¹⁰ Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas.

3.2.2 – Entrevista

A entrevista com Luiz foi realizada logo após a finalização do itinerário. Luiz informou que tem 27 anos, possui o ensino médio completo, o curso de guia está em andamento, é natural de Penedo, reside na cidade desde que nasceu e trabalha há quase três anos com turismo em Penedo.

Questionado sobre as dificuldades de trabalhar com o turismo em Penedo, Luiz respondeu que para ele é a falta de parceria, isso com relação aos empresários locais e os próprios condutores, segundo o mesmo é o que mais pesa e dificulta no desenvolvimento do turismo. Com relação a frequência que recebe os grupos, o condutor ressaltou que semanalmente ele vem recebendo grupos. Sobre a faixa etária, Luiz destaca que “*o pedagógico é o mais forte*”, com isso percebe-se que o mesmo está se referindo à crianças e adolescente, logo, compreende-se como os alunos do fundamental e o médio com um faixa etária de seis à 17 anos, ele também informou que o turista, que é o que pernoita na cidade, vem com maior frequência no carnaval e no fim do ano. Tendo em vista, que o público do condutor local é composto principalmente por estudantes, é importante citar a Lei 10.639/03 que incluiu na rede de ensino a história e cultura afro-brasileira como obrigatória, logo, percebe-se que um itinerário turístico que trabalhe com a memória afro, pode ser uma opção pedagógica para as escolas.

Com relação ao gênero dos visitantes e turistas que vêm à Penedo, o condutor informou que a maioria são mulheres, sobre a cor/etnia que prevalecia nos grupos ele salientou que “*é mais... Rapaz, a cultura do nosso Nordeste aqui é o que mais pesa.* ”, Luiz explicou que se referia aos pardos.

Questionado se existe um tema específico no (s) itinerário (s) que o condutor vende para os grupos, Luiz explicou que depende do que o professor solicita, ele destaca que:

Por exemplo, no grupo de amanhã o professor pediu para que eu foque na questão da história do Brasil e no período republicano, então é, o interessante de se trabalhar o turismo aqui é que você pode modificar as direções do assunto, não fica voltado somente para história de Penedo, você fala a história do Brasil, da invasão holandesa, francesa, enfim, você mescla, é bem bacana (Luiz, 27 anos, Condutor Local).

Portanto, percebeu-se que o itinerário que Luiz apresenta é voltado para história de Penedo, porém, pode focar em determinados temas a pedido do professor. O condutor explicou,

que esse itinerário ele trabalha há quase três anos, inovou há quase um ano e meio, trazendo aspectos da história do Brasil, porque percebeu que os professores que vinham com os grupos queriam algo mais. Sendo assim, ele ressaltou que começa os itinerários fazendo uma breve introdução sobre a história do Brasil e depois conecta com a história de Penedo. Com base na resposta de Luiz, é possível perceber a dinamicidade presente em um itinerário, onde dependendo do objetivo da visita do grupo, pode ser acrescentado na narrativa do mesmo, diferentes discursos sobre a história de Penedo e do Brasil.

Luiz salienta, que os patrimônios escolhidos para levar os grupos, depende de cada grupo, questionado então sobre os critérios que ele usa para isso, ele explica que:

É quase que o mesmo segmento, é... do assunto que você vai falar no grupo, se você pegar um grupo de jovens entre 13 e 15 anos, você pode abordar temas mais dinâmicos, como todos os museus, é locais que tenham histórias, é... assim... que tenham muitas imagens fotos autoexplicativas, porque aí o jovem tem a cabeça mais fresca, ele acaba prestando um pouco mais de atenção, porque tudo pra ele é novidade, e aí se você pegar um grupo entre 17 e 20 anos, já é um público que está focado mais no lazer, no rio e mais sobre o turismo de lazer, essas coisas, aí você mescla muito, “varea” de um grupo pro outro, é como se fosse água do rio, nunca é o mesmo grupo, o mesmo segmento, os grupos que vêm não são todos iguais, você tem que mesclar (Luiz, 27 anos, condutor local).

O condutor destaca, que quando o grupo vem sem interesse em um tema específico na visita, ele costuma fechar um pacote, onde o mesmo aborda dois temas a história de Penedo e a questão fluvial, através do Rio São Francisco. Ele justifica dizendo que “a história de Penedo, você só vai encontrar em Penedo, aí por isso que meu foco é Penedo, mas eu incremento com a história do Brasil” (Luiz, 27 anos, condutor local).

Luiz mostrou a lista de monumentos que geralmente ele contempla em um itinerário, de acordo com a lista, os 13 monumentos escolhidos são: Praça Barão de Penedo, Casa da Aposentadoria, Oratório dos Condenados, Mirante da Rocheira, Igreja Catedral Nossa Senhora do Rosário, Igreja/Convento Nossa Senhora dos Anjos, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Museu/Fundação Casa do Penedo, Casa do Patrimônio, Teatro 7 de Setembro, Igreja São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, Igreja Nossa Senhora das Correntes e Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho.

A respeito de onde foram obtidas as informações para construir o itinerário, Luiz destacou que a maior fonte foi a biblioteca da Casa do Penedo, ressaltando a riqueza de informações que a Casa tem, e que a mesma é a maior fonte de pesquisas que os guias têm da

história de Penedo. Entretanto, ele pontua que possui outras fontes, como a Casa do Patrimônio, o Museu do Paço Imperial e os moradores antigos da cidade.

Questionado se já tinha apresentado algum itinerário voltado para memória afro, Luiz respondeu que não. Com relação a, se algum grupo já tinha solicitado um itinerário que incluísse memória afro, o condutor pontuou que:

Não, até hoje não. Eles procuram mais sobre a escravidão, que o Oiteiro tinha um Quilombo lá, não sei de você sabe, mas tem lá uma bica onde a água de Penedo era tirada de lá, que é entre a vila e a pista do Oiteiro, e a água da cidade as pessoas utilizavam dali, inclusive tem gravuras de escravos com aqueles baldes na cabeça levando água para o Quilombo, que ali era um Quilombo no Oiteiro e a única parte que a gente ainda agrega informações sobre, e a questão afro também, dos escravos e dos negros é na parte do Oiteiro, mas que tá uma dominação cultural imensa ali, não tá a característica de bairro quilombola, você chega ali tá um bairro normal, não tem mais quilombo ali (Luiz, 27 anos, condutor local).

Diante do exposto, fica evidente que Luiz só remete a história afro de Penedo ao Oiteiro, pois, o mesmo não menciona a comunidade do Tabuleiro dos Negros, nem os terreiros de Umbanda e Candomblé que existem na cidade. Foi perguntado a Luiz se algum grupo já tinha solicitado que ele falasse sobre a escravidão em Penedo ou algum tema nesse sentido, ele explicou que mais sobre os castigos que eram aplicados na região, mas não veio ainda grupos querendo que falasse desse tema em específico. Luiz ressalva também, que as curiosidades que eles perguntam sobre a escravidão, não são especificamente sobre Penedo.

Quando questionado a respeito do papel dos negros na história de Penedo, Luiz ressalta que, *“a gente fala muito sobre etnias, franceses, holandeses, portugueses, mas esquece que quem levantou isso aqui tudinho foi o negro, então o negro ele é... infelizmente ele está embaixo do tapete por que não contam “paviamente” a história, mas o negro foi quem construiu essa cidade.”* (Luiz, 27 anos, condutor local). Entretanto, apesar do reconhecimento de Luiz com relação a contribuição dos negros, no itinerário ele não cita os negros como parte da etnia penedense.

Sobre o papel das mulheres em Penedo, o condutor informou que as mulheres naquela época não eram vistas como atualmente, empoderadas. Ele foca na mulher branca, dizendo que antigamente a mulher era mais para o rico mostrar que tinha uma esposa bonita para a sociedade, mas, a mesma não era ligada aos negócios e assume que não possui conhecimento sobre contribuições que as mulheres tiveram na cidade de Penedo, ressaltando que tem-se a informação dos homens, como o Barão de Penedo. Luiz não mencionou as mulheres negras, que também como os homens negros, foram escravizadas e forçadas a trabalhar. Logo, foi

questionado ao mesmo sobre o papel das mulheres negras em Penedo, Luiz respondeu que também não tinha informações sobre isso.

É importante ressaltar, que quando perguntado se teria interesse em participar de cursos de atualização para os itinerários, Luiz mostrou-se muito animado com a ideia, e salientou que Penedo possui diversas religiões e citou alguns exemplos de santos, entre eles dois santos negros, *“Santo Antônio do Categeró era venerado aqui, Santa Efigênia era venerada aqui... embora que esses dois últimos eram santos africanos, negros, que foram trazidos por escravos para cá, mas que aos longos dos anos foi se perdendo a tradição.”* (Luiz, 27 anos, condutor local).

Por fim, foi questionado se Luiz teria algo mais a acrescentar, e o mesmo pontuou que:

Eu só acrescentaria que, a importância que tem essas pesquisas porque, tipo até amadurece ideias que a gente tem, por exemplo, você perguntou sobre a questão da escravidão, é... afro... e se um turista chega aqui e me faz uma pergunta dessa eu fico voando, poxa ninguém nunca me perguntou, mas e se perguntar? Então é importante esse tipo de trabalho que você tá fazendo... essa pesquisa, porque até abre horizontes, você acaba, é... tirando o “argueiro” do olho e enxergando mais longe, então é importante por isso. Agradeço a oportunidade de ajudar no trabalho, e estou a disposição pra qualquer esclarecimento, qualquer dúvida que eu saiba responder, tô aqui pra responder (Luiz, 27 anos, condutor local).

Diante do exposto, percebeu-se que Luiz já visualizou um benefício que participar da pesquisa pode proporcionar ao seu trabalho e também mostrou-se muito prestativo e agradecido por fazer parte da mesma.

Para finalizar a análise do itinerário empresarial, foram contabilizadas as unidades de registros mencionadas durante a observação etnográfica e a entrevista. Sendo assim, segue a seguir o quadro com as mesmas.

Itinerário empresarial		
Contexto analisado Unidades de registro	Frequência em que aparece na observação etnográfica	Frequência em que aparece em entrevista
Violência	0	1
Sufrimento	0	0
Negros	1	2
Negras	0	0
Resistência	0	0
Lutas	0	0
África	0	0
Miscigenação	0	0
Democracia racial	0	0
Cultura	0	1
Mulher	0	7
Esquecimento	0	0
Comunidade remanescente quilombola	0	0
Oiteiro	0	4
Tabuleiro dos Negros	0	0
Escravos	2	3
Escravas	0	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0
A abolição da escravatura	0	0
Quilombo	1	5
Escravizados	0	0
Escravizadas	0	0

Diante do exposto, pode-se considerar que no itinerário empresarial não há muita representatividade da memória afro de Penedo. Neste itinerário turístico, os silenciamentos, a partir das unidades contabilizadas, ficam mais evidentes, pois, palavras como negros e escravos são mencionadas poucas vezes, já negras e escravas nenhuma.

3.3 Itinerário associativo

Na análise deste itinerário, faz-se necessário pontuar algumas questões importantes que diferenciam este itinerário dos demais. Neste sentido, cabe ressaltar primeiramente, que a aplicação do itinerário não é feita apenas por um condutor e sim por três, onde cada um usa diferentes figurinos em suas apresentações. Devido ao itinerário que é trabalhado de forma coletiva, intitulou-se o mesmo de Itinerário associativo.

Outro ponto a ser destacado é que o itinerário possui um tema, que são os personagens que vivem às margens do esquecimento na história de Penedo, o Rio São Francisco e os negros, logo, o itinerário é intitulado *Às Margens do Esquecimento*¹¹. Vale ressaltar também, que os condutores atuam através de uma associação, que surgiu como resultado de um projeto do Laboratório de Turismo Pedagógico da UFAL, coordenado pela Professora Dr.ª Silvana Pirillo Ramos. Sendo assim, a Associação de Condutores Locais de Penedo (nome fictício) foi criada por bacharelas em turismo (entre elas a autora desta pesquisa, que está afastada desde o início do Mestrado) e por condutores que já atuavam na região. Vale mencionar, que a mesma possui um estatuto, mas, encontra-se em processo de regulamentação.

Sobre o grupo, cabe ressaltar que não era composto por alunos, e sim funcionários do Serviço Social do Comércio (Sesc), que são envolvidos com o programa de turismo social em Alagoas. Sendo assim, o grupo era composto por 15 pessoas, com uma faixa etária entre 25 a 50 anos. Com relação ao contato com a associação para participação na pesquisa, ressalta-se que foi bem tranquilo, e assim como os outros condutores, os membros da associação foram muito solícitos.

Por fim, é importante salientar que assim como nos outros itinerários a análise se divide em observação etnográfica e as entrevistas, destacando que o quadro, com as contagens das unidades de registro estará após a análise da entrevista, e os quadros sobre os pontos que possuem seus próprios informantes após a análise de cada um.

3.3.1 – Observação etnográfica

- Lateral da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

¹¹ Como já mencionado, a inspiração para o título do trabalho veio deste itinerário, pois, a autora desta pesquisa foi uma das responsáveis pela construção do mesmo.

O itinerário teve início na lateral da Igreja Nossa Senhora do Rosário do Pretos, onde os condutores locais fizeram uma introdução sobre o mesmo, informando sobre a criação da associação, as contribuições da UFAL e da professora idealizadora do projeto, Silvana Pirillo.

Após a introdução, a condutora Carla (nome fictício) aparece fantasiada, com um vestido longo e uma tiara e recita um poema onde a mesma representa Penedo, enquanto ela recita, um segundo condutor Eduardo (nome fictício) com um violão, faz um som de fundo. No poema ela fala sobre as “lágrimas, dor, suor e sangue” que foram necessários para a construção de Penedo, o poema fala do sofrimento causado aos negros na construção da cidade. Com relação ao grupo, foi possível perceber uma receptividade positiva com o poema, aplaudindo bastante após a apresentação.

Carla finalizou o poema e entrou na igreja, enquanto o terceiro condutor, Tiago (nome fictício) juntamente com Eduardo no violão, assume a apresentação interpretando uma música sobre o sofrimento do Rio São Francisco. Na sequência, Carla entra novamente, já vestindo outro vestido, e recita um poema de Túlio dos Anjos, interpretando o Rio São Francisco, o poema foca em um apelo ambiental pela proteção do Rio.

Figuras 18 e 19 - Condutores durante as apresentações, na Lateral da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Finalizando a apresentação de Carla, Eduardo assume, interagindo com o grupo, contando histórias e canta a música Hagua de Seu Jorge. O condutor, após a música, comenta que a proposta do itinerário é contar a história dos vencidos e não dos vencedores. Após as apresentações, os condutores levam o grupo para a próxima parada.

Figura 20 - Grupo de visitantes, na Lateral da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

- A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Já na frente da igreja, Eduardo pede ao grupo para que observem a construção da mesma. Ele interage com o grupo, e menciona três versões que explicariam o porquê de a igreja possuir apenas uma torre, em uma ele atribui o fato ao benfeitor da igreja ter falecido antes do seu término, outra seria para diferenciar as classes sociais, sendo que a dos negros era considerada inferior, e a terceira é que é comum as igrejas em honrarias a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos possuir apenas uma torre. Em seguida, ele conduz o grupo para o interior da igreja. Com relação às diferentes versões, sobre o porquê de a igreja possuir apenas uma torre, Méro (1991) salienta em sua obra apenas a que fala que o benfeitor faleceu e assim a torre ficou inacabada, curiosamente o benfeitor Cel. João Otacílio de Azevedo e Silva é avô do autor.

Ao entrar na igreja, Tiago assumiu o controle do grupo. O condutor focou primeiramente nos aspectos visuais presentes no interior do templo. Tiago falou também sobre a Santa Efigênia, a única Santa negra presente na igreja, destacou um pouco a história de vida da mesma, ressaltando que a Santa foi uma princesa, responsável por difundir o cristianismo no nordeste da África, enfatizando que o mesmo é um dos continentes mais antigo do mundo. Sobre a Santa Efigênia, Méro (1974) comenta que onde a igreja foi construída, havia uma capela em honra a mesma e que os negros sofriam muito por serem devotos desta Santa.

O condutor também mencionou o único santo negro do templo, Santo Antônio do Categeró, destacou que o mesmo era um escravo que virou santo. Tiago chamou atenção do grupo para o fato do templo ter sido construído para os negros frequentarem.

Após a apresentação de Tiago, o grupo foi conduzido ao lado direito da igreja onde Eduardo estava à espera. Lá ele mostrou um aparelho antigo de gás acetileno, que era o responsável por produzir a luz no templo, depois liberou o grupo para que pudessem circular pela igreja.

Figura 21 - Grupo de visitantes e condutor local, em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

- Museu/Fundação Casa do Penedo

O Museu foi incluído no itinerário a pedido do grupo, porém, normalmente ele não faz parte do itinerário da associação. É importante ressaltar, que o Museu possui informante, logo, a análise será com base no discurso do mesmo. Outra questão que é relevante destacar, é que o Museu faz parte da Fundação Casa do Penedo, idealizada e fundada por Francisco Alberto Sales, que também possui uma biblioteca particular com diversas obras raras sobre a história de Penedo.

Chegando a Casa do Penedo o informante Marcelo (nome fictício), conduziu o grupo para uma sala inspirada em uma sala cinema, lá ele fez uma introdução sobre a história de Penedo. Falou sobre Dom Pedro I e II, Maurício de Nassau, a invasão holandesa em Penedo, Barão de Penedo, entre outros fatos e personagens presentes na história da cidade. “Me incomodou o fato de que em nenhum momento ele citou os negros e as negras. Pelo contrário, o informante ressalta em sua fala que irá falar da história dos “vencedores” e realmente é isso que pude observar ao visitar o Museu.” (Diário de campo, 2018).

Figuras 22 e 23 - Apresentação do informante aos visitantes. Placa sobre o Barão de Penedo, no Museu/Fundação Casa do Penedo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Ao visitar o Museu, percebe-se que o mesmo é dividido em algumas salas, e o seu acervo é composto de diferentes peças, que são ligadas a história de Penedo, e perpassam por temas como: República, comércio, jornalismo, artesanato, religiosidade, saberes e fazeres, cinema, profissões, filhos ilustres, militares, artistas, produção de arroz, de açúcar, os índios, os negros e negras. Marcelo ao encerrar sua apresentação, deixa os visitantes à vontade para circularem nas salas.

Figuras 24 e 25 - Visitantes conhecendo o acervo do Museu, no Museu/Fundação Casa do Penedo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

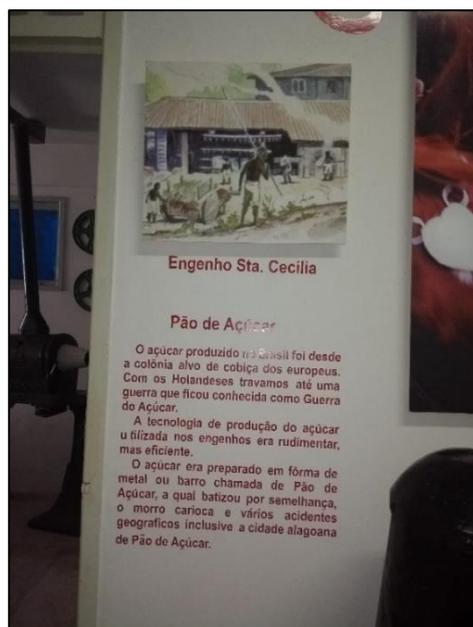


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Durante a visita, devido ao pouco tempo e o grande número de peças em exibição, não foi possível observar todo o acervo com calma, porém, uma peça em especial chamou a atenção da pesquisadora.

Figura 26 - Peça do acervo da Casa do Penedo, no Museu/Fundação Casa do Penedo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Tentei observar os objetos com calma, buscando com o olhar as peças ligadas a história dos negros e das negras em Penedo, quando finalmente encontrei a primeira peça, uma pintura de um engenho onde mostrava negros trabalhando, li o pequeno texto que estava exposto abaixo da imagem, e me surpreendi negativamente, por perceber que não havia nenhuma menção aos negros, ou crítica ao trabalho escravo que beneficiou a produção açucareira naquela época (Diário de campo, 2018).

Na pesquisa de campo, como já mencionado devido ao tempo e ao grande acervo, não foi possível observar todas as peças com atenção, logo, foi necessário voltar ao Museu para fotografar e analisar com calma o que está sendo exposto. Sendo assim, ressalta-se que foi possível observar outros objetos ligada à memória afro, com por exemplo as peças fotografadas¹² a seguir:

¹² Peças fotografadas no dia 31/10/2018, durante a visita da pesquisadora sem o grupo.

Figuras 27 e 28 - Peças do acervo da Casa do Penedo, no Museu/Fundação Casa do Penedo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Na figura 27, percebe-se a presença de duas mulheres negras trabalhando e uma criança sentada. Em nenhuma das duas visitas, com o grupo e sem o grupo, o informante do Museu mencionou a imagem ou criticou o trabalho escravo o qual as mulheres negras eram submetidas. Na figura 28, a placa explica rapidamente que Zumbi, último Rei do quilombo de Palmares, não tinha seu rosto registrado, então, com o objetivo de fortalecer a consciência negra, foi criado, com base no rosto do Rei de Benim do século XII, uma representação de Zumbi.

É necessário salientar, que no dia da visita com o grupo, não estava disponível para visitação todas as salas do Museu, pois, parte do acervo já tinha sido transferido para o novo Museu da Fundação, o Museu do Rio São Francisco. O informante não soube responder se a Casa do Penedo, continuará a funcionar quando o novo Museu inaugurar, nem o que será feito das peças do acervo que não condizem com a temática do Museu do São Francisco.

A sala que não estava disponível para visitação no dia, era a sala que mais possuía objetos e imagens interligadas à memória afro, felizmente a autora deste trabalho visitou o Museu no ano anterior e conseguiu fotografar a sala. Entretanto, no dia da visita o informante

estava doente, logo, a visita não foi guiada. Sendo assim, uma funcionária do Museu acompanhou a visita, porém, não tinha treinamento para apresentar o acervo.

Figuras 29 e 30 - Nomes e estátuas de divindades de religiões de matrizes africanas, no Museu/Fundação Casa do Penedo¹³.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Autora: Laise Maria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

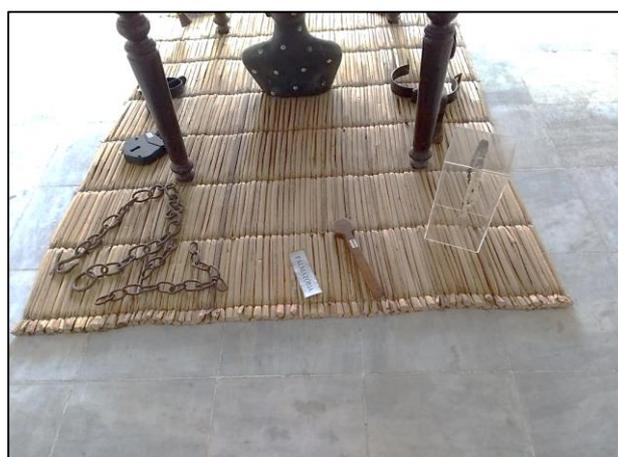
Autora: Laise Maria

Figuras 31 e 32 - Objetos usados durante o período escravocrata e Objetos utilizados em religiões de matrizes africanas, no Museu/Fundação Casa do Penedo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Autora: Laise Maria

¹³ Fotografias tiradas no dia 17/11/2017.

Com base nas figuras 29 e 30, percebe-se que no Museu existiam objetos que não ligavam os negros apenas à escravidão, apesar desses objetos estarem presentes, mas também sobre a cultura religiosa africana, muitas vezes esquecidas nas exposições sobre a memória afro.

As unidades de registros da Casa do Penedo, assim como a do Museu/Memorial, foram contabilizadas separadamente das do itinerário associativo, devido à Casa possuir informante e ter textos em exposição.

Museu/Fundação Casa do Penedo		
Contexto analisado	Frequência em que aparece nos textos expositivos	Frequência em que aparece nos discursos do informante
Unidades de registro		
Violência	0	0
Sufrimento	0	0
Negros	0	0
Negras	1	0
Resistência	0	0
Lutas	0	0
África	0	0
Miscigenação	0	0
Democracia racial	0	0
Cultura	0	0
Mulher	0	0
Esquecimento	0	0
Comunidade remanescente quilombola	0	0
Oiteiro	0	0
Tabuleiro dos Negros	0	0
Escravos	0	0
Escravas	0	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0
A abolição da escravatura	0	0
Quilombo	1	0
Escravizados	0	0
Escravizadas	0	0

No Museu/Fundação Casa do Penedo, os silenciamentos são mais expressivos. No discurso do informante da Casa, não foi mencionada nenhuma das unidades de registro, e nos

textos expositivos apenas duas. Os dados se tornam mais expressivos devido ao grande acervo que existe no Museu, e pelo fato de existirem peças ligadas à memória afro e o informante ignorá-las durante seu discurso, que é focado em uma narrativa hegemônica que busca reafirmar a influência da elite penedense na história da cidade.

- Praça Frei Camilo de Lellis

Ao sair da Casa do Penedo, os condutores locais conduziram o grupo para uma praça em frente ao Convento e Igreja Franciscana da Nossa Senhora dos Anjos, pois, o mesmo encontrava-se fechado.

Carla começou falando da construção do monumento, e recita um poema que chama atenção para o sofrimento que os negros passaram, ao construir o Convento/Igreja. Em sua fala, Carla convida os visitantes a “vestir a pele do negro”, a imaginar o quanto é ruim ser julgado e sentir preconceito apenas por ser negro. *“Neste momento, lembro que me arrepiei ao ouvir Carla falar “vista a minha pele negra”, olhando aquele monumento maravilhoso, e imaginando quantos negros e negras sofreram e até morreram para ergue-lo.”* (Diário de campo, 2018). Vale ressaltar, que a condutora não citou as negras, que sofreram tanto quanto os negros. Há uma forte sensibilização para a crítica à escravidão, mas não há uma perspectiva interseccional de raça e gênero.

Figura 33 - Condutores e grupos na Praça, na Praça Frei Camilo de Lellis.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Quando acabou o poema, os visitantes aplaudiram e Carla falou um pouco mais da construção do Convento/Igreja. Após a fala de Carla, Eduardo contou para o grupo algumas lendas do Convento/Igreja. Como por exemplo, a da existência de um túnel do Convento/Igreja até as margens do Rio São Francisco, ele encerra sua fala mostrando umas fotos do interior do monumento. Para encerrar a apresentação, Tiago fala algumas histórias sobre a construção do mesmo.

- Praça Barão de Penedo

Da Praça Barão de Penedo, é possível visualizar a Igreja Catedral Diocesana Nossa Senhora do Rosário, próximo monumento apresentado pelos condutores. O templo estava fechado, por isso Carla fez sua apresentação da praça mesmo. Ela começou recitando um poema, que critica a construção da Igreja.

Tiago dá sequência a apresentação, enfatizando que a Igreja era voltada para a elite, que o negro, por nascer negro, não tinha o direito de frequentar. O condutor enfatizou também o sofrimento do escravo, e criticou o modo como a elite penedense, na época, tratou os negros. Por fim, Carla falou sobre a arquitetura da Igreja, e mais uma vez enfatizou a escravidão como sendo uma das consequências de se nascer negro. Terminada a apresentação sobre a catedral, o grupo foi guiado até o outro lado da praça onde o condutor Eduardo estava aguardando.

De outro ponto da praça, o condutor Eduardo explicou a história do Oratório dos condenados. Falou rapidamente sobre a Casa da Aposentadoria, onde existia uma cadeia pública. Em sua apresentação Eduardo menciona que “o maior crime da época era nascer negro”, sendo assim, o guia chamou atenção para o sofrimento e agonia que os prisioneiros passavam durante a noite, esperando a execução no dia seguinte. Tiago completa a apresentação, também chamando atenção para o sofrimento dos prisioneiros. Após Tiago terminar sua fala sobre o oratório, o grupo é conduzido para a Rocheira.

Figuras 34 e 35 - Conductor Eduardo e o grupo na Praça, na Praça Barão de Penedo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

- Rocheira

Neste ponto, Carla aparece mais uma vez com um novo figurino e faz uma apresentação conjunta, com Eduardo e Tiago, o primeiro acompanhando no violão e o segundo fazendo sons com instrumentos e apitos. Com o Rio São Francisco como cenário, o poema de Carla encantou ao grupo e até as pessoas que passavam pela Rocheira que pararam para apreciar, assim como os clientes do restaurante ao lado, que aplaudiram e assistiram atentamente a apresentação.

Figura 36 - Condutores da associação durante a apresentação, na Rocheira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Após o poema de Carla, Tiago cantou e interpretou algumas canções sobre o rio. Nas canções foi feito um apelo ambiental pedindo a proteção do mesmo. Eduardo finaliza a apresentação com outras músicas sobre o rio e reforça o discurso sobre a proteção que o rio precisa.

Figuras 37 e 38 - Conductor e grupo durante a apresentação, na Rocheira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

- Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho

Como a visita ao Museu fez parte dos três itinerários analisados, foi possível observar que a narrativa do informante André (nome fictício) não mudou muito. Porém, na parte superior, onde estão localizadas as peças da época colonial e imperial, André comentou com mais detalhes que Penedo era um ponto de entrada e saída de escravos. Ele mencionou que a cidade, durante dois anos, contribuiu para o tráfico clandestino de escravos, mesmo depois do decreto da lei Eusébio de Queiroz. Segundo o informante, essa entrada e saída de escravos clandestinamente, contribuiu para o tráfico interprovincial na época.

Há de se destacar o fato do informante ter mencionado informações relacionadas à participação de Penedo no comércio clandestino de escravos, entretanto, o mesmo não fez uma crítica a esse fato, limitando-se apenas a citar tal ocorrido. Salienta-se também, que com este grupo o informante não comentou a possibilidade da família Lemos não ser abolicionista, entretanto, tão pouco a citou como uma família abolicionista. É importante mencionar que o Museu/Memorial, quando o grupo visitou, já estava no horário próximo ao seu fechamento, logo, o discurso do informante foi mais sucinto.

Na parte inferior, André informou que o memorial era dedicado ao ex prefeito Raimundo Marinho, deu mais algumas informações e liberou o grupo para fotografar. A seguir o quadro com a contagens das unidades de registros mencionadas no Museu/Memorial, na parte exposta e no discurso do informante.

Museu do Paço Imperial e Memorial Raimundo Marinho		
Contexto analisado Unidades de registro	Frequência em que aparece nos textos expositivos	Frequência em que aparece nos discursos dos informantes
Violência	0	0
Sufrimento	0	0
Negros	0	0
Negras	0	0
Resistência	0	0
Lutas	0	0
África	0	0
Miscigenação	0	0
Democracia racial	0	0
Cultura	0	0
Mulher	0	0
Esquecimento	0	0
Comunidade remanescente quilombola	0	0
Oiteiro	0	0
Tabuleiro dos Negros	0	0
Escravos	0	4
Escravas	0	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0
A abolição da escravatura	0	1

É importante ressaltar, como já mencionado anteriormente, que o discurso do informante do Museu/Memorial foi mais sucinto durante o itinerário associativo. Tal fato, refletiu nas unidades contabilidades, sendo, portanto, apenas duas mencionadas no discurso do mesmo.

- Igreja Nossa Senhora das Correntes

O último ponto do itinerário foi a Igreja Nossa Senhora das Correntes, lá Carla falou sobre o nome da igreja, sobre André de Lemos, segundo ela abolicionista e dono da igreja, e também sobre o espaço na parede onde os escravos se escondiam. Sobre o esconderijo, Carla ressalta que os negros eram mal alimentados, por isso, cabiam mais de um no espaço na parede, em sua apresentação ela ressalta que, *“ainda julgar alguém pela cor da pele, com preconceito, é inadmissível”*. E finaliza destacando que o itinerário Às Margens do Esquecimento, busca ampliar a visão de mundo. Na fala de Carla, pode-se observar que a mesma ressalta o sofrimento que os negros passavam, escondidos, para conseguirem sua carta de alforria falsificada, porém, o discurso da mesma foca sempre no negro, sem incluir as negras que também sofriam e fugiam em busca de sua liberdade.

Dando sequência a apresentação, Carla convida o grupo a adentrar um pouco mais a igreja e em seguida inicia-se uma apresentação conjunta de Eduardo e Tiago. A apresentação começa com Tiago (escondido) gritando, *“pega o escravo”*, *“o escravo fugiu”*. Após Tiago parar de gritar, entra Eduardo, abaixado e vestido com uma roupa branca, simbolizando um escravo fugindo, ele se esconde entre os turistas e logo após Tiago também entra em cena, vestindo um terno, representando o senhor Lemos.

Figuras 39 e 40 - Apresentação Eduardo e Tiago, na Igreja Nossa Senhora das Correntes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Autora: Laise Maria

Tiago cantou um trecho da música “Não Foi Tua Culpa” do Padre Fábio de Melo, e em sequência faz uma crítica a elite, pelo sofrimento dos negros, entrega um papel à Eduardo, representando uma carta de alforria e mais uma vez reforça a crítica à escravidão. Eduardo assume a apresentação, canta uma música com a seguinte letra “*negro com seu corpo ferido, negro se arrasta no chão, pedindo a liberdade ao feitor com o chicote na mão, pedindo uma dignidade, mas o feitor não houve o negro não, feitor não leve o negro não, não leve pra escravidão.*”. Após a música, Eduardo interpreta uma adaptação da música de capoeira, Guerreiro do Quilombo, que destaca o seguinte:

Fomos trazidos pro Brasil, minha família aqui separou, minha mãe foi vendida para a fazenda de um senhor, meu irmão não tem orelha porque o feitor arrancou, meu pai morreu no tronco do chicote do feitor. Dor, só existia a dor, mas, do quilombo, pro quilombo eu fugi, com muita luta e muita garra, me tornei guerreiro de Zumbi, ao passar do tempo, pra senzala retornei, soltei todos os escravos e as senzalas eu queimei... Feitor não leve o negro não, Não leve pra escravidão.

Eduardo ressalta também o preconceito que ainda existe no Brasil, e termina sua interpretação dos relatos de um negro fugido. Para finalizar, Carla destaca a vida do negro e do rio e recita o seguinte poema:

Caminhar pelas ruas de Penedo é um convite para voltar no tempo, eu voltei no tempo, conversei com um ancião negro que disse assim... Pedra e cal. Penedo, se as suas pedras falassem diriam o quanto eu sofri, para colocar uma a uma no lugar, e seus belos casarões construir.
Penedo, se as suas pedras falassem diriam o quanto me orgulhou, ver todo esse patrimônio e saber, fui eu que criou. As minhas mãos negras e cansadas de tanto trabalhar, fizeram uma cidade linda, para aqueles, somente para aqueles que sabem enxergar. Deixei minha marca Penedo, construí bem mais que pedra e cal, construí a beleza, a riqueza de um tempo, que ainda que queiram, jamais ficará às margens do esquecimento. (Pedra e Cal, Carla, 26 anos, condutora local).

Durante a apresentação do poema, foi possível perceber o público bastante atento, e em especial uma visitante que encheu os olhos de lágrimas. As duas apresentações em si são bem emocionantes, uma ressaltando o sofrimento dos negros e a resistência contra a escravidão e a outra as contribuições dos mesmos para a história da cidade. Entretanto, em ambas as apresentações a figura que predomina é a do homem negro, seja na música que o ressalta como guerreiro, ou no poema que o destaca como sendo um ancião. Deste modo, as mulheres negras

permanecem esquecidas nessas narrativas. Para encerrar, Eduardo canta a música anúncio de Alceu Valença, os condutores se despedem, e finaliza-se assim o itinerário Às Margens do Esquecimento.

3.3.2 – Entrevista

Após finalizar o itinerário, foi realizada a entrevista com Carla, pois, além de condutora local ela é membra da diretoria da associação. Carla tem 26 anos, é bacharela em turismo, no entanto, o curso de Guia em Turismo ainda está em andamento. Ela informou que é natural de Penedo, porém, atualmente mora em Piaçabuçu/AL (cidade vizinha), e trabalha em Penedo há três anos.

Questionada sobre as dificuldades em se trabalhar com o turismo em Penedo, a condutora menciona que apesar dos grandes e ricos atrativos que Penedo tem, a cidade ainda não tem a atividade turística realmente desenvolvida. Segundo ela, os monumentos, como igrejas, costumam ficar abertas apenas em horários que a própria igreja estipula. Ela cita outros problemas como:

Monumentos que estão fechados, pessoas que são difíceis de negociações, com tarifário, horários que não auxiliam para prática da atividade turística, pessoas despreparadas, bom, de modo geral o turismo em Penedo é muito amador e ainda está em processo de desenvolvimento, temos várias pousadas, restaurantes com uma estrutura familiar, que não abre a visão para marketing, para estratégias de fidelização, então isso tudo faz com que fique um campo muito difícil, restrito de se trabalhar. (Carla, condutora local, 26 anos).

Sobre a frequência que a associação atua recebendo grupos, Carla informou que geralmente são uns cinco grupos por mês. A faixa etária desses grupos, de acordo com a mesma, é diversa, chegando a trabalhar com crianças de seis anos e idosos com 90 anos. Ela informou que nesses grupos a maioria são compostos por mulheres. A cada 40 visitantes apenas uns dez são do gênero masculino, com relação a cor da pele, ela pontuou que é bem diversificada.

A pergunta seguinte foi sobre o itinerário vendido pela associação, se o mesmo possui um tema específico e se sim qual era o tema. Carla ressaltou que o itinerário que é vendido chamasse “Às Margens do Esquecimento”, e a sua temática é voltada para o Rio São Francisco e a importância negra, que para ela são personagens esquecidos na história do Brasil. Segundo

Carla, esse itinerário é trabalhado há três anos e ela comentou algumas mudanças que o mesmo sofreu com o tempo.

Olha, o objetivo é o mesmo, trabalhar a história do negro e a história do Rio São Francisco, porém, a gente vem agregando valor, à medida que vamos testando, fazendo avaliações, conhecendo novos grupos, e aí vamos incrementando, como trabalhamos temas, com música, poesias e dramatizações, a gente vai fazendo essas análises, pra ver o que continua e o que deve ser retirado (Carla, 26 anos, condutora local).

A condutora destaca que os critérios utilizados, para escolha dos monumentos que compõem o itinerário, foram a ligação dos mesmos com a história dos negros e com o Rio São Francisco, esse critério é justificado por Carla, ela explica que como a associação trabalha com temas são escolhidos os patrimônios que estejam relacionados com os mesmos.

Com relação as fontes sobre a história de Penedo, que foram utilizadas no treinamento do itinerário, Carla destaca que:

A associação em especial nasceu através do laboratório de turismo pedagógico da UFAL, universidade Federal de Alagoas, então nesse laboratório foram feitas diversas oficinas, encontros palestras, indicativos de livros, pesquisas de modo geral, que fez com que a gente tivesse uma bagagem muito boa pra falar da cidade de Penedo, porém, nós não ficamos apenas nesses escritos, nessas possibilidades, os informantes da associação eles estão constantemente se capacitando, revendo fatos históricos, procurando vídeos, filmes, documentários, algo que nos faça apresentar a cidade de Penedo de forma mais completa, mais clara, acessível e atual (Carla, 26 anos, condutora local).

Entrando nas questões sobre a memória afro, foi perguntado inicialmente o que a condutora achava do papel do negro na história de Penedo. Segundo ela, de maneira geral, olhando para história do Brasil, ele foi muito importante. A condutora destaca ainda, que os negros serem tratados como, ou até pior, que animais é inadmissível, como também a sociedade fechar os olhos para o preconceito que ainda é existente. Especificamente sobre Penedo, a mesma salienta a falta de reconhecimento do sofrimento dos negros para construir os monumentos presentes na cidade, reforçando que os patrimônios são mais conhecidos como propriedade que pertenciam aos senhores, da elite penedense, entretanto, os mesmos nunca carregaram uma pedra para erguê-los. Por fim ela menciona que o objetivo da associação não é contar a história dos vencedores, mas sim a dos vencidos. Na fala de Carla, ela não especifica

as mulheres negras como parte desse sofrimento, como também não fica claro em sua resposta que as negras também fazem parte do grupo dos vencidos.

A questão seguinte foi voltada para os grupos que a associação recebe. Foi perguntado a Carla se ela já havia notado durante as apresentações reações dos visitantes, se era comum se emocionarem e etc. A condutora local respondeu que sim, que frequentemente era possível notar pessoas emocionadas e que após o itinerário vinham agradecer pelos condutores terem mostrando as coisas por outra óptica. Ela ressalta que *“a gente faz como uma viagem no tempo, e tenta cada vez mais mexer com o imaginário das pessoas, para emocionar mesmo, porque através da emoção a gente acredita que pode mudar o pensamento, fazer visualizar de uma forma diferente e é justamente esse o nosso objetivo.”* (Carla, condutora local, 26 anos).

Sobre o papel das mulheres negras em Penedo, Carla destacou que:

As mulheres assim como os negros, como os homens, desempenharam papéis gigantescos. Foram também usadas, foram desrespeitadas, infelizmente maltratadas e como hoje ainda a mulher na sociedade, ainda precisa ter um lugar mais adequado, ainda precisa ser respeitada, ela ainda está à margem, ainda está sendo colocada com aquele rótulo de incapaz, de inferior. Então a escravidão, ela foi abolida, mas o imaginário masculino, ou até mesmo das famílias que são muito segregadas, são muito tradicionais, ainda não foram abolidas. Então é uma grande contribuição que todos nós à margem do esquecimento pretendemos dar pra sociedade, não só no sentido das mulheres negras, mas dos homens, das crianças religiosas, tudo isso pra poder facilitar a compreensão e a valorização dos escravos, dos negros, homens, mulheres, crianças, enfim, todos eles (Carla, condutora local, 26 anos).

Com base na fala da condutora, percebe-se que a mesma compreende que as mulheres negras também sofreram com a escravidão e que sofrem até os dias atuais. Com relação se a condutora teria interesse em cursos de atualização, a mesma respondeu positivamente e ainda reforçou que *“o objetivo mesmo é que a gente consiga agregar valor e fazer com que a gente passe a história de uma forma verídica, interessante, e que as pessoas praticamente consigam compreender através de músicas, poesias sem ser uma leitura de um livro.”* (Carla, condutora local, 26 anos).

Para finalizar a entrevista, foi questionado se a mesma queria acrescentar mais alguma coisa à entrevista. Ela finalizou dizendo que Penedo tem muito a melhorar, mas reconhece as grandes iniciativas já existentes e destacou os profissionais qualificados que já estão atuando em Penedo e já estão fazendo um grande diferencial.

Por fim, para finalizar a análise do itinerário associativo, foi feita a contagem de quantas vezes foram mencionadas as unidades de registro na observação etnográfica e na entrevista com a condutora local. Sendo assim, a seguir o quadro com as mesmas.

Itinerário associativo		
Contexto analisado Unidades de registro	Frequência em que aparece na observação etnográfica	Frequência em que aparece em entrevista
Violência	0	0
Sufrimento	5	0
Negros	14	2
Negras	3	1
Resistência	1	0
Lutas	2	0
África	1	0
Miscigenação	0	0
Democracia racial	0	0
Cultura	1	2
Mulher	0	5
Esquecimento	1	3
Comunidade remanescente quilombola	0	0
Oiteiro	0	0
Tabuleiro dos Negros	0	0
Escravos	5	1
Escravas	0	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0
A abolição da escravatura	0	0
Quilombo	2	0
Escravizados	0	0
Escravizadas	0	0

Os dados sobre o itinerário associativo foram muito significativos com relação a memória dos negros em Penedo, no entanto, com relação as negras, percebeu-se silenciamentos. Tais silenciamentos, refletiram na contabilização das unidades de registros e observou-se que o número de vezes que a palavra negro foi mencionada é muito superior à palavra negra, e o

mesmo ocorreu com relação as palavras escravos e escravas, onde a última não é mencionada nem no itinerário nem na entrevista. Logo, assim como foi constatado na observação etnográfica, o itinerário associativo evidencia a memória afro, porém, não trabalha a categoria raça interseccionada com a de gênero.

3.4 – Síntese da Análise

Neste subcapítulo, foi feita uma análise em conjunto sobre os três itinerários acompanhados na pesquisa de campo. Com essa análise, buscou-se ressaltar principalmente, as diferenças, semelhanças e o que são recorrentes em cada uma das narrativas.

Nos três itinerários, foi observado que eram recorrentes as descrições arquitetônicas e artísticas dos monumentos, assim como a história sobre a construção dos mesmos. Com base nesta observação, pode-se ressaltar que esse era um dos pontos semelhantes presentes nos três itinerários, como também, o discurso sobre a família Lemos como abolicionista. Outra semelhança que pode-se destacar, é com relação aos cuidados ao entrar nos pontos de visitação, avisos de não tirar foto com flash, andar com cuidado em alguns locais, por serem patrimônios construídos há mais dois séculos e respeitar a população que estava rezando no momento da visita (no caso em igrejas), eram alguns avisos dados pelos condutores locais.

Os três itinerários turísticos apresentaram pontos inovadores, em suas apresentações sobre as narrativas de Penedo. O itinerário tradicional e o empresarial trouxeram a interpretação de histórias, fazendo uso do lúdico para encantar o público. Entretanto, os mesmos só fizeram uso desse artifício em um ponto do itinerário, o teatro, pois, o mesmo foi o ponto encontrado por ambos para fazer a apresentação. Vale salientar, que ambos¹⁴ apresentaram a mesma história no teatro e abriram espaço para os grupos. O itinerário tradicional apresentou, além do que foi mencionado, outra inovação, que foi buscar conhecimento sobre Penedo nos moradores antigos, mencionando bairros e comunidades que estão fora do centro histórico.

Dito isto, ressalta-se que os condutores da associação apresentaram mais pontos inovadores que os outros condutores. Começando primeiramente, pelo trabalho em equipe, onde são três condutores a conduzir os grupos. Cabe destacar também, o figurino, que além de diferenciado, não se limita a apenas um, há trocas de figurinos durante todo o itinerário. A proposta do itinerário, de se trabalhar a história dos vencidos também é inovadora e busca ir

¹⁴ Antes do acompanhamento do itinerário empresarial, o condutor local Luiz, mencionou que foi treinado pelo condutor Pedro, que apresenta o itinerário tradicional, e o mesmo confirmou essa informação em uma conversa antes da apresentação do itinerário.

contra o discurso hegemônico. E por fim, o uso do lúdico, não apenas em interpretações de histórias, mas, também, em poemas e canções.

A partir dos pontos já mencionados, é possível observar as diferenças existentes entre os três itinerários acompanhados, desde o modo de se vestir até que temática cada narrativa segue. O itinerário tradicional, trouxe como temática a história de Penedo e apesar de focar em aspectos mais tradicionais da história da cidade, o que geralmente é encontrado nos livros, ele trouxe também algumas peculiaridades que enriqueceram mais a experiência e expandiu o itinerário para além do centro histórico.

O itinerário empresarial, talvez devido ao fato que o condutor Luiz fez seu treinamento com o condutor Pedro, possui muitas semelhanças com o tradicional, entretanto, infelizmente, não apresenta tantas peculiaridades como o itinerário tradicional. Contudo, não pode-se negar que Luiz apresenta-se mais padronizado e organizado enquanto empresa. Sobre o itinerário associativo, percebeu-se que o mesmo traz sua temática bem definida e seus personagens bem estabelecidos, os negros e o Rio São Francisco, e usam suas apresentações como estratégia para prender a atenção e encantar os visitantes.

Com relação ao que foi observado na pesquisa de campo e a problemática desta pesquisa, foi possível perceber que a memória afro emerge de diferentes maneiras nas narrativas de Penedo.

No itinerário tradicional são citados, como já mencionado na análise individual, alguns elementos interessantes sobre a cultura afro em Penedo, como a menção do bairro remanescente de quilombo, os negros que esculpam em cantaria, os restos mortais da ama de leite negra da família Lemos, entre outros exemplos. Todavia, o condutor durante a apresentação traz alguns estereótipos sobre os negros e só menciona um fato sobre a mulher negra em Penedo, que foi o a história da ama de leite que era escrava.

No itinerário empresarial, foi possível perceber um silenciamento maior sobre a memória afro, o que refletiu nas unidades de registros contabilizadas. É bem verdade que o itinerário empresarial sofreu alterações, devido ao horário, e isso impossibilitou a visita em alguns dos monumentos que originalmente fazem parte do itinerário. Entre os monumentos que não foram visitados, está a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, um dos maiores símbolos da memória afro na cidade. À vista disto, não é possível analisar se e como a memória afro seria abordada pelo condutor no monumento.

Já no itinerário associativo, tendo a memória afro em Penedo como um dos seus enfoques, mostrou um resultado mais expressivo, no entanto, ainda ficou evidente alguns silenciamentos. O itinerário às margens do esquecimento mostra claramente que os negros ajudaram na construção de Penedo, que eles sofreram e ainda sofrem discriminação devido à cor da pele, mostrou também, mesmo que apenas em um dos momentos, que o negro resistia, que fugia, se rebelava, virava guerreiro e lutava contra a escravidão. Como mencionado pelos próprios condutores, a proposta do itinerário é contar a história dos vencidos, dos que ficam Às Margens do Esquecimento, porém, no itinerário, a história das mulheres negras em Penedo, permanece às margens. É importante salientar também, outros aspectos que permanecem no esquecimento durante o itinerário. Como por exemplo as religiões de matrizes africanas, tão importantes e significativas para cultura afro, e as comunidades existentes em Penedo que são remanescentes de quilombos.

No quadro a seguir, é possível compreender melhor essas diferenças entre os três itinerários turísticos, a partir da contabilização das unidades de registro.

Quadro comparativo – observação etnográfica			
Contexto analisado	Itinerário tradicional	Itinerário empresarial	Itinerário associativo
Unidades de registro			
Violência	0	0	0
Sufrimento	0	0	5
Negros	1	1	14
Negras	0	0	3
Resistência	1	0	1
Lutas	0	0	2
África	0	0	1
Miscigenação	0	0	0
Democracia racial	0	0	0
Cultura	2	0	1
Mulher	0	0	0
Esquecimento	0	0	1
Comunidade remanescente quilombola	0	0	0
Oiteiro	2	0	0
Tabuleiro dos Negros	0	0	0
Escravos	4	2	5

Escravas	1	0	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0	0
A abolição da escravatura	3	0	0
Quilombo	1	0	2
Escravizados	0	0	0
Escravizadas	0	0	0

Com relação às entrevistas, pôde-se perceber que os três entrevistados compreendem a importância dos negros e suas contribuições para a construção de Penedo. No entanto, apesar de demonstrarem compreender também a importância e contribuições das mulheres negras, notou-se que os mesmos ou não sabiam bem como exemplificar essas contribuições ou na resposta acabavam fugindo do assunto. Outro ponto que vale destacar é sobre as unidades de registro, onde o termo escravo foi mencionado por Pedro (itinerário tradicional) 16 vezes, com isso foi possível notar que o mesmo ao falar sobre os negros usava mais a palavra escravo. Deste modo, vale ressaltar que a palavra escravizado também foi escolhida como unidade de registro, no entanto, não foi mencionada em nenhum dos três itinerários. Destaca-se que o termo escravizado é mais atual com o movimento negro, e desnaturaliza a ideia do escravo como algo substancial, compreendendo que as pessoas não nasceram escravas, foram escravizadas.

Logo, as diferenças nas unidades de registros mencionadas durante as três entrevistas, podem ser observadas no quadro a seguir.

Quadro comparativo – entrevistas			
Contexto analisado	Itinerário tradicional	Itinerário empresarial	Itinerário associativo
Unidades de registro			
Violência	0	1	0
Sufrimento	0	0	0
Negros	2	2	2
Negras	0	0	1
Resistência	0	0	0
Lutas	0	0	0
África	0	0	0
Miscigenação	1	0	0

Democracia racial	0	0	0
Cultura	9	1	2
Mulher	8	7	5
Esquecimento	0	0	3
Comunidade remanescente quilombola	0	0	0
Oiteiro	3	4	0
Tabuleiro dos Negros	0	0	0
Escravos	16	3	1
Escravas	0	0	0
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	0	0	0
A memória afro em Penedo/AL	0	0	0
A abolição da escravatura	0	0	0
Quilombo	0	5	0
Escravizados	0	0	0
Escravizadas	0	0	0

Por fim, nas três entrevistas notou-se um interesse unânime em atualizar os conhecimentos sobre Penedo e introduzir novos personagens da história da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se analisar os discursos sobre a memória afro-brasileira nos itinerários turísticos apresentados em Penedo/AL. Sendo assim, para que fosse possível alcançar esse objetivo, criou-se uma proposta multi-métodos intitulada Análise de Itinerários Turísticos e a partir desta proposta foram analisados três itinerários turísticos da cidade de Penedo/AL.

É importante salientar, que para o desenvolvimento desta pesquisa, fez-se necessário tentar compreender a relação entre memória, patrimônio cultural e turismo, para assim buscar entender como as mesmas funcionam na sociedade contemporânea. Posto isto, destaca-se que com o debate sobre essas temáticas, a partir das reflexões de Chagas (1997), Pollak (1989) e Ricouer (2003), compreendeu-se que a memória é seletiva, logo, a mesma é interligada as relações de poder.

Sobre memória e patrimônio cultural, com base no trabalho de Guimarães (2012), entendeu-se que é através do patrimônio cultural que é criado um vínculo entre as gerações do passado com a do presente, desta maneira, é através do mesmo que a memória é disseminada. Assim sendo, as memórias existentes nos patrimônios culturais, podem ser transmitidas através do turismo, mais especificamente pelo roteiros e itinerários turísticos.

Com relação ao turismo, baseando-se nas reflexões de Gomes (2015), entendeu-se que o mesmo age como um agente seletor de memórias, selecionando o que vai ser evidenciado e o que será silenciado. Vale ressaltar, que a atividade turística pode impactar positivamente ou negativamente um destino. Krippendorf (2009) aponta que os impactos negativos da atividade turística, são gerados principalmente pelo chamado “turismo de massa”, que de acordo com o mesmo, pode causar impactos ecológicos e sociais, principalmente com os moradores locais. Neste contexto, destaca-se que o turismo pode fortalecer a ideia da cultura como mercadoria, evidenciando principalmente os discursos hegemônicos nos patrimônios culturais. Com relação aos impactos positivos, salienta-se que através de planejamento e das políticas públicas, a atividade turística pode gerar empregos, renda, evidenciar memórias de grupos marginalizados e também educar através do patrimônio cultural.

Logo, sendo o turismo um agente seletor de memória, compreendeu-se que através dele algumas memórias podem sofrer, o que Bourdieu (1989) chamou de violência simbólica. Ou seja, se no turismo, através de itinerários turísticos e roteiros, for evidenciado apenas a memória

da elite, o discurso hegemônico, as memórias esquecidas, no caso desta pesquisa a memória afro, estará sofrendo uma violência simbólica.

Como debatido nesta pesquisa, não é apenas através do esquecimento que a memória afro pode sofrer uma violência simbólica. Naturalizar discursos racistas sobre a cultura afro de forma estereotipada também se configuram como violência simbólica. Neste contexto, salienta-se que várias pesquisas sobre patrimônio cultural afro foram incluídas neste trabalho com o intuito de compreender como a cultura afro estava sendo disseminada através do patrimônio cultural. Por conseguinte, a partir da reflexão dessas pesquisas, percebeu-se que em alguns Museus que tinham como tema principal a memória afro, eram disseminados discursos estereotipados e racistas onde naturalizava-se a escravidão.

Portanto, fez-se necessário, a discussão sobre a escravidão, racismo e o Mito da Democracia Racial, que contribuíram para o entendimento sobre as marcas que a escravidão deixou na sociedade e sobre como, mesmo após o fim da mesma, a população afro descendente continua sofrendo com a discriminação e o preconceito que foram fortalecidos por ideias como a do Mito da Democracia Racial.

Cabe mencionar que em itinerários turísticos, mesmo quando são contempladas em suas narrativas a memória afro, alguns silenciamentos podem existir. Como por exemplo, a invisibilidade da categoria gênero na narrativa, que leva a exclusão das contribuições das mulheres negras na construção da memória afro. Sendo assim, foi discutido neste trabalho o conceito de interseccionalidade entre as categorias raça e gênero, visando compreender se e como os discursos sobre a presença da mulher negra eram disseminados.

Neste sentido, destaca-se que toda discussão supracitada foi desenvolvida no capítulo I, no capítulo dois o debate foi sobre a proposta multi-métodos Análise de Itinerário Turísticos. Para a construção desta proposta, destaca-se que fez-se necessária a combinação de diferentes métodos, foram eles: Análise do Discurso, Análise de Conteúdo e a Etnografia. A Análise do Discurso contribuiu para perspectiva subjetiva da pesquisa, a partir da óptica Foucaultiana. Já a Análise de Conteúdo, foi importante para a parte operacional da pesquisa, a partir das unidades de registros. Com relação à Etnografia, a mesma mostrou-se fundamental durante a pesquisa de campo pois, a partir deste método, foi possível observar não apenas os condutores locais, mas também os grupos que estavam acompanhando os itinerários turísticos. Cabe ressaltar que para a construção desta proposta, também foram importantes as contribuições

teóricas dos trabalhos de Barreira (2013) e Gastal (2005; 2006), assim como, a discussão sobre conhecimento situado pela perspectiva de Löwy (2000).

Com relação ao capítulo III, evidencia-se que a discussão foi com base nos dados coletados durante os itinerários turísticos da cidade de Penedo/AL que foram selecionados para a pesquisa. Sendo assim, neste capítulo buscou-se analisar como os discursos sobre a memória afro estavam sendo disseminados nas narrativas patrimoniais e turísticas de Penedo/AL. Neste aspecto, como já mencionado, foram três itinerários selecionados para a pesquisa, intitulados de: Itinerário Tradicional, Itinerário Empresarial e Itinerário Associativo.

No Itinerário Tradicional, percebeu-se que o condutor local Pedro, trouxe algumas peculiaridades sobre a história de Penedo e sobre a contribuição dos negros para a mesma. O condutor mostrou ir atrás de fontes secundárias, não se limitar com as informações contidas nos livros sobre a história da cidade, como por exemplo consultar moradores antigos e ir em busca de informações sobre os monumentos com arquitetos e agentes do IPHAN que participaram das restaurações de patrimônios.

Outro dos pontos positivos do Itinerário Tradicional, foi com relação a menção sobre a ama de leite que foi homenageada com seus restos mortais na Igreja Nossa Senhora das Correntes, sendo o único dos três itinerários que trouxe na prática informações sobre a mulher negra em Penedo, assim como, foi o único a mencionar o bairro Oiteiro, que é reconhecido como uma comunidade remanescente de quilombo.

Entretanto, foram observados durante o itinerário, alguns discursos estereotipados que objetifica o homem negro e excluem a mulher negra como referência de beleza. Como também, a unidade de registro escravo ter sido mencionada mais que as unidades escravas, negros, negras, escravizados e escravizadas, logo, percebeu-se durante o itinerário, que Pedro quando ia ressaltar alguma contribuição dos negros para a cidade utilizava o termo escravo, ao invés de negro ou escravizado, que como já ressaltado, naturaliza a ideia de escravo como algo substancial. Vale ressaltar que com relação às mulheres negras, o resultado é ainda mais negativo, sendo mencionada a unidade de registro escrava apenas uma vez, e negras ou escravizadas nenhuma.

Neste sentido, destaca-se que analisando o Itinerário Tradicional compreendeu-se que no mesmo são contempladas algumas informações sobre a memória dos negros e negras na cidade de Penedo/AL, que demonstraram resistência contra os discursos hegemônicos. Entretanto, o itinerário em alguns momentos durante a sua narrativa, evidenciou estereótipos

racistas e esquecimentos sobre a memória afro na cidade, destacando-se que tais esquecimentos mostraram-se mais presentes com relação às mulheres negras.

O segundo itinerário analisado foi o Itinerário Empresarial, e a partir da análise do mesmo, percebeu-se, que dos três itinerários selecionados para a pesquisa, foi neste que os silenciamentos sobre a memória afro mostraram-se mais presentes. Com o Itinerário Empresarial, compreendeu-se que apesar do condutor local Luiz mostrar na entrevista que entende a importância dos negros para a cidade e tem conhecimento sobre quais foram as contribuições dos mesmos para a construção de Penedo, na aplicação do itinerário essa realidade não ficou evidente.

É bem verdade que o itinerário que o condutor local apresentou no dia da pesquisa de campo foi alterado devido ao grupo ter ido conhecer primeiro a cidade Santana do São Francisco em Sergipe, e monumentos como a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, tão significativos para a memória afro da cidade, foram excluídos do percurso.

Entretanto, em monumentos que foram contemplados, como a Igreja Nossa Senhora das Correntes, que talvez na cidade seja um dos maiores exemplos de resistência dos negros e negras (juntos com os dois Quilombos que existiam em Penedo), que passavam dias escondidos esperando uma falsa carta de alforria para poderem fugir, Luiz em sua narrativa deu mais ênfase aos Lemos como família abolicionista e aos aspectos visuais da igreja, do que ao sofrimento dos negros e negras que resistiam e lutavam por suas liberdades. Cabe ressaltar que ele menciona Zumbi e o Quilombo dos Palmares, que são exemplos, talvez os maiores no Brasil, de resistência contra a escravidão, no entanto, ele não detalha esse fato, só os cita rapidamente.

Os silenciamentos presentes no Itinerário Empresarial, são refletidos nas unidades de registros que foram contabilizadas. Sendo assim, unidades de registros como negras, escrava, escravizadas e escravizados não tiveram nenhuma menção, negros apenas uma e escravos duas. Como também observado no Itinerário Tradicional, os silenciamentos com relação as mulheres negras são mais presentes, isso mostra que as mulheres negras sofrem nos itinerários uma dupla violência simbólica, por serem negras e por serem mulheres. Neste contexto, ressalta-se que, durante a aplicação do Itinerário Empresarial a memória afro foi silenciada, principalmente com relação às mulheres negras, tendo sua narrativa voltada para o discurso hegemônico sobre a história da cidade.

O terceiro itinerário analisado, foi o Itinerário Associativo, que teve como um dos seus principais temas a memória afro em Penedo. Deste modo, este itinerário se diferenciou dos

demais, por já ter estabelecido os negros como personagens na narrativa. Logo, durante a observação do mesmo, o foco da análise foi como essas memórias eram disseminadas e se as mulheres negras estavam incluídas nas mesmas.

Dito isto, salienta-se que foi perceptível durante o itinerário que os condutores locais reconheceram e evidenciaram as contribuições dos negros para a construção de Penedo, assim como, os sofrimentos a que foram impostos. Destaca-se também, que na narrativa dos condutores os negros foram colocados como protagonistas, sendo ressaltado nos discursos como guerreiros que resistiam, mas também, como vítimas que sofreram com a escravidão.

Todavia, vale mencionar que durante o Itinerário Associativo houve alguns silenciamentos, observou-se que, mesmo o itinerário se propondo a contar a história do negro na cidade, em nenhum momento durante a aplicação do mesmo, são citadas as comunidades remanescentes de quilombos que existem em Penedo, ou as religiões de matrizes africanas.

Os silenciamentos se tornam mais presentes, com relação às mulheres negras e isso torna-se mais evidente com as unidades de registro, onde a palavra negra só é mencionada três vezes, em comparação com negro que é mencionado 14 vezes. Neste sentido, compreendeu-se que o Itinerário Associativo mostra uma resistência discursiva com relação a memória afro dos negros em Penedo, no entanto, no que tange a memória das mulheres negras na cidade o itinerário reproduz invisibilidades.

Pôde-se observar que as invisibilidades também se fazem presentes quando a memória afro aparece ligada a escravidão. Pois ao limitar a narrativa sobre a memória afro apenas a esse período, a história afro e dos afros descendentes, antes e depois da escravidão, é excluída, e os mesmos têm uma representação apenas parcial da sua história. Com relação as mulheres, essa invisibilidade se fez mais presente, pois as mesmas são pouco mencionadas, mesmo durante o período da escravidão.

Diante do exposto, cabe ressaltar que a partir dos resultados dos três itinerários, percebeu-se que o Itinerário Turístico é um produto cultural vivo e dinâmico, sendo assim, o mesmo mostra-se mais aberto a inclusão de discursos de resistência que incluam memórias de grupos marginalizados, como os dos negros e negras. Diferentemente dos livros e museus, que fizeram parte desta pesquisa, que apresentaram uma narrativa mais tradicional e fechada.

Vale destacar também, que a proposta multi-métodos Análise de Conteúdo, mostrou-se fundamental para o desenvolvimento desta Dissertação, pois, durante vários momentos na

pesquisa, ficou evidente a necessidade da combinação dos métodos. Um desses momentos, foi durante o Itinerário Empresarial, onde o encontro com outra guia que estava com um grupo de visitantes, mostrou o quanto um itinerário é suscetível a mudanças não programadas, e que, com apenas uma Análise de Conteúdo tradicional, não seria possível relatar este fato, ou seja, não seria uma análise completa do que ocorreu durante a aplicação do itinerário. Sendo assim, reforça-se a importância de se ter inovado metodologicamente, combinando diferentes métodos para uma análise mais ampla dos itinerários.

Posto isto, entende-se que os objetivos desta Dissertação foram alcançados. Sendo assim, deseja-se que este trabalho contribua para Sociologia, a partir da reflexão sobre Memória, Patrimônio Cultural, Turismo, Interseccionalidade (raça e gênero) e Cultura afro. Como também, na construção de Itinerários Turísticos que contemplem grupos marginalizados, como os homens negros e as mulheres negras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Turismo étnico e cultural: a coroação da rainha das taieiras como atrativo turístico potencial em Laranjeiras (SE). -Sergipe-Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.195-210, ago. 2015.

ARAÚJO, Ana Lúcia. **Caminhos transatlânticos: memória patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.129-148, 2009.

BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BAHL, Miguel; NITSCHÉ, Letícia Bartoszeck. Roteiros e Itinerários turísticos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do turismo. In: RAMOS, Silvana Pirillo. **Planejamento de roteiros turísticos**. Porto Alegre, RS: Asterisco, p. 37-54, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **A Cidade como Narrativa**. – Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

BATISTA, Liz. **Um "Velázquez" é retalhado pelo direito de voto**. O Estado de S. Paulo – Acervo Estadão, 2014.

BERNARDINO, Joaze. **AÇÃO AFIRMATIVA E A REDISCUSSÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL**. Revista Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº 2, p. 247-273, 2002.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, **Raça e Classe: Opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG), 2015.

BLOG SIMPEAL PENEDO. **Igreja/Nossa Sra. das Correntes**. Disponível em: <<https://sipealpenedo.wordpress.com/templos/igreja-n-senhora-da-corrente/>> Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz – 2.ed – Rio, 1989.

BRAH, Avtar. DIFERENÇA, DIVERSIDADE E DIFERENCIAÇÃO. **Cadernos Pagu** (26), pp.329-376, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRITO, Carolino Marcelo de Sousa. Mário de Andrade: um nacionalista ou um regionalista paulista no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?. **Rev. Hist. UEG - Porangatu**, v.6, n.2, p. 42-63, 2017.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. (pp. 95-111) In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – IPHAN, Brasília, n.23., p.95-111, 1994. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf . Acesso em 15 de fev. 2016.

CANCLINI, Nestor. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: Aguilar, E. (Org.). **Patrimônio Etnológico: Nuevas perspectivas de estudio**. Sevilla: Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999.

CARNEIRO, Henrique Figueiredo. BANALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E CONSEQUÊNCIAS PERVERSAS PARA A VIDA NA CIDADE. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio Cultural e Identidade: Significado e Sentido do Lugar Turístico**. Ed. Rocca, p. 17-29, 2006.

CAROATÁ, José Próspero da Silva. Crônicas do Penedo. In: **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano**. Maceió, AL: Typ. do Jornal das Alagoas, n.1, 1962.

CARVALHO, Àrtemis Barreto de. **Teoria, técnicas e tecnologias para formação e atuação profissional do guia de turismo**. Aracaju: IFS, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O PODER DA IDENTIDADE**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edgardo. **O vocabulário de Michel Foucault**. Belo Horizonte: autêntica, 2009.

CHAGAS, Mario. MEMÓRIA E PODER: dois movimentos. **CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA**, nº 19, 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 320p.

COSTA, Eline Ramos; GOMES, Mariana Selister. **Diferentes abordagens sobre o genocídio africano: uma análise comparativa de espaços de memória em Laranjeiras/SE e Salvador/BA**. I Seminário de Sociologia da UFS. Universidade Federal de Sergipe, 2016.

COSTA, João Craveiro. **História das Alagoas**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1983.

DELEUZE, Gilles, **Foucault**, Lisboa, Vega, 1998.

DENCKER, Ada De Freitas Maneti. Valor Patrimonial: Memória Social e Poder. In: COSTA, Everaldo Batista Da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria Do Carmo (orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**, p. 137-155, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural:** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUARTE JUNIOR, Romeu. **Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil.** Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. **Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder.** Sociologias, Porto Alegre, 2014.

FERNANDES, Florestan. "O mito da democracia racial". In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3 ed. São Paulo. Globo, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** 20. ed - São Paulo, Editora Loyola, 1996.

GASTAL, Susana. **Alegorias Urbanas: O passado como subterfúgio.** Campinas, SP: Papirus, 2006.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários.** São Paulo: Aleph, 2005.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Cap. 1, p. 13-41.

GIDDENS, Anthony (1997). **Sociologia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (4ª edição inglesa em 2001).

GOMES, Mariana Selister. **Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Cidades Históricas: (des)(re)construções do luso-tropicalismo no Brasil e em Portugal.** 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, Brasília, 2017.

GOMES, Mariana Selister. Narrativas Patrimoniais em Salvador: (des)(re)construção do mito da democracia racial brasileira, **Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS**, GT32-Relações Raciais; desigualdades, identidades e políticas. 2014.

GOMES, Mariana Selister; SANTOS, Carlos Moisés; VASCONCELOS, Cyndiane Escarlete Dias; ARAGÃO, Hevida; BRITTO, Sabrina; ANDRADE, Talita. **Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania: Uma Experiência entre Universidade, Escola e Museu Em Sergipe.** Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade. Julho-Setembro, 2015.

GOMES, Mariana Selister; VASCONCELOS, Cyndiane Escarlete Dias. **Os Excluídos da História: Mulheres, Negros e Indígenas nos Museus de São Cristovão/SE.** I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 2016.

GOMES, Mariana Selister. Apresentação. In: GOMES, Mariana Selister (org.). Dossiê Gênero e Interseccionalidades. **TOMO.** N. 28, 2016

GRUNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial – Utilização Dos Bens Culturais Como Recursos Educacionais**. Petrópolis/RJ, 2002.

GRUNBERG, Evelina. **MANUAL DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Brasília, DF : IPHAN, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. USP-Educação e Pesquisa, São Paulo, p. 93-107, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio**, IPHAN, 2012.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HIPOLITO, Jéssica Maria de Vasconcellos Santana. **A CONTRUÇÃO DO DISCURSO EXPOSITIVO COMO FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO: MUSEUS, HEGEMONIA E SUBALTERNIDADE**. UNIRIO. Dissertação de Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

HIPOLITO, Jéssica Maria de Vasconcellos Santana. **SUBALTERNIDADE, RAÇA E IDENTIDADE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NEGRA EM MUSEUS CARIOCA**. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Brasília, 2017.

IPEA, **Retratos das desigualdades de gênero e raça no Brasil**, Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 2015.

KERNER, Ina. **TUDO É INTERSECCIONAL?** Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos* 93, Julho 2012.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. **A Etnografia no Estudo Turismo sob a Perspectiva Antropológica**. VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP.

LEE, Alison; PETERSEN, Alan. **Análise do Discurso**. In: Teoria e Métodos de Pesquisa Social, Bridget Somekh e Cathy Lewin (orgs.), Editora Vozes, 2015.

LÖWY, Ilana (2000), “**Universalidade da ciência e conhecimentos situados**”, *Cadernos Pagu*, 15, pp.15-38.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianopolis. SetDez.2014.

MACHADO, Roseline Oliveira. IGREJA NOSSA SENHORA DAS CORRENTES. Disponível em: <<http://www.hpip.org/pt/heritage/details/1084>> Acesso em: 28 de novembro de 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. ETNOGRAFIA COMO PRÁTICA E EXPERIÊNCIA. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MARCUS, George E. IDENTIDADES PASSADAS, PRESENTES E EMERGENTES: REQUISITOS PARA ETNOGRAFIAS SOBRE A MODERNIDADE NO FINAL DO SÉCULO XX AO NÍVEL MUNDIAL. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1991.

MARTINS, Clerton. PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE: SIGNIFICADO E SENTIDO DO LUGAR TURÍSTICO. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio Cultural e Identidade: Significado e Sentido do Lugar Turístico**. Ed. Rocca, p. 39-50, 2006.

MENDONÇA, Helson Batinga de. **Fala, Penedo!** Evocações e crônicas. Salvador, BA: s.e 1962.

MENESES, José Newton Coelho. A vivência e a musealização da vida: Experiências, memória social, interpretação do patrimônio cultural e museu. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH):** Conhecimento histórico e diálogo social. 2014.

MÉRO, Ernani Otacílio. **História do Penedo:** elementos de história da civilização alagoana. Maceió, AL: Sergasa, 1974.

_____. **Coisas do Penedo.** Maceió, AL: Sergasa, 1992.

_____. **Perfil do Penedo.** Maceió-AL: Sergasa, 1994.

_____. **Templos, ordens e confrarias:** história religiosa de Penedo. Maceió: SERGASA, 1991.

MUNANGA, Kabengele. **UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RAÇA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA.** 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

Organização Mundial do Turismo. **Destaques do Turismo**, 2017.

Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo.** Madrid, 2001.

POLLAK, Michael. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5, n 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC /FGV, v.2, n. 3, 1989.

RAMOS, Silvana Pirillo. **Planejamento de roteiros turísticos.** Porto Alegre, RS: Asterisco, 2012.

RICOUER, Paul. **Memória, história, esquecimento.** Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism, Budapeste, 2003.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS**, 31. Retrieved March 22, 2012.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória**. Alea, dez 2005.

RODRIGUES, Cristiano. **ATUALIDADE DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE PARA A PESQUISA E PRÁTICA FEMINISTA NO BRASIL**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: DO CONDE DE GALVÉIAS À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio Cultural e Identidade: Significado e Sentido do Lugar Turístico**. Ed. Rocca, p. 01-03, 2006.

SANTOS, Barbara Alves dos; SOUSA, Lisandra Cupertino; GOMES, Mariana Selister; SILVA, Micheline Alves da; SILVA, Vagner Gomes da. **O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AO SEXISMO: UMA EXPERIÊNCIA NO QUILOMBO MOCAMBO / SE**. I Simpósio Regional de Políticas de Turismo e Arranjos Produtivos Locais. IFS, 2016.

SANTOS, Jislaine Santana dos. **“A CASA ANTIGA QUE DEPENDE DO NEGRO E DE SUA HISTÓRIA”: AMINTAS VIEIRA SOUZA COMO “GUARDIÃO DA MEMÓRIA” DO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE**. Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia da Universidade Federal de Sergipe. LARANJEIRAS/SE, 2016.

SANTOS, Rafael José dos. **O ‘ÉTICO’ E O ‘EXÓTICO’**: Notas Sobre a Representação Ocidental da Alteridade. Revista Rosa dos Ventos – UCS. RS, 2013.

SCHMIDT, Miguel; MAHFOU, Maria L.S. **HALBWACHS: MEMÓRIA COLETIVA E EXPERIÊNCIA**. Instituto de Psicologia - USP, São Paulo, p. 285 – 298, 1993.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas/SP 1994. _____. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1986.

SEBRAE. **GUIA DE PENEDO**. Alagoas, Gráfica JB., 2004.

SILVA, Daniella Pereira de Souza. **“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL: A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO DE PENEDO-AL**. Tese de doutorado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão/SE, 2016.

SILVA, Daniella Pereira de Souza. Paisagem, Patrimônio e Processos Identitários em Centro Históricos Tombados. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos (Org.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOORDWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Wellington Amâncio da. Foucault e indigência: as formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v.6, n. 3, 2015.

SQUIRE, Corinne. **O que é narrativa?**. Dôssie: Narrativas. Porto Alegre, 2014.

TEIXEIRA, Luana. OS VAPORES E ESCRAVOS NO PENEDO, ALAGOAS, NA DÉCADA DE 1850. *Revista de História*, João Pessoa, 2016.

VALENTE, Aminadab. Penedo: sua história. Maceió, AL: Imprensa Oficial, 1957.

VATIN, Xavier. **O Desenvolvimento do ‘Turismo Étnico’ na Bahia: o Caso da Cidade de Cachoeira**”. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Bahia, 2008.

VEIGA, Allan. Revisitando Memórias E(M) Ruínas da Histórica Laranjeiras/SE. In: LEITE, Rogério Proença; SOUZA, Eder Claudio Malta (orgs.). **Cidades e Patrimônios Culturais – Investigações para à iniciação à pesquisa**. – São Cristovão: Editora da UFS, 2013.

VILLASCHI, Juca. REQUALIFICAÇÃO DA CIDADANIA PELA INTERPRETAÇÃO SENSORIAL: DIREITO AO PATRIMÔNIO. In: COSTA, Everaldo Batista Da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria Do Carmo (orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**, p. 137-155, 2012.

WILLIAM Isaac Thomas. (1928), **The Child in America: Behavior Problems and Programs**. New York: Alfred A. Knopf. (Chapter 13, The Methodology of Behavior Study), pp. 553.

WOODWARD, Kathryn. IDENTIDADE E DIFERENÇA: UMA INTRODUÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) HALL, Stuart; Woodward, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectivas do Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de observação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Roteiro de Observação dos Itinerários Turísticos

✓ Identificação

1. Nome do itinerário:
2. Duração em média:
3. Quantas pessoas no grupo:

✓ Aspectos do Itinerário Turístico

1. Patrimônios que compõe o Itinerário
2. Tema do Itinerário
3. Elementos lúdicos utilizados durante a apresentação do Itinerário
4. Percurso percorrido durante o trajeto do Itinerário

5. Atrativos/Monumentos presentes no trajeto do Itinerário, mas que não fazem parte do mesmo

6. Unidades de Registro

Itinerário:	
UNIDADES DE REGISTRO	Observações
Violência	
Sufrimento	
Negros	
Negras	
Resistência	
Lutas	
África	
Miscigenação	
Democracia racial	
Cultura	
Mulher	

Esquecimento	
Comunidade remanescente quilombola	
Oiteiro	
Tabuleiro dos Negros	
A participação dos negros e negras na história de Penedo/AL	
A memória afro em Penedo/AL	
Quilombo	
A abolição da escravatura	
Escravizados	
Escravizadas	

✓ **Aspectos do Guia**

1. Modo como transmite as informações
2. Postura perante o grupo

✓ **Aspectos do grupo**

1. Reações observadas
2. Composição etária, social (classe), racial e de gênero

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

PESQUISA DE CAMPO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Programa de Pós-Graduação em Sociologia**Roteiro de Entrevista****Local:** _____ **Data:** ____ / ____ / ____**Identificação e perfil do entrevistado**

1. Idade: _____
2. Sexo: () masculino () feminino
3. Nível de Escolaridade: () fundamental () médio () superior () pós-graduado
4. Curso de guia: () completo () em andamento () incompleto

Perguntas

1. Nasceu em Penedo?
2. Mora em Penedo? Se sim, há quanto tempo?
3. Há quanto tempo trabalha com o turismo em Penedo?
4. Quais as dificuldades de trabalhar em Penedo?

5. Com que frequência recebe grupo de visitantes?
6. Em média, qual a faixa etária dos grupos que o senhor (a) recebe? Gênero? Cor/etnia?
7. O (s) itinerário (s) que é (são) vendido (s) tem (têm) um tema específico?
8. Há quanto tempo apresenta esse itinerário?
9. Que critérios foram utilizados na escolha dos patrimônios que compõem o itinerário?
10. Em que lugar foram obtidas as informações que estão presentes nos itinerários?
11. O (a) senhor (a) já apresentou algum itinerário sobre a memória afro em Penedo?
12. O que você acha do papel do negro na história de Penedo?
13. Qual você acha que é o papel das mulheres na história de Penedo?
14. Teria interesse em fazer cursos de atualização que trouxessem outros personagens para os itinerários?